

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

VALDEIR CLAUDINEI DE OLIVEIRA

**EXPRESSÕES IDEOCULTURAIS CONTEMPORÂNEAS: O
DISCURSO DO EMPREENDEDORISMO E O SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2016**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

VALDEIR CLAUDINEI DE OLIVEIRA

**EXPRESSÕES IDEOCULTURAIS CONTEMPORÂNEAS: O
DISCURSO DO EMPREENDEDORISMO E O SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social, sob a orientação da profa. Dra. Maria Lúcia Silva Barroco

**SÃO PAULO
2016**

Oliveira, Valdeir Claudinei de. **Expressões ideoculturais contemporâneas: o discurso do empreendedorismo e o serviço social brasileiro.** 167 p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

Banca Examinadora

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: 25/07/2016

E-mail: vcnei@yahoo.com.br

O48

Oliveira, Valdeir Claudinei de
Expressões ideoculturais contemporâneas: o discurso do
empreendedorismo e o serviço social brasileiro/ Valdeir Claudinei de Oliveira. –
São Paulo: s.n., 2016.
167 p. ; 30 cm.

Referências: 157-167

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Silva Barroco
Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2016.

1. Empreendedorismo
2. Ideologia
3. Trabalho
4. Pós-modernidade

CDD 361.3

“Toda ciência seria supérflua se a forma da manifestação (a aparência) e a essência das coisas coincidissem imediatamente”.

Karl Marx

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à minha família, em toda a sua extensão e, em especial, à minha mãe, que sentiu demais a minha ausência nos últimos anos. Sem a sua esperança, jamais teria conseguido.

Agradeço também de maneira especial à minha companheira, esposa e amiga Camila Vitte que soube me suportar no árduo processo de elaboração desta Tese. Todos os entraves que passamos fortaleceram ainda mais nossa união.

Agradeço também de maneira especial e com toda a admiração de um aluno diante do mestre, à minha orientadora Professora Maria Lucia Barroco, que me proporcionou o contato com a ética genuinamente ontológica. Sua paciência e compreensão fizeram-me repensar o papel do educador na fomentação de um pensamento crítico. Agora já não peço mais desculpas, só agradeço por ter tido a sorte de encontrá-la na minha trajetória acadêmica.

Aos amigos com quem pude trabalhar na Universidade de Guarulhos e aqueles que me acompanham no desafio do reposicionamento da Fapss-SP, Márcia Eurico, Deise Fernandes, Mabel, Ilka, Áurea, Amanda Eufrásio, Fátima e tantos outros com quem compartilhei minhas inquietações. Sem esquecer-se da minha grande amiga de graduação, mestrado e doutorado, Valéria Albuquerque. Conseguimos!

Aos professores que tive no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP e que me marcaram pela ética e o profundo conhecimento: Prof. Ricardo Antunes, Celso Frederico, Carmelita Yasbek, Bia Abramides, José Paulo Netto e tantos outros que me encantaram.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq- Brasil. Agradeço à instituição pelo apoio financeiro e o interesse na pesquisa.

Oliveira, Valdeir Claudinei de. **Expressões ideoculturais contemporâneas: o discurso do empreendedorismo e o serviço social brasileiro**. 167 p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

RESUMO

Esta Tese procurou discutir as novas expressões ideoculturais do capitalismo contemporâneo, tendo por objetivo a análise do discurso do empreendedorismo e sua relação com o Serviço Social, com vistas a apontar as principais mediações entre ambos, cujas incidências são notadas na formação e na produção bibliográfica específica sobre o tema. Neste sentido, buscou-se compreender a reprodução desse discurso no meio universitário e sua relação com a ampliação dos conglomerados educacionais. E, tratando-se de uma expressão ideocultural, foram realizadas análises sobre a ideologia na contemporaneidade, bem como a introjeção do discurso pós-moderno no meio acadêmico. Com o intuito de demonstrar a construção histórica de uma perspectiva crítica na profissão, em contraste com os direcionamentos neoconservadores, buscou-se também discorrer sobre o Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro, em especial a vertente denominada Intenção de Ruptura. Para um desvelamento das expressões ideoculturais contemporâneas, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os autores que analisam as contradições da sociedade contemporânea, e de materiais disponíveis na internet, bem como dos autores que postulam o discurso empreendedor. Com o intuito de identificar quais cursos de serviço social possuem disciplinas relacionadas ao empreendedorismo, foi realizado um levantamento dos cursos da Grande São Paulo e das respectivas grades, a fim de conhecer também quais autores são referência para o discurso do empreendedorismo no serviço social. A partir da pesquisa realizada, principalmente com o contato estabelecido com as fontes do discurso empreendedor, foi possível reconhecer que o empreendedorismo emergiu a partir de um contexto de precarização do trabalho, sendo apresentado como alternativa ao desemprego que se agravava a partir do neoliberalismo, e pode ser justificado pelo relativismo do discurso pós-moderno, também emerso em um contexto neoliberal e globalizado. O empreendedorismo como mais uma expressão ideocultural contemporânea é reproduzido em quase todos os cursos superiores alocados nos novos conglomerados educacionais, espalhando a ideia da solução dos problemas sociais a partir de mudanças individuais/comportamentais, solucionando, supostamente, até mesmo o desemprego.

Palavras-chave: ideologia; trabalho; pós-modernidade; empreendedorismo.

Oliveira, Valdeir Claudinei de. **Contemporary ideo-cultural expressions: the entrepreneurial speech and Brazilian social service.** 167 p. Thesis (Ph.D. in Social Service). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

ABSTRACT

This thesis has sought to discuss the new ideo-cultural expressions of contemporary capitalism, having as an objective the analysis of entrepreneurial speech and its relationship to the Social Service, aiming to point out the main mediations among them, whose incidences are noted in the specific bibliographical formation and production regarding the theme. In this sense, it was sought to comprehend the reproduction of this speech among the university environment and its relationship to the expansion of educational conglomerates. And, being an ideo-cultural expression, analyses regarding ideology in contemporaneity were carried out, as well as the introjection of postmodern speech in academic environment. Aiming to demonstrate the historical construction of a critical perspective in the profession, in contrast with the neoconservative directions, it was also sought to expatiate on the Movement of Brazilian Social Service Renewal, especially the aspect called Break Intention. In order to unveil the contemporary ideo-cultural expressions, a bibliographical research was carried out with regard to the authors who analyse the contradictions of contemporary society and to materials available on the Internet, as well as to authors who postulate entrepreneurial speech. Aiming to identify in which social service courses there are disciplines related to entrepreneurship, a survey was performed on the courses and their respective timetables in greater São Paulo, also in order to know which authors are reference to the speech of social service entrepreneurship. From the performed research, mainly by the contact established with sources of entrepreneurial speech, it was possible to recognize that entrepreneurship has emerged from a precarious labour context, being presented as an alternative to unemployment, which worsens itself from neoliberalism and can be justified by the relativism of postmodern speech, also immersed in a globalized and neoliberal context. Entrepreneurship as a contemporary ideo-cultural expression is reproduced in almost every superior courses allocated in the new educational conglomerates, expanding the idea of solution to social problems from individual/behavioural changes, solving, supposedly, even unemployment.

Keywords: ideology; labour; postmodernity; entrepreneurship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I UM MUNDO GLOBALIZADO.....	18
1.1. Ideologia: a historicidade da categoria.....	28
1.2 A acepção marxiana de Ideologia.....	35
1.3 Ideologia: apontamentos contemporâneos.....	40
1.4. O trabalho globalizado	45
1.4.1. A captura da subjetividade	50
CAPÍTULO 2 PÓS-MODERNIDADE E SERVIÇO SOCIAL	65
2.1 O discurso pós-moderno.....	71
2.2. A renovação do Serviço Social brasileiro.....	84
2.3 Anos 1990: aproximações entre o Serviço Social e a pós-modernidade.	99
CAPÍTULO 3 EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO	115
3.1 A educação superior no Brasil.....	115
3.2. Elementos do discurso do empreendedorismo.....	128
3.3 Empreendedorismo e Serviço Social.....	141
CONCLUSÃO	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	157

INTRODUÇÃO

Atualmente é possível observar inúmeras mudanças de ordem ideoculturais em praticamente todo o planeta, globalizantes e globalizadas, que influenciam comportamentos sociais e reforçam prioritariamente um estilo de vida contemporâneo, urbano e aparentemente desvencilhado das contradições sociais que caracterizaram o final do milênio. E neste início de século, o fluxo de informações tornara-se exorbitante se comparado com qualquer outro momento da história, promovendo uma comunicação planetária, embora ainda existam localidades remotas que não se relacionam de maneira direta com a globalização. O rápido fluxo de informações, possível somente a partir do advento da internet, aprofundou a padronização dos estilos, comportamentos e lugares.

Informações circulam pelo globo em tempo real, alterando as percepções relativas ao tempo e ao espaço dos sujeitos. Materializam-se no território acadêmico, urbano e social, expressões ideoculturais que incorporam e reificam os valores do tempo presente, expressos na consagração absoluta da mercadoria, e encobrimo aspirações ideológicas neoconservadoras produzidas e reproduzidas inclusive nos espaços mais espoliados da sociedade. A ideia de uma inclusão global passou a ser difundida a partir do final da década de 1980, principalmente com o fim da Guerra Fria, em que foi possível observar o surgimento de narrativas que identificavam um determinismo autoritário em todos os modelos explicativos emersos no século XIX, sobretudo a teoria social de Marx. As explicações marxistas e, conseqüentemente, todas as suas derivações não passariam de ideologias totalitárias, incapazes de fomentar subsídios para o conhecimento da complexidade contemporânea.

Marcada por uma infinidade de posicionamentos, que variam da negação da Ideologia à defesa pontual dos direitos humanos, o discurso pós-moderno emerso nas ciências humanas, a partir daquele contexto, tornara-se mais um componente ideológico que, tendencialmente, corrobora a ocultação da contradição de classes. É fato que, atualmente, vivencia-se uma multiplicidade de posicionamentos e cotidianamente nascem movimentos e manifestações cujo

caráter não se sobrepõe às reivindicações efêmeras e pontuais. Um exemplo desta diversidade de posicionamentos pode ser visualizado nas manifestações de julho de 2013, no Brasil, que, em poucos dias, obteve amplitude nacional graças às redes sociais. Surgiu, primeiramente, como um movimento contra o aumento das tarifas de ônibus e, posteriormente, passou a questionar outras instâncias, como a corrupção no cenário político nacional. Outra reivindicação dos manifestantes solicitava a não realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, porém, sob um forte aparato militar, os jogos aconteceram e a população, principalmente das regiões periféricas localizadas próximo aos estádios, teve a circulação controlada.

Outro exemplo pode ser notado ao final da última eleição para presidente do Brasil, onde ressurgiram posicionamentos racistas, homofóbicos, xenofóbicos, misóginos e o escancarado preconceito contra as populações das regiões norte e nordeste. O mesmo pode ser observado no processo de impeachment da presidente em 2016, onde os posicionamentos conservadores ou neoconservadores ressurgiram com extrema força, inclusive entre jovens, onde alguns mais influenciados pelos discursos da extrema direita solicitavam o retorno da autocracia burguesa. Políticos alinhados com os conservadores religiosos fomentaram a tônica dos discursos que, novamente, lembrando o agravamento da questão social nas décadas de 1920-30, no Brasil, solicitavam o retorno dos valores essenciais da família. Em conjunto com a grande mídia, afirmavam a existência de uma frente socialista no Brasil, estranhamente após doze anos de governo do Partido dos Trabalhadores e que em nenhum momento rompeu com o neoliberalismo.

Especificamente para o profissional de Serviço Social, cuja atuação se expressa nas mais variadas refrações da “questão social”, este novo cenário apresenta inúmeros e novos desafios, marcado pelo neoliberalismo, reestruturação produtiva e pelo discurso pós-moderno, incidentes em todos os âmbitos da profissão, não se restringindo apenas aos trabalhos de campo, mas também na docência e nas pesquisas da área.

Ainda sobre novas manifestações ideológicas, profissionais que atuam na docência em Serviço Social deparam-se, cotidianamente, com alguns alunos, principalmente nas universidades localizadas nos grandes centros urbanos, que possuem comportamentos e estilos de vida que questionam as formas clássicas de atuação política. Relatam a descrença na democracia e alegam viverem em um “país de esquerda”, cujas diferenças socioeconômicas tendem a se agravar. Enxergam a atuação política via partidos, sindicatos, movimentos sociais classistas, como meras reproduções ideológicas autoritárias. Esse discurso, amplamente difundido nas redes sociais, reforça a relatividade dos problemas sociais e mesmo com outras nomenclaturas, busca negar a existência da ideologia dominante, pois segundo algumas vertentes do discurso pós-moderno, o poder se esvaiu em múltiplos “micropoderes” e nos diversos “olhares” sobre o real.

Outro aspecto ideológico que merece destaque e constitui-se como objeto deste trabalho relaciona-se aos cursos de Serviço Social em que existe o ensino da disciplina empreendedorismo. O discurso empreendedor ganhara amplitude nacional a partir da década de 1990, marcando também a entrada subalterna do Brasil no jogo da globalização, e passou a ser reproduzido, indistintamente, em sindicatos, cursos realizados em Instituições Sociais, Escolas de Ensino Superior e Médio, constituindo-se como parte das ações sociais direcionadas aos trabalhadores, apresentando-se como uma das poucas ou até mesma a única alternativa para o desemprego. Na medida em que grupos financeiros internacionais compram universidades privadas no Brasil, negócio altamente lucrativo para os novos investidores transnacionais, as lógicas empreendedoras tornaram-se um discurso quase absoluto na gestão das Instituições de Ensino Superior, não distinguindo os objetivos, projetos pedagógicos e particularidades dos cursos.

Em alguns cursos de Serviço Social, essas disciplinas contracenam com as direcionadas à construção de um posicionamento crítico, estando alicerçadas no Código de Ética da profissão e nas diretrizes curriculares da ABEPSS. Possivelmente, podem influenciar na formação do *ethos* profissional, expressando uma dualidade entre uma formação comprometida com a defesa dos direitos

sociais e o sedutor discurso do empreendedorismo. Geralmente, os professores que lecionam tais disciplinas não são assistentes sociais e desconhecem qualquer perspectiva crítica. Em alguns casos, estas disciplinas são ofertadas no ambiente *online* e os conteúdos são ministrados para diversos cursos ao mesmo tempo.

No que tange à pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema empreendedorismo com o objetivo de compreendê-lo na relação com a formação do Assistente Social, e também de algumas produções específicas de assistentes sociais. Recorreu-se também às Dissertações e Teses de Serviço Social, defendidas no programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-SP, que discutiram o empreendedorismo. A partir da aproximação com o tema, buscou-se identificar, também, quais instituições na grande São Paulo possuem a disciplina na grade curricular com a subsequente análise das referências bibliográficas e, neste quesito, procurou-se observar se o discurso do empreendedorismo era constituinte também do Projeto Pedagógico Institucional. Por tratar-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, não foi nosso objetivo identificar e entrevistar os agentes envolvidos, neste caso, os professores, os coordenadores e os alunos, pois como será mencionado na exposição da pesquisa, atualmente, visualiza-se uma tendência na produção científica do Serviço Social no Brasil, extremamente direcionada à análise das entrevistas - aqui não há nenhum despreço àquelas cujo recurso realmente se faz necessário - escamoteando estudos mais profícuos e com densidade teórica sobre a totalidade social.

Embora existam poucas faculdades de Serviço Social que tenham a disciplina empreendedorismo na grade curricular, o discurso é latente em vários espaços, e a universidade - aqui interpretada como lócus privilegiado para a formação de uma consciência hegemônica - na atual configuração do capitalismo, utiliza-se de novas nomenclaturas que ainda reforçam a ideia da centralidade do indivíduo na resolução dos problemas sociais. A manutenção do *status quo* requer a mobilização de vários aparatos ideoculturais, sendo o discurso empreendedor quase incontestável para diversos segmentos sociais, dentre os quais estão algumas frações de estudantes e trabalhadores. Os primeiros são afetados por

meio da disseminação do empreendedorismo na educação, que não se limita ao ensino superior. Já os trabalhadores foram alvo de programas sociais que ensinam e desenvolvem o espírito empreendedor, assim, a solução para os vários problemas estruturais da sociedade contemporânea limitar-se-iam às mudanças individuais.

Sobretudo, os exemplos citados atestam a necessidade de estudos que busquem a compreensão desses novos discursos em consonância com os princípios éticos do Serviço Social brasileiro, ou seja, compreendidos a partir da teoria social de Marx, numa perspectiva que vislumbre a totalidade, relacionando-os com os ardis da Ideologia na contemporaneidade. Aliás, o próprio conceito de Ideologia vinculado à perspectiva crítica tem sido colocado em xeque, pois, com o discurso pós-moderno relativiza-se inclusive a contradição social e, desta forma, justificam-se práticas neoconservadoras assentadas na impossibilidade de emancipação dos sujeitos. A compreensão da realidade tornara-se mais longínqua, principalmente em um momento cujas verdades, aparentemente, se equivalem nas ciências humanas. Esses são alguns dos postulados pós-modernos que se tornaram incapazes de superar o mero discurso descritivo e a narrativa relativista. Assim, reitera-se também a necessidade do estudo da Ideologia, referenciado a partir da teoria social de Marx, além de alguns de seus interlocutores contemporâneos.

Ainda sobre a década de 1990, além do estabelecimento da justificativa pós-moderna, a introdução subalterna dos países pobres na globalização e a reestruturação produtiva, expressa na transição incompleta do binômio fordismo-keynesianismo pelo toyotismo-neoliberalismo, soma-se ainda, naquele decênio, a propagação das lógicas empreendedoras. Em um contexto de agravamento da questão social, por meio das terceirizações, políticas sociais fragmentadas, redução dos postos de trabalho, o empreendedorismo foi apresentado como uma alternativa ao desemprego que se agravava.

Desse modo, as lógicas empreendedoras foram disseminadas praticamente em todas as instituições, constituindo-se como diretrizes de trabalhos sociais alocados junto às populações carentes, reproduzindo, inclusive, a ideia de que o

agravamento da pobreza já não mais seria resultado da contradição entre capital e trabalho, mas sim, da incapacidade de gestão, ou autogestão dos pobres.

Interessante observar que até mesmo os sindicatos, outrora representantes diretos dos interesses dos trabalhadores, também foram influenciados por uma atuação política menos combativa e reproduziram alguns cursos voltados para o desenvolvimento de ações empreendedoras. Assim, até mesmo o Sebrae pode ser considerado como mecanismo ideológico vinculado ao Estado, reproduzindo e incentivando o empreendedorismo, sendo visto, popularmente, como órgão de transparência e ética inabalável, pois somente visaria o aperfeiçoamento do trabalhador.

No entanto, é nas universidades que a lógica empreendedora tornou-se quase absoluta, pois se anteriormente objetivava-se a cooperação entre alunos, atualmente, a competição constitui-se como tônica dos projetos pedagógicos, não se restringindo somente às profissões ligadas diretamente ao gerenciamento, mas praticamente em todos os cursos superiores de longa e curta duração, em especial nas universidades privadas. Interessante notar, também, que até mesmo nas escolas de ensino médio e nos cursos técnicos existem disciplinas voltadas ao empreendedorismo. Exaltado por governos e empresários, o empreendedorismo está relacionado com uma tendência do capitalismo contemporâneo que visa, cada vez mais, uma formação tecnicista, reforçando o controle das atividades administrativas, reafirmando um comportamento burocratizado. Atualmente, existe uma tendência à tecnização das relações sociais, em que as profissões das chamadas “humanidades” perdem o seu valor, visto que em um mundo massificado e asséptico politicamente, não há espaço para a proposta de outras formas de sociabilidade, restando somente à adaptação do indivíduo ao novo tempo.

Geralmente, o discurso empreendedor está associado à ideia do surgimento de novos paradigmas atrelados à globalização. Como em um consenso, nas literaturas vinculadas à “gestão”, reafirma-se que os novos paradigmas abandonaram definitivamente os problemas característicos do passado. O novo empreendedor possui uma cultura mundializada,

desterritorializada, tecnológica. Observa-se, nestes discursos, o fato de não se utilizarem de referenciais teóricos, restringindo-se à técnica e à definição de uma postura empreendedora, em que a ética, nestes casos, resume-se à liderança e à maximização dos lucros.

Nas últimas duas décadas ocorreu um aumento da oferta de vagas nas universidades particulares, devido aos incentivos governamentais e pela caracterização de um mercado muito lucrativo para os investidores internacionais, os quais formam grupos monopolistas que detêm boa parte do ensino privado superior no Brasil. No caso específico do Serviço Social, além do aumento de vagas presenciais, soma-se também um aumento da oferta de cursos *online*, fato este já muito debatido na profissão, pois se entende que a expansão virtual ocorre em detrimento da qualidade.

Esses questionamentos que abarcam o tema do empreendedorismo e do Serviço Social abrem uma possibilidade de pesquisa na medida em que as lógicas empreendedoras são tratadas como norte para o desenvolvimento profissional e do país, identificáveis em alguns projetos pedagógicos das instituições particulares. A pesquisa poderá contribuir também com o debate sobre a formação do assistente social no Brasil, cujos esforços priorizam uma ação comprometida com as lutas sociais, tão descreditadas no atual estágio do capitalismo. Aliás, a descrença na possibilidade da edificação de uma sociedade menos desigual ganha mais força com o relativismo pós-moderno.

Além disso, atualmente, observa-se um sedutor discurso no Serviço Social brasileiro que atribui a baixa produção sobre o estudo das técnicas de trabalho à chegada do marxismo ou do “movimento de renovação”. O discurso, de alguns profissionais, é associado a um crescente endeusamento de um “subjetivismo” descolado da perspectiva sócio-histórico ou de qualquer referencial que vislumbre a aproximação com a totalidade. Possivelmente, já é um dos sintomas da influência da pós-modernidade e da aceitação das “novas” técnicas empreendedoras na profissão.

Desta forma, o trabalho foi dividido em três capítulos, sendo o primeiro destinado à análise da globalização como ideologia e, neste sentido, inegável

também as transformações operacionalizadas no mundo do trabalho, cujo toyotismo constituiu-se numa das formas de captura da subjetividade do trabalhador. Nos limites deste trabalho, entende-se que o discurso empreendedor colabora com a ampliação dos mecanismos de alienação na contemporaneidade, pois, incide apenas em uma mudança individual.

No segundo capítulo, foi abordado o discurso pós-moderno, que se espalhou nas ciências sociais a partir da década de 1990, como o toyotismo, o neoliberalismo e o empreendedorismo. Compreende-se que a pós-modernidade, enquanto vertente ou discurso, corrobora com o neoliberalismo na medida em que relativiza os problemas sociais. Ainda neste capítulo, buscou-se dimensionar a trajetória do Serviço Social no Brasil, com vistas à compreensão da consolidação de uma perspectiva crítica.

O terceiro capítulo foi dedicado à análise do discurso empreendedor e sua influência na formação dos estudantes universitários e, em especial, na formação do Assistente Social. Reitera-se que o discurso do empreendedorismo não se restringe ao campo de formação profissional, mas também pode estar nos trabalhos socioeducativos, executados por assistentes sociais, alocados em instituições que adotam o discurso do empreendedorismo “social” e o caracterizam como um novo paradigma de mudança na sociedade. Neste item, buscou-se compreender a aproximação do discurso empreendedor com o Serviço Social brasileiro por meio da análise das produções sobre a temática.

Contudo, sem a pretensão de esgotar o tema, dado que se trata de reflexões alicerçadas nas bibliografias específicas sobre o objeto de pesquisa, com a tentativa de relacioná-las com categorias de dimensões universais, tais como a Ideologia. Evidentemente trata-se da produção de um trabalhador da educação superior privada, portanto, centrada a partir de um ponto de vista de classe e que diante de possíveis equívocos, buscou manter-se a fiel a dimensão ético-político do Serviço Social brasileiro, que ainda, mesmo num contexto de agravamento das expressões neoconservadoras, contra “ventos e marés” mantém a defesa dos direitos sociais e a emancipação como norte da formação.

CAPÍTULO I UM MUNDO GLOBALIZADO

O tempo presente tem posto desafios constantes às ciências humanas e sociais, tendo em vista as transformações operacionalizadas em âmbito mundial que imprimem novas formas de sociabilidade, de comportamentos e de consumo. Neste novo tempo, marcado pelo advento da tecnologia e pela abrupta troca de informações em escala global, novas manifestações culturais ganham terreno, ao mesmo tempo em que inúmeros preconceitos ressurgem e se solidificam nos territórios. Nestes territórios dispersos e “conectados”, é possível observar certa influência ou até mesmo a solidificação de uma cultura globalizada, envolta por uma aparência mitificada, que redefine aspectos íntimos da vida cotidiana.

O estilo globalizado não distingue países pobres ou em desenvolvimento, mas, impõe um padrão comportamental e moral, identificado com os ideais de sucesso norte-americano e europeu, patronizando roupas, músicas, lugares, enfim, reinventando inclusive a própria cultura local. Reafirma e cultua também a felicidade por meio do consumo, essencial para o estabelecimento de uma sensação de pertencimento, seja de grupo ou territorial – certos locais são mais evidentes que outros e representam uma suposta inserção social.

Parte deste cenário está materializada nos centros urbanos, embora, com a apropriação da tecnologia, pequenas cidades e até localidades rurais conectam-se facilmente a este padrão. No entanto, sobretudo no espaço urbano, visualiza-se a emergência de formas de sociabilidade, calcadas essencialmente na exacerbação do individualismo. A vida para o típico cidadão cosmopolita tornara-se virtualizada e seu espaço restrito aos limites do ambiente *online*, assim, estudam, trabalham, divertem-se, amam, estabelecem vínculos sociais circunscritos à tela do computador.

A globalização ou “mundialização”, conceito usado por Renato Ortiz¹, ainda na década de 1990, expressa um movimento de proporções globais, cujos parâmetros estariam para além dos fluxos monetários, constituindo uma nova

¹ ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 34.

forma de sociabilidade e uma dita cultura global. Neste contexto, a informação, seja veiculada pelos meios de comunicação mais tradicionais como a televisão, ou nos modernos arautos da internet, assume fundamental importância, fomentando estilos e uma moralidade atribuída ao sucesso financeiro. O controle e a manipulação dessas informações constituem uma das principais particularidades da vida contemporânea².

Sendo parte do cotidiano de todas as pessoas, o tema globalização comporta várias interpretações, algumas centradas nas denúncias da perversidade do atual sistema metabólico e outras que ressaltam as benesses de um mundo globalizado, cuja sociedade, como um todo, poderia usufruir do acesso às novas tecnologias. Na transição do milênio, o tema foi e continua a ser abordado por inúmeros autores, e até pode ser considerado um fenômeno relativamente novo, pois a produção bibliográfica referente ao assunto, pelo menos nos países de inserção tardia no capitalismo, não supera os quatro últimos decênios. Nesses países, os impactos socioeconômicos globais foram sentidos com mais intensidade a partir da década de 1990, período este de grandes mudanças para aqueles identificados globalmente como “emergentes”.

Ainda no final do século XX, boa parte da intelectualidade perguntava-se sobre os destinos da globalização. Seria um fenômeno realmente novo, ou tratava-se apenas de uma faceta ideológica da reorganização do capitalismo? Giddens³, sociólogo de grande influência na contemporaneidade, alegava, ao final da década de 90, que poucos compreenderiam o real sentido da globalização. Em sua opinião, não era somente uma nova estratégia do capital, como defendiam os radicais situados na velha esquerda, tampouco um processo de sincretismo cultural em curso desde o século XV, como bravejavam os cétricos. Para o autor, a partir daquele momento, viveríamos em mundo totalmente novo, com livre acesso à tecnologia, mesmo que num primeiro momento, ainda de forma desigual. Ressaltava também a impossibilidade de atribuir uma imposição cultural dos países ocidentais sobre os países não ocidentais, pois o terceiro mundo também

² HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Cia da Letras, 2007.

³ GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização esta fazendo de nós. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

passara a influenciar os primeiros por meio da troca cultural. A exemplificação baseava-se na latinização de Los Angeles, na africanização de bairros inteiros na Europa e na grande aceitação de produções culturais latinas, sobretudo as novelas, populares, à época, em países como Espanha e Portugal.

Embora os apontamentos realizados por Giddens sinalizem um sincretismo global inevitável, também deve ser analisado que a globalização não acontecera com a mesma intensidade em todos os países. Para boa parte dos pobres, a globalização ainda não se fez presente, visto que são carentes quanto ao acesso a serviços públicos de qualidade e, além disso, estão estabelecidos em democracias pouco consolidadas, como a maioria dos países da América Latina, Ásia e África. Nos ditos países emergentes, mesmo com toda a propaganda relacionada à prosperidade financeira, também não é possível afirmar que a globalização chegara de maneira integral, pois no próprio cenário urbano convive-se com locais extremamente tecnológicos e luxuosos, enquanto outros caracterizam-se pela escassez de gêneros básicos para a sobrevivência, assemelhando-se a imagens sociais em que o Estado nunca se fez presente ou torna-se visível somente sob o prisma da coerção policial.

Embora envolta por inúmeros mitos, a globalização como fenômeno da ordem capitalista já era sinalizada por Marx no século XIX. Evidentemente, Marx não vivera a globalização contemporânea, mas por meio de suas análises, era evidente que o processo em curso tenderia para dimensões mundiais. Em uma das obras mais difundidas do referido autor, a mundialização dos meios de produção é nítida⁴.

Por meio da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, retirou da indústria sua base nacional. As antigas indústrias nacionais foram aniquiladas e o são ainda todos os dias. São desalojadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas. [...] o antigo isolamento local e nacional, onde cada um se autosatisfaz, cede lugar às relações universais.

⁴ ENGELS, F.; MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. Lisboa: Avante, 1997, p. 27.

O autor analisa o caráter “burguês” do processo como sendo a tipificação básica que a leitura de Marx sugere. Globalização não é um tema restrito às correntes de origem marxista, tampouco recebeu nenhum tratamento específico de Marx, e nem o poderia. Marx não assistiu, em vida, o impacto do advento do capitalismo monopolista, nem era ainda suficientemente visível, em seu horizonte empírico, foram as grandes transformações no mundo do trabalho que deram contornos diferenciados ao capitalismo contemporâneo. O mundo de Marx não apresentava a formatação global nos moldes em que hoje pode ser vislumbrado, e tampouco todos os sinais de concreta plenitude, contudo, já continha alguns dos seus indícios⁵.

A materialidade da globalização pode ser visualizada na composição do espaço urbano. Se anteriormente os espaços periféricos e centrais estavam bem delimitados, com a globalização e as mudanças no trabalho ocorreu um redimensionamento do território e das cidades, evidentemente resguardadas as particularidades regionais. Aliás, os grandes centros urbanos também passaram a ser identificados como cidades globais.

A cidade global representaria a entrada dos países neste novo processo, constituída essencialmente pelo aumento do setor de serviços e pelo estabelecimento de uma base de conexão cultural e econômica com outras cidades globais. No entanto, quando observamos a configuração dessas cidades nos países em desenvolvimento, o máximo que se pode observar é a existência de ilhas de globalização⁶. A distribuição do acesso à tecnologia não se restringe somente à internet, porque ela ocorre de maneira desigual no território, marcada ainda pela escassez de equipamentos de consumo coletivo nas regiões pobres⁷.

Um sintoma da globalização é a tendência cada vez mais evidente de reclassificar a pobreza, o mais extremo e problemático sedimento da desigualdade

⁵ MELLO, A. F. **Marx e a globalização**. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

⁶ FERREIRA, J. S. W. **O mito da cidade global**: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

⁷ O caso da cidade de São Paulo é emblemático neste sentido, pois ao observar a distribuição do Metrô na cidade, torna-se evidente que para alguns usuários simboliza a modernidade (linha amarela) e para outros, residentes, por exemplo, na Zona Leste da cidade (linha vermelha) um descaso no acesso a um equipamento estatal. Enquanto na linha amarela existe uma estrutura moderna (vagões, plataformas, acesso etc.) na vermelha resta à superlotação e trens obsoletos.

social como um problema de lei e ordem, exigindo assim, medidas, em geral, empregadas para enfrentar os atos criminosos e estabelecer uma classificação assistencial destinada à população excluída das benesses do capitalismo⁸. Desse modo, surgem os novos pobres, os empoderados, aqueles que se encontram em risco social etc. Até formas precarizadas de trabalho, em alguns casos, são identificadas como novos espaços que possibilitam o empoderamento do sujeito. Exclusivamente no Brasil, notam-se alguns estudos que analisam com grande esmero os catadores de materiais recicláveis, atribuindo-lhes um protagonismo social na medida em que desempenham um papel ecológico de grande relevância com a reciclagem de materiais e o desenvolvimento de uma capacidade organizativa, observáveis em alguns grupos de trabalhadores catadores, porém, esquece-se que, em quase sua totalidade, são trabalhos extremamente precários, sem garantias trabalhistas e sujeitos às mais variadas formas de intempéries e violência urbana.

Outro fenômeno que merece destaque, na atual dinâmica da cidade detentora de espaços globalizados, está atribuído à emergência de “novos movimentos sociais” que não possuem como referência a contradição de classe. Geralmente, aglutinam pessoas e grupos cujo foco do ativismo restringe-se a ações pontuais ligadas à ecologia, formas de consumo consciente e, por vezes, à reivindicação de uma paz abstrata que não questiona a desigualdade social e as agressivas campanhas que induzem ao consumo. Quando se referem à violência urbana, solicitam uma paz idílica que não identifica os processos de produção e reprodução da violência na atual forma de organização social. Como bem observa Bringel e Gohn⁹, essas análises dificultam inclusive a compreensão dessas novas dinâmicas, na medida em que ocultam o seu caráter ideológico, revelando a fragmentação do campo temático e a multiplicidade de sujeitos, em formas híbridas de ações coletivas. Isso leva a um ecletismo nas interpretações contemporâneas, em que convivem teorias com focos diversos, que utilizam

⁸ BAUMAN, Zigmunt. **Danos colaterais**: desigualdades sociais numa era global. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

⁹ GOHN, M. G; BRINGEL, B. B. (Org.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 32.

matrizes teóricas que, em sua maioria, não observam propositalmente a contradição de classe. Há também movimentos sociais que se articulam exclusivamente pela internet e solicitam acessos específicos ou a possibilidade de possuir determinadas tecnologias.

O geógrafo Milton Santos¹⁰, na entrada do milênio, analisou a desigualdade do acesso à técnica. Segundo o mesmo, as técnicas se dão como famílias e, nunca, na história dos homens, aparecem isoladas, criando verdadeiros sistemas. Essas famílias de técnicas transportam uma história, em que cada sistema técnico representa uma época. Atualmente, o sistema está expresso nas técnicas da informação, por meio da cibernética, da informática e da eletrônica, resultando no fato das diversas técnicas existentes poderem se comunicar entre si, fazendo com que a informação assegure esse processo, impossível de ser realizado anteriormente.

Na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente sua presença [...]. As técnicas apenas se realizam, tornando-se história, com a intermediação da política, isto é, das políticas das empresas e da política dos Estados, conjunta ou separadamente¹¹.

Neste sentido, a técnica se espalha pelo planeta, como uma invasora, irrestrita ao local de nascimento, dotada de uma “vocaçãõ” para chegar a todos os espaços do globo, o que constitui um dos fundamentos da ação dos novos gestores hegemônicos do capital, tal como as empresas globais. Embora as empresas funcionem a partir de uma fragmentação (para além do interior da fábrica, mas destilando-se também nas produções em países diferentes) há uma técnica e um discurso hegemônico, presente praticamente em todos os meios. Associada à fragmentação da produção, tem-se, por outro lado, uma unidade

¹⁰ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 28. ed. São Paulo: Record, 2011, p. 25.

¹¹ Ibid., p. 26.

política de comando, que funciona no interior das instituições, pautada num discurso de abrangência globalizada.¹²

Outra particularidade que merece destaque no trato da globalização refere-se ao “poder da finança”, termo utilizado por Chesnais¹³ ao observar as mudanças estruturais, na forma de dominação do capital, a partir das décadas de 1980-90, onde grupos industriais transnacionais passaram, de maneira direta, a comandar a política e o social do capital em face do aumento das formas de exploração do trabalhador. Porém, menos visíveis e, por vezes, menos atentamente analisadas, estão às instituições financeiras bancárias, mas, sobretudo, as não bancárias que são constituíveis de capital com traços particulares. Um capital que “busca fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros e de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações, enfim, de lucros nascidos da especulação bem-sucedida. Seu terreno de ação são os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e internacionalmente conectados¹⁴.

Ainda com base em Chesnais, é possível afirmar a existência de uma personificação dos “mercados”, que exprime, simultaneamente, ao menos três dimensões do poderoso crescimento das finanças. A primeira refere-se ao movimento de autonomia relativa da esfera financeira em relação à produção, mas essencialmente a capacidade de intervenção das instituições monetárias na globalização; a segunda está relacionada ao caráter fetichizado, mistificador dos “valores” criados pelo mercado financeiro e, finalmente, a terceira está atrelada ao fato de que são os operadores que delimitam os contornos da mundialização financeira e decidem quais agentes econômicos são pertencentes às quais países e em quais tipos de transações participarão.

No quadro da mundialização capitalista contemporânea, cujas finanças são um dos traços principais, enfatiza-se que o mercado tem predominância sobre

¹² HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

¹³CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 13.

¹⁴ “[...] Por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm encargo de valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros-divisas, mantendo-os fora da produção de bens e serviços”. Ibid., p. 43.

todas as outras esferas da vida social, fato este que se acentua gradativamente. Mesmos os problemas relativos à baixa capacidade de organização política dos países pobres podem, aparentemente, ser solucionados por ações meramente mercadológicas.

Associada à ideia da consagração do mercado, surge também quase incontestavelmente a afirmativa sobre o declínio do Estado-nação. No entanto, esse discurso também está sendo usado para uma “reconversão da dependência”, pois certos elementos tradicionais do Estado-nação, dependente ou periférico, continuam até hoje, e há indícios de que continuarão no futuro, apresentando continuidades significativas.¹⁵

Neste sentido, a globalização transfigura-se numa “nova” estratégia ideológica que imputa a integração econômica e cultural entre as diversas partes do globo. Aliás, existe uma tendência culturalista predominante nas explicações sobre a globalização, principalmente ao enfatizar-se o processo inevitável de um suposto sincretismo cultural, que tenderia num relativo curto espaço de tempo a uma integração cultural. Contudo, embora seja inegável a troca entre as culturas, a globalização é essencialmente econômica, pois quando analisada a partir de uma perspectiva de totalidade, percebe-se que os atuais discursos reforçam privilégios de países ricos sobre pobres, principalmente em um momento de transnacionalização do capital. Giovane Alves¹⁶ acrescenta que para a compreensão do fenômeno da globalização é preciso à elaboração de análises que a relacionem com as transformações em curso no mundo do trabalho, e a redução da interferência do Estado nas refrações da Questão Social via neoliberalismo. Argumenta também que a globalização é resultado de múltiplas determinações históricas (e ideológicas), destacando-se três: a globalização como Ideologia; a globalização como mundialização do capital e a globalização como processo civilizatório humano genérico.

¹⁵ CASANOVA, P. G. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In. GENTILLI, Pablo (Org.). **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

¹⁶ ALVES, Giovani. **Dimensões da globalização**: o capital e suas contradições. São Paulo: Editora Práxis, 1994, p. 20.

Desta forma, a globalização instaura a generalidade de estilos e comportamentos sociais associados às experiências vivenciadas no consumo de determinadas mercadorias. Estabelece uma nova composição social, devidamente assentada na contradição entre capital e trabalho, onde surge uma nova elite capitalista desterritorializada, uma burguesia transnacional comprometida com os interesses financeiros do sistema mundial do capital. E no seu limiar, também estabelece um novo aparato ideológico, com a prevalência de um economicismo descolado da dimensão sócio-histórica, permitindo apreendê-la somente como um processo cultural. A globalização é um arcabouço de crenças e práticas políticas e culturais impressas nos discursos dos grandes meios de comunicação, de intelectuais, políticos e empresários, cujo objetivo latente é legitimar o regime do capital. Desta forma, envolve a ideologia neoliberal, mas também processos sócio-históricos objetivos que são incorporados e reproduzidos pela burguesia transnacional emergente.

As contradições deste processo são encobertas pela mitificação do desenvolvimento da tecnologia e da comunicação, contudo, países pobres parecem viver um novo tipo de colonialismo, pois, a condição subalterna, característica do capitalismo tardio, mantém-se essencialmente inalterada.

O discurso da globalidade não só obedece a uma realidade epistêmica legítima. Está sendo usado também para uma 'reconversão da dependência'. Frequentemente contribui para ocultar ou ocultar-se dos efeitos da política liberal neoconservadoras nos países do Terceiro Mundo e os problemas sociais cada vez mais graves dos quatro quintos da humanidade. Nas linhas essenciais do mundo atual é indispensável ver o novo da globalidade, mas também o velho, e no velho se encontra o colonialismo global que hoje é também neoliberal e pós-moderno.¹⁷

Outro fator que merece destaque sobre a globalização está relacionado aos limites ecológicos do sistema, tendo em vista a degradação dos recursos naturais em escala mundial, evidentemente, sem limites na maioria dos países pobres e "emergentes". Como exemplo, os retrocessos nas políticas ambientais brasileiras

¹⁷ Ibid., p. 78.

e o aumento exponencial do desmatamento na Amazônia. O agronegócio, nomenclatura inventada a partir do neoliberalismo em substituição à agricultura, é apresentado pela mídia como um dos pilares da economia, tornando-se grave do ponto de vista socioambiental, visto que a ampliação da capacidade de produção agrícola relaciona-se diretamente com o desmatamento.

Em geral, o debate estabelecido pelos ambientalistas não incorpora o caráter destrutivo do atual sistema sócio-metabólico, mas visualiza e restringe o problema da tomada de consciência das populações pobres. Discursos embasados no desenvolvimento sustentável tentam redefinir o papel das comunidades a partir da consolidação de atitudes empreendedoras, em que o Estado sequer é mencionado. O discurso do desenvolvimento de comunidade, exaltado na América Latina, a partir das políticas desenvolvimentistas da década de 1950, foi substituído pelo termo desenvolvimento sustentável. Além da mudança semântica, as práticas, apesar da entrada de alguns novos recursos tecnológicos, de maneira indireta, ainda culpabilizam as comunidades pelos problemas que as acometem. Nas entrelinhas, a ideia do atraso cultural, ainda é a tônica principal dos trabalhos direcionados as populações pobres.

Na medida em que a sociedade se torna mais complexa, os processos violentos da atual organização social tornam-se mais difíceis de serem identificados, principalmente na tendência cosmopolita em voga, em que os fascínios da cidade e do fluxo de mercadorias obscurecem as divisões sociais. Tem-se a impressão de que os dilemas da cidade capitalista foram superados, pois o que delimitava tão bem a cidade – a contradição centro periferia – é substituída pela interpretação dos diferentes discursos, do pobre, do rico, do excluído, enfim, a cidade parece representar o que o indivíduo imagina, substituindo a contradição pelo discurso da dualidade no território. Assim, é preciso conhecer os diferentes discursos, locais de fala, dos diversos grupos que constituem o “cenário” urbano e, conseqüentemente, nota-se o Estado cada vez mais ausente na elaboração e execução de políticas urbanas.

Considerar a globalização como um dos mecanismos ideológicos do capitalismo contemporâneo requer uma aproximação com as configurações da

Ideologia na contemporaneidade, cuja essencialidade ainda mantém-se assentada no trabalho. Aliás, a crise, que não se restringe aos limites nacionais, está diretamente imbricada com as novas configurações do mundo do trabalho. É evidente que para aqueles que aceitam a globalização como a estrutura objetiva do discurso “racional” e “erudito”, rejeitam como ilegítimas todas as tentativas de identificar os pressupostos ocultos e os valores implícitos com que está comprometida a ordem dominante. Assim, em nome da “objetividade” e da “ciência”, eles precisam desqualificar o uso de algumas categorias vitais do pensamento crítico dentre as quais, a própria tese do fim da Ideologia¹⁸.

O mundo em que vivemos é cada vez mais dominado pela lógica do capital e da mercadoria, o que faz com que, longe da ilusão pós-capitalismo (ou pós-modernidade, ou tanto outros “pós”), ainda estamos atravessando um longo período (ainda não concluído) de consolidação da sociedade burguesa em escala mundial. Os artifícios ideológicos que obscurecem a dominação de classe são os mais variados, mas ainda possuem raízes diretas com o mundo do trabalho.

1.1. Ideologia: a historicidade da categoria.

No âmbito das Ciências Sociais, poucas categorias foram tão debatidas quanto à ideologia. Por ser um termo complexo, também não foram poucos os trabalhos com vieses conservadores que tentaram e ainda tentam eliminar a sua atualidade. Sobretudo a partir dos fins dos anos 1980, com as reestruturações capitalistas operacionalizadas em âmbito mundial, passaram a afirmar que se vivia o fim da Ideologia, bem como o fim da História e, conseqüentemente, do proletariado. Nesse sentido, talvez aí esteja à atualidade da categoria, pois a sua negação constitui-se na própria afirmação da sua existência.

Atualmente, com a pluralidade de discursos que negam a possibilidade do conhecimento acerca da realidade, críticos dos referenciais analíticos, pautados nas contradições operacionalizadas pelo capitalismo a partir do século XIX, demonstram que a análise sobre a Ideologia na contemporaneidade torna-se

¹⁸ MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

extremamente relevante. A heterogeneidade de posicionamentos, agora globalizados, não admite a ideia de vivermos em um mundo que segue uma tendência política econômica e social hegemônica direcionada a grupos específicos. Assim, permeado por inúmeros debates, esse conceito, ao longo do tempo, foi alvo de vários estudos, e alguns deles buscaram adequá-lo a momentos históricos específicos e outros, simplesmente, o negaram e o distorceram.

Existe praticamente um consenso entre os pesquisadores desse conceito, no sentido de sua utilização ser anterior a Karl Marx. Segundo Lowy¹⁹, o termo foi literalmente inventado por um filósofo francês pouco conhecido na época, Destutt de Tracy, discípulo da terceira categoria dos enciclopedistas de Condillac, que publicou, em 1801, um livro chamado *Elements d'Idéologie*. Para Destutt de Tracy, Ideologia era um subcapítulo da zoologia e seria o estudo científico das ideias e estas seriam resultado da interação entre organismo vivo e natureza. Tratando da questão dos sentidos, da percepção sensorial, é que se chegaria às ideias. Em seu princípio básico, seria a redução de toda a vida intelectual à esfera dos sentidos²⁰.

Destutt foi um aristocrata de nascimento que se desertou da própria classe e se tornou um grande defensor da burguesia revolucionária francesa. Foi preso durante a Revolução Francesa, onde atuava como soldado e, na prisão, começou a formular os primeiros conceitos de uma ciência da ideia, pautada na necessidade de desvendar as leis do pensamento. De acordo com Konder²¹ o pensamento de Destutt percorria o seguinte caminho:

[...] agimos de acordo com nossos conhecimentos, que se organizam através das ideias; se chegarmos a compreender como se formam essas ideias a partir das sensações, teremos a chave para nos entender e para criar um mundo melhor. A conclusão era: precisamos decompor as ideias até alcançar os elementos sensoriais que as constituem em sua base.

¹⁹ LOWY, Michel. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 11.

²⁰ BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia**: temas e variações. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 62.

²¹ KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Cia das letras, 2002, p. 22.

Os ideólogos franceses, dentro os quais se encontrava Destutt de Tracy, eram antiteológicos, antimetafísicos e antimonarcas. Participantes do partido liberal esperavam que o progresso das ciências experimentais, baseadas exclusivamente na observação, na análise e síntese dos dados observados, pudesse levar a uma nova pedagogia e a uma nova moral²². Possuíam como pretensão reconstruir a sociedade sobre bases racionais e investiam contra uma ordem social que enaltecia a religião (com o objetivo de manter o absolutismo) e combatiam o pensamento metafísico, insistindo que as ideias humanas derivavam mais das sensações que de alguma fonte inata ou transcendental. Desta forma, era possível transformar as instituições sociais e políticas a partir da transformação das ideias dos indivíduos por meio do resgate da consciência obscurecida pela ilusão metafísica.

Para os ideólogos, não seria possível construir uma sociedade racional sem perscrutar cientificamente as leis interna da consciência, considerada como a suposta base da existência social. Assim, a penetração da razão científica na psique humana era politicamente essencial, dado que as instituições sociais só poderiam ser transformadas com base no mais exato conhecimento da natureza humana. Justiça e felicidade seriam encontradas na adaptação das instituições a essas leis imutáveis²³.

Os ideólogos eram partidários de Napoleão e apoiaram o golpe do 18 Brumário, pois o julgavam um liberal continuador dos ideais da Revolução Francesa e ocuparam cargos no Tribunal e no Senado, durante o consulado de Napoleão. No entanto, logo se decepcionaram, vendo em Bonaparte o restaurador do Antigo Regime, e passaram para o partido da oposição. Em resposta, Napoleão declarou, num discurso proferido em 1812, que todos os problemas que afligiam a França deveriam ser atribuídos à ideologia, “essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a

²² CHAUI, M. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 12.

²³ ENGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1998.

legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e as lições da história, discursava Napoleão”²⁴

Assim, Napoleão já atribuía outro sentido à palavra, pois, em sua concepção, os ideólogos seriam metafísicos que faziam abstração da realidade e viviam sob um mundo especulativo. Paradoxalmente, Destutt que pretendia fazer uma análise científica materialista das ideologias, foi chamado de ideólogo, e como Napoleão possuía mais poder, foi a sua designação que teve sucesso na época, entrando para o linguajar corrente.

É com esta conotação que Marx conheceu esse conceito na primeira metade do século XIX, inicialmente no livro *Ideologia Alemã*. Começou a tratar do conceito que, num primeiro momento, remetia à ideia de ilusão, falsa consciência, processo pelo qual a realidade é invertida.²⁵

Para Marx, claramente ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante; as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade.²⁶

De acordo com Lowy, esse conceito continua a ser elaborado após Marx, e em Lenin já existe uma concepção de uma Ideologia burguesa e outra proletária, passando a designar simplesmente qualquer doutrina sobre a realidade social que tivesse um posicionamento de classe. Com Karl Mannhein, há uma distinção entre ideologia e utopia²⁷, sendo que a primeira estaria atrelada ao conjunto de

²⁴ LOWY, Michel. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 10.

²⁵ “É esse o caminho tortuoso do termo: começa com um sentido atribuído por Destutt, que depois é modificado por Napoleão e, em seguida, é retomado por Marx que, por sua vez, lhe dá um outro sentido. Em a *Ideologia Alemã*, o conceito de ideologia aparece como equivalente a ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. Mais tarde Marx amplia o conceito e fala das formas ideológicas através das quais os indivíduos tomam consciência da vida real, ou melhor, a sociedade toma consciência da vida real. Ele as enumera como sendo a religião, a filosofia, o direito, as doutrinas políticas etc.” LOWY, Michel. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 11.

²⁶ *Ibid.*, p. 12.

²⁷ “Para ele, ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida. São todas aquelas doutrinas que têm um certo caráter conservador no sentido amplo da palavra, isto é,

representações sociais que servem à manutenção da ordem e a segunda estaria relacionada a uma dimensão da negação da ordem estabelecida.

Outros autores analisaram a Ideologia, não apenas como falsa consciência, pois se tornaria verdadeira na medida em que se destila e é apropriada no senso comum. Após a Segunda Guerra Mundial (1955), Daniel Bell desenvolveu uma pesquisa sobre o *Fim da Ideologia*, título da sua principal obra. Segundo Mészáros²⁸, Daniel Bell possuía como pretensão desenvolver uma sociologia totalmente neutra e livre das premissas oriundas do século XIX, sobretudo Marx. Para Bell, os problemas do século XIX já não caberiam na sociedade “pós - capitalista” e genuinamente “industrial”. Porém, em sua análise, escapava o fato de muitos problemas identificados no século XIX ainda permanecerem e outros se agudizarem, na medida em que o capitalismo se constituía. Até mesmo nos dias atuais, muitos pesquisadores procuram trabalhar com uma concepção de ciência totalmente neutra, evidenciando uma relação íntima entre “ciência” e ideologia. Aliás, após a suposta crise dos paradigmas, busca-se, cada vez mais, um conhecimento técnico-científico em detrimento das análises das estruturas mais gerais do atual sistema sóciometabólico, pois o retorno da ideia do fim da Ideologia, oculta necessariamente a luta de classes.²⁹

O fato é que seria impossível compreender a Ideologia, principalmente na atualidade, sem fazer menção à alienação³⁰ como processo histórico, que não é produzida por erro da consciência que se desvia da verdade, mas resultado da

consciente ou inconscientemente, voluntária ou involuntariamente, servem à manutenção da ordem estabelecida. Utopias, ao contrário, são aquelas ideias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente. Têm, portanto, uma dimensão crítica ou de negação da ordem social existente e se orientam para sua ruptura. Deste modo, as utopias têm uma função subversiva, uma função crítica e, em alguns casos, uma função revolucionária.” *Ibid.*, p. 13.

²⁸ MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia, e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993, p. 34.

²⁹ Este assunto será abordado no tópico referente à pós- modernidade.

³⁰ “Na sociedade capitalista madura, observa-se uma contradição fundante: pensada a partir das sociedades precedentes, a sociedade moderna efetua o maior desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades humano genéricas e, simultaneamente, produz o maior grau de alienação. A alienação se (re)cria em novas formas, que invadem todas as dimensões da vida social e a objetivação do ser social, como um ser da práxis, passa a constituir-se como um campo de possibilidades; se realiza em termos do desenvolvimento humano-genérico mas não se objetiva para o conjunto dos indivíduos”. BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 35.

própria ação social dos homens, da própria atividade material quando se separa deles, quando não a podem controlar e são ameaçados e governados por ela. Assim, a compreensão da origem e a função da Ideologia, relacionam-se, necessariamente, com a luta de classes, sendo a ocultação desta contradição o seu principal objetivo.

Outro aspecto relevante no tocante à ideologia se expressa na sua menção ahistórica, intemporal, como se a sociedade mantivesse continuamente a mesma forma, eliminando inclusive o caráter violento da organização social nos marcos do capitalismo. A violência passa a ser atribuída exclusivamente aos indivíduos, desconsiderando qualquer influência no comportamento mediado pela sociedade. Neste sentido, Ideologia é um conceito social, mas que se reproduz materialmente no cotidiano vivido.

[...] A intemporalidade do saber-poder fundador se transmite a sociedade, que por isso pode representar-se a si própria como sempre idêntica a si mesma e intemporal. Ora, uma vez estabelecida à origem, a forma e a significação de tal sociedade, assim como de suas hierarquias internas, tipos de autoridade e de poder, e de suas instituições econômicas e culturais, o todo se imobiliza para si mesmo e concebe a si mesmo como uma essência eterna. Sua temporalidade se petrifica. Temporal em si, mas intemporal para si, essa sociedade é histórica apenas para nós quando deciframos o processo pelo qual ela se protege contra o tempo³¹.

Essa petrificação do tempo, só é possível por meio da Ideologia. A sociedade, de um modo geral, não compreende que é a ação dos sujeitos históricos que lhe dá sentido e não admite que ela própria seja condição de existência destes sujeitos³². Assim, com a divisão social do trabalho, que

³¹ CHAUI, Marilene. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2013, p. 124.

³² “As características trans-históricas – mas de modo algum supra-históricas - da ideologia, como forma de consciência *sui generis*, só pode ser entendida no contexto da reprodução contínua de algumas determinações estruturais vitais do tipo de sociedade a qual emergem. Em outras palavras, o caráter socioeconômico e inerentemente histórico/ trans-histórico da ideologia como tipo distinto de consciência deve ocupar o primeiro plano de nossa atenção, quando tentamos explicar através da dialética da continuidade na mudança e vice-versa – a recorrência renitente de suas feições mais importantes, através da longa trajetória das transformações históricas conhecidas”. Ibid., p. 121.

inicialmente se configura na separação entre trabalho manual e intelectual, destitui o ser histórico da compreensão do próprio movimento da sociedade. Assim posto, significa, em termos de materialismo histórico e dialético³³, ser impossível compreender a origem e a função da Ideologia sem compreender a luta de classes, constituindo-se como um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação.³⁴

A admissão da existência da Ideologia remete-nos a toda uma tradição crítica inaugurada por Marx, que não se encerra no mesmo, pois, alguns interlocutores contemporâneos ainda buscam captar os artifícios ideológicos que se materializam nas mais diversas expressões políticas, artísticas, filosóficas, culturais etc. Neste sentido, embora não seja um consenso como foi sinalizado anteriormente, a globalização se constitui como uma forma de manifestação da Ideologia. Sua análise não pode ser interpretada de maneira isolada e tampouco como uma abstração idealista, pois se espalha pelo globo, estabelecendo tendências culturais, político-econômicas e estéticas. Somam-se a este fenômeno os discursos em voga nas ciências humanas que negam o domínio ideológico de determinados grupos, em destaque o pós-moderno e as novas técnicas gerencias que buscam “empoderar” subjetivamente os trabalhadores, desarticulando a organização da classe operária e ocultando as relações de poder.

A compreensão da Ideologia por meio desta vertente requer um estudo das formulações legatárias de Marx (que não se esgotam na ideia da falsa consciência) e de seus interlocutores contemporâneos. Existe um grande acervo, internacional e nacional, que são alicerce para várias pesquisas, não se restringindo somente ao campo das Ciências Sociais, mas também da História, Economia, Geografia, Serviço Social etc.

³³ Netto sintetizou o que seria o método em Marx: “A teoria reproduz conceitualmente o real, é, portanto, construção intelectual que proporciona explicações apropriadas da realidade e, assim sendo, supõe uma forma de autoconstituição, um padrão de elaboração: o método. Neste sentido, cada teoria social é um método de abordar a realidade. O método é, pois, a trajetória teórica, o movimento teórico que se observa na explicação sobre o ser social. É o posicionamento do sujeito que investiga face ao investigado e, desta forma, é ‘questão da teoria social e não problema particular desta ou daquela disciplina’”. NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1991, p. 13.

³⁴ CHAUI, M.; FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

1.2 A acepção marxiana de Ideologia.

De acordo com o dicionário de política, organizado por Norberto Bobbio³⁵, não há na linguagem política prática, como na linguagem filosófica, sociológica e político-científica outra palavra que possa ser comparada à Ideologia, pela frequência com a qual é empregada e, sobretudo, pela gama de significados diferentes que lhe é atribuída. O autor faz menção a dois sentidos do conceito, sendo um fraco e o outro forte. O significado fraco designaria o *genus*, ou a *species* diversamente definidas, dos sistemas de crenças políticas, ou seja, um conjunto de valores e ideias respeitantes da ordem pública, possuindo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. O significado forte, que interessa-nos no limite deste trabalho, tem origem no conceito de Ideologia em Marx difere-se do primeiro, por justamente manter por centro, ampliada e modificada por seus continuadores, a noção de uma falsa crença. E mesmo um autor conservador como Bobbio, admite a potência e importância dos estudos de Marx para a compreensão da Ideologia.

Como mencionado, é no livro *Ideologia Alemã* que Marx formula suas primeiras concepções teóricas acerca da Ideologia. Embora tenha sido elaborado em 1846, foi publicado somente em 1932 e, neste sentido, vários interlocutores marxistas, tais como Lennin e Gramsci, não conheceram a obra, embora alguns tenham conseguido compreender o sentido da categoria, devido ao contato com outros escritos de Marx, com destaque ao próprio Gramsci. Assim, a concepção de Ideologia perpassa em muitos trabalhos de Marx, não se restringindo somente à *Ideologia Alemã*. Pode-se, inclusive, associar todo o seu esforço de pesquisa na compreensão das formas estruturais e subjetivas do capitalismo, mediadas, sobretudo, pela Ideologia burguesa.

Na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels fazem severas críticas ao idealismo alemão da época e, já no prefácio, mencionam as falsas representações que os homens fizeram de si mesmos.

³⁵ BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1991, p. 586.

Até o presente, os homens sempre fizeram falsas representações sobre si mesmos, sobre o que são, ou deveriam ser. Organizaram suas relações em função de representações que faziam de Deus, do homem, da norma etc. Os produtos de sua cabeça acabaram por se impor à sua própria cabeça. Eles, os criadores, renderam-se às suas próprias criações. Libertemo-los, pois, das quimeras, das ideias, dos dogmas, dos seres imaginários, sob o jugo dos quais definham. Revoltemo-nos contra este domínio dos pensamentos. Ensinemos os homens a substituir estas fantasias por pensamentos que correspondam à essência do homem, diz um outro, a expurgá-lo do cérebro, diz um terceiro - e a realidade existente cairá por terra.³⁶

A batalha que travaram na obra possuía como objetivo desmascarar o legado do hegelianismo de esquerda, corrente esta que, num primeiro momento, foi referência para Marx. O processo de avanço e adensamento do pensamento de Marx dirigia-se não só ao legado de Hegel, mas também aos jovens hegelianos por continuarem no plano do idealismo filosófico e adotarem uma postura liberal-burguesa. A obra em si, foi dividida em três partes dedicadas às análises do pensamento dos autores: Ludwing Fuerbach, Bruno Bauer e Max Stinner. Geralmente em separado, as onze teses sobre Fuerbach conservam alguns elementos fundadores do seu pensamento, como a dimensão ética recebida de Kant, e a dialética de Hegel. Nas onze teses, os autores rompem definitivamente com Fuerbach e mencionam que a práxis revolucionária deveria surgir não de uma crítica abstrata, mas da atividade prática dos homens.

A doutrina materialista sobre a alteração das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são alteradas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. Ela deve, por isso, separar a sociedade em duas partes – uma das quais é colocada acima da sociedade. A coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como *práxis revolucionária*³⁷.

³⁶ ENGELS, F; MARX, K. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p.12.

³⁷ *Ibid.*, p. 12.

Finaliza as teses com a famosa reflexão sobre a necessidade de transformação do mundo, pois os filósofos, até aquele momento, haviam se limitado a somente interpretá-lo de diferentes maneiras. Em outra passagem do livro, Marx e Engels continuam a contestar o idealismo hegeliano, pois a ciência e a história deveriam partir de problemas e situações reais. Para além desta oposição epistemológica, que dá primazia à “atividade humana” na formação das ideias, avançam para o discurso da denúncia. Trata-se de uma crítica da Ideologia alemã em direção a outra filosofia que se interessa em mudar o mundo, visando a construção de uma sociedade “humana”³⁸.

A produção de ideais, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc., de um povo. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, como a linguagem da vida real. Os homens são produtores de suas representações, de suas ideias etc. [...]. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico.³⁹

As abstrações especulativas não possibilitam um conhecimento da vida real, pois a ciência dar-se-ia a partir da exposição da atividade prática, do processo prático da vida humana. O máximo que a filosofia especulativa poderia alcançar seria um resumo de resultados mais gerais, que, separados da história não teriam nenhum valor. Na concepção de história e na divisão do trabalho, que se inicia com a divisão natural do trabalho no interior da família e na separação

³⁸ BOSI, Alfredo. **Ideologia e contra ideologia**: temas e variações. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 66.

³⁹ ENGELS, F; MARX, K. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 36-37.

entre diversas famílias, é que se institui o início da distribuição e, conseqüentemente da distribuição desigual. Outra contradição estaria relacionada aos interesses do indivíduo e da família singulares e, desta, com os interesses coletivos de todos os indivíduos que se relacionam entre si. Assim, como afirma Marx, a divisão do trabalho oferece desde o início uma cisão entre interesse particular e interesse comum.

A concepção de história desenvolvida na *Ideologia Alemã* é uma das características singulares da obra e que, posteriormente, foi aprofundada em outros estudos de Marx. Uma abordagem histórica que parte do processo real de produção da vida imediata, permitiria uma análise de totalidade. Tratava-se de explicar a práxis, não a partir da ideia, mas de compreender as formações ideológicas a partir da práxis material. Desse modo, para Marx, tornara-se evidente que as ideias dominantes são necessariamente as ideias da classe dominante como expressão das relações materiais dominantes. A classe burguesa manteria o domínio, justamente por produzir, idealmente e materialmente, a (re)produção e (re)distribuição de suas “verdades”.

Segundo Gorender⁴⁰, foi a partir da obra de Marx e Engels que o Estado deixou ser conceituado como entidade representativa dos interesses gerais comuns da sociedade, e passa a ser vinculado aos interesses da classe burguesa.

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade destacada da sua base real-na vontade livre. Da mesma forma, o direito é reduzido novamente à lei.⁴¹

⁴⁰ GORENDER, Jacob. Introdução. In: MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

⁴¹ BOSI, Alfredo. **Ideologia e contra ideologia**: temas e variações. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 98.

A única forma de supressão desta relação de domínio, mediada pelo Estado, cuja aparência detém um traço de provimento do bem comum, fundamentada na separação entre o homem e os meios, seria uma atividade prática, no caso, uma revolução conduzida pelo proletariado. O pressuposto incontornável da produção da vida material significaria colocar o trabalho no centro das condições de vida e da formação da consciência humana.

A Ideologia e as categorias que compõem o método do materialismo dialético aparecem em outras obras de Marx, como na *Introdução Geral a Crítica da Economia Política*, onde afirma que mesmo as categorias mais abstratas, apesar de valerem para todas as épocas, são produtos de relações históricas e possuem plena validade no âmbito dessas relações. Outros conceitos, tais como valor de uso e valor de troca (*Contribuição à Crítica da Economia Política*), fetichismo da mercadoria (*Capital*), adensam os estudos de Marx sobre os mecanismos desenvolvidos pela classe dominante para encobrir o processo social violento de desumanização dos sujeitos que já não mais possuíam seus meios de produção e de reprodução da própria vida. Percorrendo uma tradição crítica iniciada em Marx, vários autores do século XX deram continuidade na busca pela compreensão dos mecanismos Ideológicos operacionalizados pela burguesia, destacando-se Luckacs, Horkheimer e Adorno, Althusser, Goldman, Habermas. No Brasil, alguns pesquisadores também se debruçaram sobre a Ideologia, cada qual com sua particularidade e modo analítico diferente, tais como: Roberto Scwartz, Sergio Paulo Ruanet, Marilena Chauí e Leandro Konder⁴².

⁴² KONDER, Leandro. **A questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Os autores mencionados foram objeto de análise de Konder, que destacou as produções de Lukács no âmbito internacional e Marilena Chauí no Brasil. No entanto, o próprio autor do ensaio pode ser considerado um dos maiores pesquisadores sobre o tema no Brasil. Outro pesquisador, embora não analisado por Konder na referida obra, mas que possui uma produção de grande relevância internacional, foi István Mészáros, o qual serviu de base também à presente pesquisa.

1.3 Ideologia: apontamentos contemporâneos.

Evidentemente alguns traços contemporâneos da ideologia podem ser identificados no discurso globalizado, como referido no item 1.1 deste capítulo, e na descrença dos métodos que atribuem ao uso da razão à capacidade de compreensão dos problemas sociais, atualmente envoltos no discurso pós-moderno, como se procurará abordar o capítulo II. No entanto, atualmente vive-se praticamente um retorno ao que Marx tanto criticara na *Ideologia Alemã*, uma abstração desconectada da realidade, porém, agora agravada em virtude da descrença nos esforços intelectuais e a consagração suprema da técnica sobre qualquer tipo de raciocínio de cunho filosófico.

A Ideologia na contemporaneidade chama a atenção por possuir um caráter “consensual”, “orgânico”, composta por ajustamentos estruturais que visam evidentemente à preservação do *status quo*. Para tanto, mobiliza um verdadeiro arsenal político-cultural à disposição da classe dominante, resultando em um poder ideológico que se prevalece de uma posição mistificadora de supremacia, potencializada pela disseminação da cultura massificada. Nesse processo, os sujeitos alocados nas camadas subalternas veem sentido vital nos valores produzidos pela burguesia. Os bens materiais encantam até mesmo os aliados dos centros urbanos, com marcas e subprodutos reproduzidos nas periferias dos países pobres.

De acordo com Mészáros⁴³, como pré-condição para o entendimento da Ideologia é necessário:

1. Reconhecer sua persistência em diversas formações sociais que se sucedem e demonstrar a continuidade paradoxal da reprodução ideológica ao longo dos milênios, sem perspectiva de se chegar a um fim (pelo menos por ora);
2. Realçar os parâmetros socioeconômicos concretos, através dos quais se podem conceituar a emergência histórica e o funcionamento contínuo da Ideologia.

⁴³ MÉSZÁRUS, István. **Filosofia, Ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

3. Considerar a dinâmica de atuação do discurso Ideológico e as formas institucionais/instrumentais exigidas para tornar exequível o seu impacto;
4. Identificar o tipo de racionalidade operante na Ideologia, de modo a, por um lado, resolver as dicotomias apriorísticas “racionalidade x irracionalidade” e, por outro lado, explicar tanto as potencialidades quanto as limitações das formas ideológicas de consciência social.

Nestes termos, a Ideologia como forma específica de consciência social é inseparável das sociedades de classe, e os interesses sociais que se revelam ao longo da história ganham materialidade social na generalidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas que não são independentes). Assim, as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a necessária consciência prática, através da qual as mais importantes classes da sociedade se relacionam e até mesmo, de certa forma, se confrontam abertamente, articulando como um todo abrangente⁴⁴. Trata-se de compreender como as características estruturais fundamentais de uma determinada ordem social tornam-se relevantes e circunscrevem conceitualmente todos os dilemas práticos importantes.

É a combinação das duas - a posição de supremacia adotada em sua postura de afirmar/apoiar ou criticar/negar os instrumentos estabelecidos de controle social, e a eficácia historicamente mutável e a legitimidade desses próprios instrumentos – que define a racionalidade praticamente orientada das ideologias em relação a sua época e, no interior dela, em relação às fases ascendentes e declinantes do desenvolvimento das forças sociais, cujos interesses se sustentam.⁴⁵

A aceitabilidade do discurso ideológico dominante, para além das camadas que se auto beneficiam, requer necessariamente o estabelecimento de um certo apelo pacificador que vislumbra uma “unidade”, e mesmo nos períodos de maior controle ideológico, como em regimes autoritários, contou-se com adesão das

⁴⁴ Ibid., p. 12.

⁴⁵ Ibid., p. 13.

massas, reivindicando o poder das majorias sobre as minorias econômicas, étnicas e culturais.

Na contemporaneidade, torna-se cada vez mais observável o retorno do discurso da neutralidade ideológica, com soluções revistadas de uma tecnicidade pseudocientífica que estão muito longe de resolverem os problemas estruturais do tempo presente. Os conflitos continuam a surgir e as repostas dadas limitam-se às reformas do aparato técnico burocrático do Estado. Aliás, a centralidade do Estado nunca esteve tão forte, mas é envolta no discurso que atribui muito peso nas iniciativas “autônomas” da sociedade civil e do Terceiro Setor⁴⁶. Essas supostas soluções, paulatinamente, vão adquirindo um sentido fragmentado, focalizado e, ao mesmo tempo, estabelecendo uma infinita multiplicidade de critérios para o seu acesso. A própria noção de emancipação política passou a ser substituída por categorias abstratas que encobrem a produção de desigualdades pelo atual sistema sócio-metabólico. São comuns as referências abstratas, em larga escala, impostas pela racionalidade técnica do Estado, tais como os níveis de vulnerabilidade, a reinserção social (como se fosse possível alguém estar fora de algum núcleo social), o empoderamento dos sujeitos (no sentido de que as pessoas possam desenvolver suas habilidades e resolverem os problemas individualmente), terapias comunitárias direcionadas à autoajuda.

[...] Cria-se até um conjunto de conceitos supostamente “neutros” que substituem categorias críticas de análise que mostram as contradições da realidade: a exploração é substituída pela “exclusão”; a classe pelos vagos conceitos de “cidadão” ou “povo”; a sociedade civil, como arena de lutas, pela dócil noção de terceiro

⁴⁶ “A abordagem sobre o “terceiro setor” está fortemente comprometida, para além do caráter ideológico da sua denominação, por proceder desta forma. Seja como “agir comunicativo no mundo da vida”, seja como “livre associativismo”, seja como “interação”, seja como “ações voluntárias”, esse debate isola estas ações e esta esfera, da dialética, contraditória e tensa totalidade social. Pensam a mudança social, a democratização da sociedade, o aumento do poder e controle do cidadão, tudo isto como resultado da atividade cotidiana da sociedade civil (como unidade), contra o Estado, em parceria com este, ou com independência deste. Nenhum resultado, a não ser a constante reprodução da ordem e do *status quo* sairá desta perspectiva”. MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 266.

setor; as lutas de classe pela “ação social” ou até pelo enganoso neologismo de empoderamento [...].⁴⁷

No livro *O poder da Ideologia*⁴⁸, Mészáros afirma que vivenciamos uma crise estrutural do capitalismo que, ao contrário das outras conjunturas, antes enfrentadas e mais facilmente superadas, esta traz consigo as consequências mais radicais para o nosso presente e futuro. Assim, o que está em jogo é nada menos do que a viabilidade continuada (ou não) das forças sistêmicas, hoje dominantes, mas, crescentemente destrutivas, e somente uma mudança verdadeiramente fundamental resolverá a crescente crise estrutural do modo atual de reprodução sócio-metabólica. E é assim porque o sistema do capital em si não é apenas a reunião de um conjunto de entidades materiais, organizadas e, sempre que as condições as exijam reorganizadas com sucesso numa ordem adequada pelos recursos combinados da “racionalidade instrumental” e da “ética protestante do trabalho”, como é geral e erroneamente entendido. Pelo contrário, é o sistema orgânico de reprodução sócio-metabólico, dotado de lógica própria e de um conjunto objetivo e imperativo, que subordina a si - para o melhor e para o pior, conforme as alterações das circunstâncias históricas – todas as áreas da atividade humana, desde os processos econômicos mais básicos até os domínios intelectuais e culturais mais mediados e sofisticados⁴⁹.

Essa crise estrutural adquiriu proporções globais, que não se limitam aos países periféricos que, segundo Mészáros, é mais aguda do que as precedentes que o capitalismo contornou. Embora boa parte da intelectualidade acredite que um “novo mundo” surgira a partir do colapso do regime soviético na entrada da década de 1990, que inclusive pressionou a uma guinada das representações trabalhistas como acontecera na Inglaterra e mais recentemente no Brasil, suas bases estão atreladas às crises engendradas entre a década de 1960-70, onde se passou a ter um desemprego estrutural. Essa crise estrutural generalizada do desemprego foi seguida de um controle progressivo sobre a classe trabalhadora.

⁴⁷ MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 109.

⁴⁸ MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

⁴⁹ Ibid., p. 16.

É extremamente irônico que o processo de “globalização”, tão tendencialmente propagandeado, tenha assumido em toda a parte a forma devastadora do desemprego crônico, mesmo no “Norte” mais desenvolvido e privilegiado. Mas esta é a última coisa que os advogados acrílicos da globalização desejam colocar em relevo. O que torna essa questão particularmente grave é que o desemprego crônico representa um limite absoluto - no sentido insuperável - do sistema do capital em si, em todas as suas variedades possíveis. É por isso que somente uma mudança verdadeiramente fundamental, que institua uma ordem social radicalmente diferente, será capaz de superar a desumanidade do desemprego cada vez mais globalizado: um problema de que nem mesmo a maior “casualização”- um sinônimo educado de precarização - será capaz de arranhar a superfície.⁵⁰

As soluções apresentadas pelo capitalismo só podem ser temporárias, tendo em vista que, na atual conjuntura globalizada, seria impossível um Estado que conseguisse controlar todas as funções particulares reprodutivas da sociedade. O Estado é uma estrutura hierárquica de comando, que extrai da sua legalidade a capacidade de impor as demandas apresentadas a ele. Mas, se ocorre um rompimento, disjunção, entre os recursos reprodutivos materiais da sociedade e o papel do Estado de fazer uso deles, nesse caso, o Estado perde a capacidade de impor as demandas – contraditórias- que lhe são apresentadas, o que resulta numa grave crise.⁵¹

Em uma sociedade tão complexa, as dimensões da ideologia contemporânea adquirem contornos distintos, pois impossibilitam, utilizando-se de vários “equipamentos”, a compreensão mínima do processo em curso. Se no século XIX a contradição entre dominantes e dominados era evidente, no capitalismo contemporâneo reifica-se a noção de que os detentores do capital os possui por mero desenvolvimento das potencialidades individuais. Em geral, omite-se a violência estrutural característica do capitalismo, cujas pessoas já nascem inseridas em um processo de exclusão permanente, seja no acesso aos transportes, na cultura, nas políticas sociais, enfim, limitando a compreensão e o circular do indivíduo no espaço. A produção cultural destinada aos pobres

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ Ibid., p. 19.

reproduz uma lógica extremamente elitizada e distante do cotidiano vivido, que por suas dimensões heterogêneas, fragmentadas, é revestida por uma superficialidade extensiva que reifica os valores da cultura de massa. A violência totalizadora do atual sistema é sentida e agravada cotidianamente, mas, no entanto, pouco compreendida, pois a sobrevivência exige cada vez mais a mobilização de todas as forças no cumprimento das metas pessoais e aquelas requisitadas no trabalho. Nestes tempos, cujas informações são produzidas rapidamente, o conservadorismo renovado atribui a falta de sucesso profissional somente à incapacidade do trabalhador e principalmente à falta de empenho na busca por melhores qualificações.

Porém, qualquer análise sobre aspectos ideoculturais na contemporaneidade requer a problematização das transformações em curso no mundo do trabalho, que interferiram nas formas históricas de organização dos trabalhadores. A contradição entre capital e trabalho ainda é a principal mediação nas relações sociais, embora, muitos queiram deslocar a análise para a simples explicação da baixa capacidade de organização dos países pobres, nada diferente do que sempre reproduziram em relação ao continente africano, asiático e latino-americano.

1.4. O trabalho globalizado

O trabalho, no âmbito das ciências sociais, já foi e ainda continua sendo objeto de estudos, pois inegáveis são as mudanças ocorridas, principalmente, se considerado o redimensionamento socioeconômico que as técnicas de produção imprimiram ao conjunto da sociedade. No entanto, o processo em curso é muito superior às limitações técnicas e metamorfoseou a ideologia burguesa. Se anteriormente a divisão de classes era nítida, acrescida das diferenças culturais, atualmente, a massificação social adentra a intimidade dos indivíduos e as relações de trabalho, afetando inclusive as formas de organização dos trabalhadores.

As raízes da baixa capacidade organizativa dos movimentos operários na contemporaneidade possuem relação com as novas formas de gerenciamento da produção, não se constituindo, evidentemente, como única mediação, pois outros mecanismos contribuem para a baixa identificação entre os mesmos. Mas, sobretudo, assiste-se a um crescente discurso comum, insistente na responsabilização do indivíduo por todos os problemas sociais, transformando questões estruturais em problemas individuais, operacionalizando uma verdadeira “psicologização das relações sociais”⁵². Neste sentido, o desemprego, que no atual estágio do capitalismo adquiriu proporções globais, é atribuído apenas à baixa qualificação, ou ao atraso tecnológico (leia-se cultural) que assola os países pobres ou em “desenvolvimento”.

Argumentos nada inovadores, pois remontam a posturas conservadoras do século XVIII (o empirismo é uma delas), mas quando imbuídas por novas roupagens são apresentadas como diretrizes únicas para o aumento da produtividade e a manutenção do emprego. As formas que o trabalho adquiriu no decorrer do tempo são objeto de estudos de vários pesquisadores, no entanto, o sentido ontológico, atribuído por Marx à categoria, ainda explica e auxilia a compreensão dos “fenômenos sociais”, mesmo que muitos procurem distorcê-lo, minimizá-lo ou retratá-lo como insuficiente para a compreensão da complexidade contemporânea. Embora seus estudos analisassem a estruturação do capitalismo no século XIX, é preciso ter cuidado quando se compara a crescente e intensificada brutalização do mundo do trabalho, que vigora nos tempos atuais, com as terríveis condições da acumulação primitiva e da Revolução Industrial, pois, só na aparência essas condições possuem semelhanças, até porque se, no século XVIII, a superexploração do trabalho e a miséria do trabalhador eram ponto de partida, algo a ser dirimido pelo progresso, atualmente, a reprodução ampliada dessas circunstâncias é seu resultado, seu ponto de chegada⁵³.

O trabalho, segundo Marx, é o fundamento ontológico – social do ser social, portanto, atividade fundamental para que o homem se realize enquanto ser dotado

⁵² NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

⁵³ PINASSI, M. O. **Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

de uma teleologia, sendo capacitado a interferir conscientemente na natureza. Por ser capaz de agir racionalmente, o homem pode conhecer a realidade de modo a apreender sua própria existência como produto da sua práxis⁵⁴. Ao longo do tempo, essa atividade que diferencia homens e animais, foi se desenvolvendo, complexificando-se, possibilitando aos homens o distanciamento com a natureza.

O trabalho é um processo entre o homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]. Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou trabalho mesmo, seu objeto e seus meios [...]. O processo de trabalho [...] é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais⁵⁵.

A partir deste distanciamento, o trabalho se complexifica e torna-se resultado não apenas de um indivíduo, mas da cooperação entre os homens. E, ao responder as necessidades sociohistóricas, produz formas de interação humanas como a linguagem, representações culturais e etc. No desenvolvimento dessas ações, assim como as escolhas, a orientação do valor é inerente às atividades humanas: sua criação é objetiva, também gerada a partir do trabalho. Para transformar a natureza, o homem desenvolve certo nível de conhecimento que lhe permite saber quais são as formas apropriadas para essa intervenção. O produto da sua transformação torna-se valor que não existe no objeto em si, mas que é produto da atividade humana.⁵⁶

A alienação, resultante deste distanciamento das funções ontológicas do trabalho, impossibilita ao homem se reconhecer como produtor da sua história. E mesmo com todo o desenvolvimento das forças produtivas, enaltecidas pelo capitalismo, simultaneamente, produz-se a alienação. Essa evolução da técnica,

⁵⁴ BARROCO, M. L. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

⁵⁵ MARX, p. 149-150. In: BRAZ, M; NETTO, J. P. **Economia Política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 32.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 29.

não é compartilhada com o conjunto dos trabalhadores, mas amplia o processo de alienação, sendo reproduzida acriticamente no cotidiano, reforçando a heterogeneidade, a imediatividade e superficialidade extensiva, características intrínsecas do cotidiano.⁵⁷

O trabalho alienado, decorrente do modo de produção capitalista, constitui-se em uma totalidade, sendo impossível nos marcos da sociedade contemporânea qualquer forma de atividade social que não seja mediada pelo capital. Assim, a imediatividade da vida cotidiana, por si só, não possibilita a compreensão dos fenômenos sociais, que aparecem ao indivíduo como algo estranho, distante e, mesmo quando percebido, não possibilita a compreensão da conexão entre o processo de produção e reprodução da sociedade capitalista e os problemas que se materializam no cotidiano. A divisão social, territorial, cultural, aparece aos sujeitos como resultado da inadaptação social, ou como pregam determinadas tendências políticas em voga, como sujeitos que não objetivaram a meritocracia.

Para o trabalhador residente nos grandes centros urbanos, em especial nos países de capitalismo tardio, a própria locomoção no território já se apresenta como uma violência e, segue-se na habitação inacabada e distante, no subemprego em decorrência do não acesso às políticas de educação eficazes e no dilaceramento de vínculos familiares, também mediados pelo trabalho, pois a ausência do mesmo, ainda que precarizado, somada à manutenção do machismo, podem ser considerados fatores consideráveis na dinâmica da violência intrafamiliar. Geralmente, os estudos sobre violência circunscrevem-se ao âmbito dos dados empíricos, no entanto, a falta de acesso a uma vida digna, também pode promover a reprodução da violência. O que não significa que a alienação do trabalho seja a causadora de todas as outras formas de violência, mas não considerá-la como uma mediação, também não explica sequer em parte o aumento generalizado da violência. Alguns explodem no trânsito, nos estádios de futebol e outros, de maneira mais velada, no ambiente doméstico.

No atual estágio do capitalismo, o trabalho é sentido somente em sua unilateralidade, ou seja, sente-se o fardo penoso da venda da força de trabalho

⁵⁷ BRANT, M. C; NETTO, J. P. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1992.

por valores módicos e, ao mesmo tempo, os trabalhadores são atraídos por todos os meios de comunicação a vivenciar o prazer do consumo, expresso no acesso a determinadas mercadorias. Mesmo entre populações pobres, o fascínio do idílico mundo do consumo é intenso. Vendem a experiência da compra aliada ao fetiche do local, no caso, os arautos do consumo asséptico, os Shoppings Centers, que agora também descobriram o trabalhador das periferias, que mesmo endividado prioriza as aquisições. Um novo ramo de investimentos lucrativos está na construção de Shoppings Centers em bairros pobres das grandes cidades.

[...] a lógica do mercado parece ter capturado por inteiro os sentidos do trabalho. A segurança no trabalho e expectativas de continuidade numa carreira feita de esforços continuados no tempo aparece agora em sinais invertidos, não como aparições legítimas, valores e méritos, mas como evidência de não adaptação em um mundo que celebra o risco, a mobilidade, a mudança, a inovação.⁵⁸

Mesmo com o totalitarismo do capitalismo globalizado, o trabalho ainda proporciona atividades momentaneamente emancipadoras, onde o trabalhador pode reconhecer-se na atividade que transforma diretamente ou indiretamente a natureza e a sociedade. Atividades como o trabalho criador, a arte, a ciência, a política e a ética possibilitam não o rompimento definitivo da alienação, mas uma ampliação da relação consciente do indivíduo com a generalidade⁵⁹.

No caso específico dos trabalhadores da área social, o trabalho criador se realizaria quando o resultado da objetivação proporciona outros níveis de percepção ao usuário do serviço, em linhas gerais, quando ocorre uma troca de conhecimento. Com tantas novas nomenclaturas sociais, tais como os diversos níveis de vulnerabilidade, o empoderamento, o empreendedorismo social, torna-se necessário o resgate do conceito de emancipação política, ainda nos marcos do capitalismo. A desmitificação do moralismo imposto, como exemplo, o patriarcado, exige dos profissionais, além da habilidade técnica, um senso crítico apurado e um

⁵⁸ NARDI, H. C. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetória de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

⁵⁹ MARX, p. 149-150. In: BRAZ, M; NETTO, J. P. **Economia Política**: uma introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 41.

exercício profissional comprometido com a emancipação dos grupos socialmente excluídos.

[...] o moralismo é uma forma de alienação moral, pois implica na negação da moral como uma forma de objetivação da consciência crítica, das escolhas livres, de construção da particularidade. Ao mesmo tempo, a intolerância remete ao dogmatismo também negador da liberdade; por isso, o preconceito é moralmente negativo: 'porque todo o preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real da alternativa do indivíduo'.⁶⁰

Na medida em que novas explicações surgem sobre os processos sociais, cujas informações são veiculadas a todo o momento, confunde-se, ainda mais, a percepção dos processos sociais. Novas denominações e expressões ideoculturais que obscurecem a compreensão das transformações em curso no mundo do trabalho, sobretudo a partir da reestruturação produtiva, sobressaem aos limites da fábrica e se espalham por todas as formas de administração, em instituições públicas e privadas.

1.4.1. A captura da subjetividade

Analisar as mudanças no mundo do trabalho constitui-se em um grande desafio, pois afetaram praticamente a vida de todos que vendem a sua força de trabalho, interferindo em aspectos íntimos que não se restringiram ao espaço da fábrica, mas também, imprimem novas formas de pensar e entender a realidade. O esforço do capital em controlar totalmente a classe trabalhadora, possibilitou o desenvolvimento de técnicas, que aliadas à intervenção estatal tentaram garantir, de maneira tranquila, o totalitarismo do sistema. E mesmo com o fato da reestruturação produtiva ter ganhado proporções globais a partir da década de 1990, impulsionada pelo mito da globalização, os processos de controle do trabalho possuem raízes anteriores.

⁶⁰ Ibid., p. 49.

Basicamente, o modelo que precede a reestruturação produtiva foi o fordismo que, resumidamente, seria uma forma de organização do trabalho que consistia no aumento da produção a partir da utilização de esteiras de montagem. No âmbito do trabalho fabril, o ritmo deveria ser ininterrupto, dotando os operários de uma passividade mecânica. A junção da reorganização do trabalho, por meio das linhas de montagem, com o controle do tempo, funções e movimentos do trabalho (taylorismo) possibilitou uma diminuição no tempo de execução das mercadorias, estabelecendo a produção em massa.

Provavelmente, um dos maiores analistas do processo foi o Italiano Antonio Gramsci que, ainda nos anos 30, apontou as nuances do processo que se tornaria dominante. Elaborou uma precisa relação entre o “novo” modelo de produção e a formação de uma cultura, originariamente americana. Para Gramsci, não se tratava apenas do controle do ritmo e intensidade do trabalho, mas o novo processo constituía-se num dos pilares de sustentação da hegemonia burguesa, que buscava incessantemente o controle total dos trabalhadores. Interessante notar que além do controle dos ritmos do trabalho, havia a produção de uma ideologia purista que reprimia os desejos e “abusos”⁶¹.

Quem risse destas iniciativas (mesmo falidas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo”, estaria desprezando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o “alcance objetivo” do fenômeno americano, que é “também” o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais visto na História, um tipo novo de trabalhador e de homem”.⁶²

Gramsci, ao analisar o “americanismo e o fordismo”, afirmou que as mudanças internas das relações sociais capitalistas atuavam não somente na

⁶¹ GRAMSCI, Antônio. “Americanismo e fordismo”. In: GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 397.

⁶² “O novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai ao trabalho depois de uma noite de “orgias” não é um bom trabalhador, a exaltação passional não pode se adequar aos movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos automatismos”. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 296.

dinâmica de funcionamento do trabalho, mas também nos modos de ser. Segundo o autor italiano, tal processo exigiu uma verdadeira “adaptação psicofísica”, expressada na organização escolar voltada ao disciplinamento fabril, na vida familiar, nas diversões e no próprio âmbito do trabalho. Ressalta que a unificação política na Itália e o desenvolvimento do capitalismo foram tardios, se comparados a outras formações sociais europeias, e que o processo atingiu diversas esferas da vida social, inclusive numa busca de ordenar a vida sexual dos trabalhadores, com recomendações e indicações de comportamentos a serem adotados.

As iniciativas “puritanas” só têm o objetivo de conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser externo e mecânico, mas poderá tornar-se interno se for proposto pelo próprio trabalhador, e não imposto de fora; se for proposto por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais.⁶³

Esse padrão produtivo se estruturou com base no trabalho parcelado e fragmentado, na divisão de tarefas, que reduzia a ação do operário a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo. Este processo de desantropomorfização do trabalho e a conversão do homem em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobre trabalho⁶⁴.

Interessante notar que para a execução da empreitada de transformação operacionalizada por Ford, foi necessário um grande aparato eficiente de controle da classe operária. Como acontecera com o surgimento do Serviço Social no Brasil, cujas primeiras ações estavam direcionadas à reprodução da ideologia dominante e ao controle dos espaços “íntimos” dos trabalhadores, com visitas domiciliares de caráter policialesco, o mesmo acontecerá nos Estados Unidos, como afirma Harvey.

⁶³ Ibid., p. 398.

⁶⁴ ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 37.

Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder corporativo. O propósito do dia de oito horas, cinco dólares, só em parte, era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores. Mas isso presumia que os trabalhadores soubessem como gastar seu dinheiro adequadamente. Por isso, em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos seus trabalhadores ‘privilegiados’ (em larga medida imigrantes) para ter certeza de que o “novo homem” da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e “racional” para corresponder às necessidades e expectativas da corporação. A experiência não durou muito tempo, mas a sua própria existência foi um sinal presciente dos profundos problemas sociais, psicológicos e políticos que o fordismo iria corresponder às necessidades e expectativas da corporação.⁶⁵

O processo de Ford modificou completamente a produção de veículos, assentados em 05 pilares fundamentais, sendo eles: a) produção em massa; b) parcelamento das tarefas; c) criação da linha de montagem; d) padronização das peças e) automatização das fábricas. Essa nova forma de gestão se espalhou para o mundo, impulsionada principalmente a partir do Pós-Guerra, estabelecendo a “Era de Ouro” do capitalismo. O compromisso com o Estado se daria pela necessidade de controle das massas, concedendo garantias trabalhistas, benefícios sociais etc. Nesse interim, também colaboraram para o esgotamento do modelo de produção fordista o movimento dos trabalhadores que passaram a questionar com mais intensidade a produção em larga escala e o ritmo de trabalho a qual eram submetidos.

De uma maneira ou de outra, a onda de insatisfação ampliou-se praticamente a todo o mundo, numa escala sem precedentes. Nunca o sistema global capitalista deparara-se com uma ameaça tão forte. Esse conjunto de contestações, reforçando-se reciprocamente, constitui a motivação profunda da grande crise econômica mundial iniciada em 1974, que se apresentou como crise do taylorismo.⁶⁶

⁶⁵ HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa das origens da mudança cultural. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

⁶⁶ BERNARDO, J. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004, p. 79.

Nestes termos, os processos aprimorados de gestão do trabalho sempre procuraram dominar por completo a vida do trabalhador. Após a reestruturação iniciada no Japão do pós-guerra, este controle chegou a dimensões jamais vistas na trajetória do capitalismo. Processo este que, diferente do Fordismo, cuja centralidade direcionava-se para o controle do ritmo e da intensidade do trabalho, fazia com que as atuais técnicas de organização da produção aprofundassem o controle da subjetividade do trabalhador. Embora ocorresse até mesmo certo controle moral, com a verificação da intimidade do operário, havia a possibilidade da gestação de uma consciência crítica precisamente sinalizada por Gramsci.

O tipógrafo deve ser muito rápido, deve ter as mãos e os olhos em contínuo movimento, o que torna mais fácil a sua mecanização. Mas, pensando bem, o esforço que estes trabalhadores fazem para isolar do conteúdo intelectual do texto, algumas vezes apaixonante (quando então se trabalha menos e pior), a sua simbolização gráfica e para aplicar-se só a ela, é talvez o maior esforço que se requer de uma profissão. Todavia ele é feito e não mata espiritualmente o homem. Quando o processo de adaptação se completou, verifica-se então que o cérebro do operário, em vez de mumificar-se, alcançou um estado de liberdade completa. Só o gesto físico mecanizou-se inteiramente; a memória do ofício, reduzido a gestos simples repetidos em ritmo intenso, “aninhou-se” nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre para outras ocupações [...]. Os industriais norte-americanos compreenderam muito bem esta dialética inerente aos novos métodos industriais. Compreenderam que “gorila domesticado” é apenas uma frase, que o operário continua “infelizmente” homem e, inclusive, que ele, durante o trabalho, pensa demais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, principalmente depois de ter superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas.⁶⁷

Desta forma, torna-se evidente que o processo sociometabólico tentou controlar o trabalhador por meio de uma racionalidade científica, cujo objetivo se expressa na contínua necessidade de manter o operário distante da compreensão

⁶⁷ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 404.

da perversidade do capital e, para tanto, usou diversas formas de controle ideológico, seja na disseminação da ideia da dignidade atribuída ao homem que trabalha e, neste sentido, amparado por um discurso religioso e também na educação, com escolas específicas de formação técnica, em que a disciplina era essencial para a formação do trabalhador, honesto e alinhado ao desenvolvimento do país.

As tentativas de um controle científico da produção, desenvolvida nas primeiras décadas do século XX, ganharam novos arranjos, evidentemente mais precisos na conformação do operário. E se, anteriormente, as técnicas estavam restritas ao chão de fábrica, adquiriram ares hegemônicos adentrando todos os espaços do trabalho, seja no comércio, indústrias e nos serviços públicos. A novidade do processo se dava pela sua abrangência quase absoluta, sendo reproduzida em universidades, escolas primárias e até mesmo em espaços anteriormente restritos à organização dos trabalhadores, como sindicatos e movimentos sociais. Partindo-se de uma perspectiva de totalidade, seria impossível compreender o processo em tela, sem relacioná-lo com a mítica globalização e os ditames impostos aos trabalhadores a partir do neoliberalismo.

Geralmente, quando analisados os processos do mundo do trabalho, é comum a afirmativa dos pesquisadores de que as técnicas desenvolvidas no Japão no Pós-Guerra foram fundamentais no estabelecimento de uma nova etapa de estruturação do capital. Passado o período glorioso do capitalismo, viu-se o esgotamento de um modelo assentado na produção em série e no trabalho repetitivo.

A partir daquele período, passa a ocorrer uma hipertrofia da esfera das finanças, com uma relativa autonomia em relação às esferas produtivas, somadas a uma maior concentração de capitais, por meio das megafusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas. No âmbito do Estado, assistiu-se um progressivo incentivo nas privatizações com a desregulamentação e flexibilização do processo produtivo e o declínio do Estado de Bem Estar Social.

[...] a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro [...]. Realizou também a manifestação, tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontrabilidade do sistema de metabolismo social do capital. Com o desencadeamento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de “regulação” que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente na Europa.⁶⁸

Outra característica do período, além da relativa autonomia da esfera financeira, foi o ataque direto do Capital e do Estado às formas de organização dos trabalhadores. Com exceção dos núcleos centrais do capitalismo, EUA e o Nafta, a Alemanha à frente da União Europeia e o Japão liderando os países asiáticos, com os primeiros exercendo o poder de comando, as consequências foram nefastas para os países do terceiro mundo. No entanto, iniciado com o esgotamento do binômio fordismo-taylorismo na década de 1980, até mesmo os EUA, passaram a perder a batalha tecnológica para o Japão. A partir dos anos 90, com a recuperação dos patamares produtivos, a crise também passou a atingir intensamente os países asiáticos e o Japão, configurando dimensões graves a partir da metade da década.

[...] quanto mais se avança na competição intercapitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial em uma dada região ou conjunto de países, quanto mais se expandem os capitais financeiros dos países imperialistas, maior é a desmontagem e a desestruturação daqueles que estão subordinados ou mesmo excluídos desse processo, ou ainda que não conseguem acompanhá-lo, quer pela ausência de base interna sólida, como a maioria dos pequenos países asiáticos, quer porque não conseguem acompanhar a intensidade do ritmo tecnológico hoje vivenciado, que também é controlado pelos países da tríade. São crescentes os exemplos de países excluídos desse movimento de reposição dos capitais produtivos e financeiros e do padrão tecnológico necessário, o que acarreta repercussões profundas no interior desses países, particularmente

⁶⁸ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 31.

no que diz respeito ao desemprego e à precarização da força humana de trabalho.⁶⁹

A espoliação humana ganha novos patamares com o fim do período glorioso do capitalismo (do Pós-Guerra ao início da década de 1970)⁷⁰, ocorrendo a necessidade de desenvolver novas técnicas de otimização do trabalho e uma nova ideologia que fosse incorporada integralmente pelos trabalhadores. E como resposta à crise, o capitalismo redimensionou as formas de exploração e o controle da força de trabalho, emergindo o Toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que o criou na fábrica da Toyota). Trata-se de uma forma de organização do trabalho que nasceu na fábrica da Toyota, no Japão pós-45 que, de maneira muito rápida, se propagou para as grandes companhias daquele país. Conforme Antunes⁷¹, o Toyotismo diferenciava-se do modelo fordista, pelos seguintes traços:

1. Produção vinculada à demanda, onde se produz somente o necessário;
2. O trabalho realizado em equipe, com multivariada de funções, estabelecendo o trabalhador “polivalente”;
3. Produção flexível, que possibilita ao trabalhador operacionalizar várias máquinas, superando a relação homem/máquina do modelo fordista;
4. Adoção do *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
5. Funcionamento de acordo com o sistema *Kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No Toyotismo, os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo;
6. As técnicas gerenciais visam o enxugamento da empresa, cuja parte significativa é terceirizada e somente 25% da produção é realizada no interior da fábrica;

⁶⁹ Ibid., p. 33.

⁷⁰ FERRAZ, Cristiano. Marxismo e estudos sobre o trabalho no Brasil contemporâneo: tendências, impasses. In. PINHEIRO, Milton (Org.). **A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

⁷¹ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 54.

7. Organização de Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), formando grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutirem seu trabalho e desempenho, principalmente, pois os ganhos salariais estão vinculados à produtividade.
8. Grande incentivo à automação dos processos de produção.

A Transferibilidade do Toyotismo, ou de parte de seu receituário, mostrou-se de suma importância para a expansão do capitalismo monopolista no início da década de 1970. A adaptação se deu de acordo com as particularidades de cada país, necessariamente influenciada pelas condições econômicas, sociais, políticas, ideológicas, como também quanto à inserção destes na divisão internacional do trabalho, aos seus respectivos movimentos sindicais, às condições do mercado de trabalho, entre tantos outros pontos presentes quanto à incorporação (de elementos) do Toyotismo.

Nos países terceiro-mundistas, os princípios do Toyotismo começaram a ser implantados na entrada da década de 1990, momento este marcado também pela entrada subalterna dos mesmos na globalização e o estabelecimento do neoliberalismo. Na maioria dos países ditos “emergentes”, o Toyotismo foi combinado com modelos autoritários da indústria fordista, principalmente no que se refere à suposta autonomia dos trabalhadores. No caso específico do Brasil, a reestruturação produtiva foi combinada com a precarização do trabalho, no entanto, assimilou um traço característico latente no Brasil, o desemprego estrutural, endêmico, desde a década de 1930, segundo Santos⁷².

Todas essas mudanças, promovidas como forma de reorganização e controle da crise estrutural pelo capital, que num primeiro momento restringiam-se ao âmbito da indústria, espalharam-se como verdades absolutas pelo mundo, e como dogma das “modernas formas de gestão”, em instituições privadas e públicas. E, para tanto, o capital formou uma nova geração de “intelectuais” que aprendem as “técnicas científicas” do novo mundo globalizado. Sem sua apreensão, tornara-se impossível a sobrevivência em um mercado cada vez mais

⁷² SANTOS, J. S. “**Questão Social**”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

competitivo. As verdades desta nova visão são reproduzidas indistintamente em cursos profissionalizantes e universitários, movimentos sociais aclassistas que clamam a “competência administrativa” como resolução para a “Questão Social”.

Frederico ressalta que o toyotismo prescinde de uma cooperação complexa, onde o trabalhador, anteriormente reduzido à continuidade da máquina, é chamado para decidir sobre os rumos da produção. A própria divisão em células de produção, ao invés das linhas de produção, características do modelo fordista, ampliaram a fragmentação do trabalhador, na medida em que promovem a competitividade entre os trabalhadores, pois o salário passa a depender da qualidade e da quantidade do que se produz. Com base ainda em Frederico, é notável a mudança do perfil do empregado, que dotado de uma racionalidade, em muito incentivada pelos novos gestores, não se identifica com as formas clássicas de organização trabalhista, como o sindicato.

Ele é, agora, cidadão consciente de seus direitos e obrigações e se, por isso, pode dispensar a intervenção de instituições que outrora decidiam por ele o que hoje aprendeu a fazer melhor do que ninguém [...] como consequência surge uma nova fábrica, assentada num “novo consenso”, construído a partir da luta do capital em sua desconstrução da luta de classes.⁷³

Outro ponto a ser destacado nessa “cooperação complexa” refere-se à autonomização e individualização das relações de trabalho, que se prolongam no trabalho em domicílio, terceirizado, temporário, por conta própria e sob a forma de cooperativas. Os trabalhadores transformam-se em verdadeiros comerciantes da sua força de trabalho, na medida em que a venda de sua capacidade de trabalho passa a ser medida pela venda do resultado de seu trabalho.

Nesse contexto, o trabalhador sente-se verdadeiramente dono de sua atividade, pois trabalha no seu próprio local de produção, sem ninguém para vigiá-lo ou lhe dar ordens. Ele se sente patrão de si mesmo, dono de seu próprio negócio. Sente-se proprietário, igualmente livre, porque ele é quem organiza o processo de trabalho e estabelece, por iniciativa própria, a duração de sua jornada de trabalho. E mais: na condição de vendedor de “trabalho

⁷³ FREDERICO, C.; TEIXEIRA, F. **Marx no século XXI**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p.130.

objetivado”, sente-se um verdadeiro comerciante, parceiro de seus antigos empregadores.⁷⁴

A desterritorialização da produção, além de alterar o circular dos trabalhadores, pois, atualmente, as fábricas e suas pequenas subsidiárias adentram as periferias e as cidades dormitórios, anteriormente, restritas às moradias dos trabalhadores, alteraram o tempo de circulação do capital, chegando à transformação do tempo de valorização do valor em “momentos sem duração”, pois as empresas vendem antes de produzir. É a “implosão” do tempo de rotação do capital. E esta “implosão” só foi possível graças ao desenvolvimento da microeletrônica e da informática.

A desmaterialização da produção não só criou as condições para a “implosão” do tempo de rotação do capital, mas, também, está possibilitando a demolição das barreiras que limitava o consumo da força de trabalho aos muros das fábricas. Agora, de qualquer lugar do planeta, em qualquer hora do dia e da noite, o trabalhador pode monitorar o processo de dentro das fábricas para ganhar as ruas, os lares, os espaços públicos, as escolas. Portanto, de qualquer lugar, o indivíduo tem poder para alimentar o processo de produção com informações sobre fatos políticos, bélicos ou comerciais que podem, direta e indiretamente, afetar os negócios.⁷⁵

O resultado de toda esta racionalidade contemporânea foi uma fragmentação das formas clássicas de organização do trabalhador, na medida em que seu reconhecimento enquanto classe tornara-se mais distante, bem como nos movimentos sociais que possuíam como meta social a superação do atual modelo sociometabólico. Como ressalta Antunes⁷⁶, o toyotismo possibilitou a captura da subjetividade do trabalhador. Nas palavras de Alves:

⁷⁴ Ibid., p. 132.

⁷⁵ Ibid., p. 137.

⁷⁶ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

[...] o espírito do toyotismo implicou a formação de agentes sociais internos e externos à produção do capital, verdadeiros “profissionais” da manipulação, capazes de exercer uma ação sobre outros homens, visando estimular o engajamento nas equipes de trabalho e a consecução das metas de produção. Para isto, mobilizam-se sistemas de signos adequados para a “captura” da subjetividade do homem visando ao “engajamento estimulado” na produção do capital, é o trabalho da gestão e controle, uma modalidade de “trabalho ideológico” cada vez mais imprescindível na produção do capital.⁷⁷

Como bem menciona Alves, para a manutenção do processo de estruturação do capital, criaram-se “profissões ideológicas”, específicas para a função, tais como os analistas de Recursos Humanos, que além do recrutamento, criam programas para avaliar e modelar o trabalhador. Outras profissões simplesmente incorporaram e aprofundaram os conhecimentos voltados para a gestão empresarial, como no caso da psicologia, cujos profissionais misturam-se com os administradores, avaliando o clima organizacional da empresa e estabelecendo metas, por vezes, subjetivas de produção e recrutamento. Normalmente, selecionam, por meio de dinâmicas pouco precisas o formato de trabalhador que requerem, ou seja, aquele que não questiona e sente-se como parte da empresa.

A partir do processo de mundialização do capital, o toyotismo desloca-se da sua base ontológica e passa a adquirir um caráter universal, adaptando-se a cada condição nacional, regional e setorial de organização e gestão da grande indústria e serviços capitalistas. O espírito do toyotismo não se constitui como modelo puro de organização da produção capitalista, mas pelo contrário, em seu desenvolvimento complexo, tende a articular-se e a mesclar-se com formas pretéritas de racionalização do trabalho.

A baixa capacidade de organização dos trabalhadores, acentuada nos países periféricos ou emergentes, contribuiu não de maneira direta, para a diminuição drástica da centralidade do Estado nas refrações da “questão social”. No Japão, o sistema de Kanban só foi possível após uma mudança drástica na

⁷⁷ ALVES, G. **Dimensões da Precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. 1. ed. Bauru-SP: Canal 6 Editora, 2002, p. 183.

forma de atuação dos sindicatos. Antes, detentores de uma perspectiva classista, mas que no processo, tornaram-se representantes e negociadores da empresa, constituindo-se em quase que uma extensão da empresa.

[...] o sucesso do Sistema Toyota vincula-se, numa perspectiva histórica, às grandes derrotas da classe operária, à própria decapitação (e neutralização) do seu 'intelectual orgânico' no plano produtivo: o sindicato industrial, de classe, transformado num sindicato de empresa, corporativo e interlocutor exclusivo do capital. Este processo de "neutralização político-ideológica da classe operária" no espaço da produção é tão importante para o sucesso do toyotismo que, no país capitalista de origem, o Japão, uma das passagens essenciais que asseguram a promoção dos dirigentes e a formação das elites da empresa Toyota é a atividade sindical.⁷⁸

Alves menciona que a partir da Revolução Industrial, em fins do século XVIII e início do século XIX, operacionalizou-se distintos momentos ou revoluções, sendo elas:

- Primeira Idade da máquina: a produção de motores a vapor, a partir de 1848;
- Segunda Idade da Máquina: a produção de motores elétricos e de combustão, a partir de 1890 do século XIX;
- Terceira Idade da Máquina: a produção de motores eletrônicos e nucleares, a partir dos anos 1940 do século XX;
- Quarta Idade da Máquina: a produção de máquinas microeletrônicas informacionais e sua integração em rede interativa ou controlativa (ciberespaço), a partir dos anos 1980 do século XX⁷⁹.

Como muito debatido nas Ciências Sociais, e em especial no Serviço Social brasileiro, as políticas sociais, a partir da década de 1990, passaram a possuir um caráter cada vez mais seletivo, fragmentado e focalizado, contrariando inclusive a Constituição Federal de 1988, que previa o contrário. Como analisa Vieira⁸⁰, em

⁷⁸ ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 61.

⁷⁹ Ibid., p. 72.

⁸⁰ VIEIRA, Evaldo. Estado e política social na década de 90. In: NOGUEIRA, F. M. G. **Estado e políticas sociais no Brasil**: Conferências do Seminário Estado e pesquisa- programas nas áreas de Educação e Saúde no Estado do Paraná: sua relação com as orientações do BID e BIRD e sua

sociedades com democracias pouco consolidadas, é difícil falar em políticas sociais, pois o *Welfare State* nem chegou a se realizar.

Inegável é que todas essas mudanças, operacionalizadas pelo capitalismo, afetam o desenvolvimento da consciência de classe que representa o máximo de consciência possível, entendida como conhecimento científico da realidade e dos fundamentos da vida social em uma dada época⁸¹. Ampliou-se o acesso à tecnologia mantendo, obviamente, o caráter desigual do capitalismo, que não foi acompanhado por uma expansão da compreensão dos mecanismos que compõem a ideologia na contemporaneidade. Pelo contrário, observa-se um aumento constante de ações sociais que deslocam a centralidade da relação capital x trabalho para reivindicações particularistas, restritas à esfera do consumo ou na solicitação de uma paz abstrata, que não questiona a violência estrutural do sistema. Até mesmo a defesa do meio ambiente, sem mencionar os predatórios processos de produção agrícola e exploração animal, em sua maioria, para subsidiar o padrão de consumo europeu e norte americano, é, atualmente, envolto na névoa do “agronegócio”.

Como mencionado em outros momentos da exposição, pensar a ideologia requer, necessariamente, relacioná-la com as transformações em curso no mundo do trabalho, mesmo com a globalização da tecnologia, ainda de maneira muito desigual, não possibilitou ao homem contemporâneo uma aproximação do conhecimento dos processos sociais. Neste sentido, Hobsbaw⁸² analisou a influência do futebol na conformação da classe operária inglesa, onde os debates dos trabalhadores restringem-se ao universo da indústria do futebol. As discussões não saem desse limiar e, à medida que a ideia de Estado-Nação cede lugar ao capitalismo transnacional, a identificação com a pátria, a nação é substituída pelo fantástico mundo “futebolístico”, estabelecendo um cotidiano masculinizado e massificado. Se antes foi um componente da cultura popular, ou

contribuição na difusão das propostas liberalizantes em nível nacional. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

⁸¹ MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

⁸² HOBBSAW, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

um dos “costumes em comum” parafraseando Thompson⁸³, o futebol, na atualidade, constitui-se como eficiente componente da ideologia dominante.

Cada vez mais os discursos culturalistas, descolados da contradição entre capital e trabalho, são os substitutos das análises críticas. A narrativa convincente mascara problemas sociais indissolúveis, com apenas a adoção de fraseologias que não identificam a existência de um processo injusto e violento. As pessoas, e em especial os trabalhadores, são convencidos “subjetivamente” a aceitarem soluções restritas ao indivíduo, constituindo um mercado consumidor direcionado à autoajuda. Este “novo” mundo, que o discurso pós-moderno descarta a possibilidade de conhecermos em sua totalidade, invade praticamente todos os espaços da sociabilidade globalizada, alterando, inclusive, o *ethos* de algumas profissões. No caso do Serviço Social brasileiro, um direcionamento ético-político que vislumbra a emancipação dos sujeitos pode ser ameaçado em decorrência de tendências que buscam, não de uma maneira direta, o retorno de pressupostos conservadores. A racionalidade do capital na contemporaneidade possui um foco excessivamente centrado no indivíduo e, assim, as lógicas que enaltecem o dinamismo individual ganham adesão quase que absoluta. Conhecer esses meandros, que não se encerram nos singelos argumentos elencados, é uma tarefa necessária diante do avanço do neoconservadorismo.

⁸³ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CAPÍTULO 2 PÓS-MODERNIDADE E SERVIÇO SOCIAL

Como mencionado no capítulo anterior, perpassamos por um período da estruturação do capital, marcado pela dificuldade na identificação dos problemas que assolam a vida do homem urbano, em especial o trabalhador. Envoltos por discursos para além do chão da fábrica, a Ideologia se redefine, ocultando o movimento contraditório da realidade.

Embora a disseminação da técnica tenha adquirido conotações globais, não é possível afirmar que o processo se generalizara com a mesma intensidade entre os países, pois localidades inteiras continuam à margem do acesso aos novos meios de comunicação. No que se refere especificamente ao trabalhador, o desenvolvimento das técnicas produtivas não possibilitou uma qualidade e tampouco uma ampliação do seu “tempo livre”, mas pelo contrário, as tarefas agora invadem o ambiente doméstico, com a responsabilização do mesmo pela quantidade e qualidade do que produz. Em algumas profissões, principalmente aquelas ligadas à informática, o trabalhador destina horas do seu tempo, reservado ao descanso, para o trabalho intenso, pois o pagamento se dará a partir da finalização das tarefas. E numa concorrência infinita, ganha mais quem conseguir entregar o “produto” num prazo mais curto.

Neste novo mundo, cuja ideologia burguesa ganha ares absolutos, diminuindo ilusoriamente a cisão entre detentores dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho, a descrença em perspectivas analíticas, que objetivam a totalidade, tornam-se concretas no senso comum. Por vezes, análises, minimamente críticas, já são classificadas pela população como academicistas. Neste cenário, o intelectual perde, paulatinamente, seu espaço e a opinião pública molda-se aos discursos do conservadorismo televisionado. Somam-se também a isso os posicionamentos políticos retrógrados, expressos na afirmação de preconceitos e a recusa da existência da contradição de classe.

Além da diminuição das perspectivas classistas, assiste-se também o crescente aumento de posturas homofóbicas, racistas, xenófobas, expostas na internet e em posicionamentos públicos, sem contar, certo machismo que

reivindica o orgulho grotesco de ser hetero-dominante. O acesso à tecnologia, para a grande maioria das pessoas, não possibilitou o desenvolvimento de uma criticidade, mas na medida em que o individualismo se acentua, parece ficar mais distante a proposta de uma emancipação humana e até mesmo política.

Neste tempo, marcado pela comunicação interativa e pela produção de uma cultura de massa, a invenção da televisão, bem antes da internet, já dava sinais do que seria a sociedade contemporânea. De acordo com Anderson:

A invenção que mudou tudo foi a televisão. Foi o primeiro avanço tecnológico de importância histórica mundial no pós-guerra. Com a TV dava-se um salto qualitativo no poder das comunicações de massa. O rádio já se revelara, nos anos de guerra e no período entre guerras, um instrumento muito mais poderoso de conquista social do que a imprensa: não apenas por suas exigências menores de qualificação educacional ou recepção mais imediata, mas acima de tudo por seu alcance temporal. A rádio difusão 24 horas criou ouvintes potencialmente permanentes – públicos cujos horários de vigília e de escuta podiam ser virtualmente o mesmo. Esse efeito só era possível, claro, pelo desligamento entre o olho e ouvido, o que significa que muitas atividades – comer, trabalhar, viajar, descansar – podiam ser executadas com o rádio ao fundo. A capacidade da televisão de exigir atenção do seu público é incomensuravelmente maior, porque não se trata meramente de audiência: o olho é atingido antes de se aprumar o ouvido. O que o novo veículo trouxe foi uma combinação de poder sequer sonhada: a contínua disponibilidade do rádio com um equivalente ao monopólio perceptivo da palavra impressa, que exclui outras formas de atenção do leitor. A saturação do imaginário é de outra ordem.⁸⁴

Desta forma, a televisão estabeleceu uma nova cultura, cujo poder de massificação social adquiriu contornos anteriormente imagináveis, sobrepondo-se ao rádio. A Ideologia dominante diferenciou-se, pois, com a popularização do equipamento, ampliou-se um consenso conservador. Em países com democracias pouco consolidadas, foi fundamental na conformação das ideias, impondo percepções e opiniões nem sempre condizentes com a realidade vivida pelos que a assistiam. E mesmo com o avanço da tecnologia, atualmente expressa na

⁸⁴ ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. São Paulo: Zahar Editora, 2011, p. 104.

comunicação interativa, os meios coercitivos continuam precisos na formação da opinião pública, porém, agora como uma diferença: o internauta pode se aprofundar nos assuntos de seu interesse. Assim, uma inverdade ou um ato conservador tornam-se absolutos, vez que até o conhecimento da realidade parte somente das impressões pessoais, que não são neutras e, em sua maioria, reproduzem o senso comum.

Como exemplo, se anteriormente havia no imaginário coletivo da população brasileira a ideia da não existência da discriminação em relação aos povos de outras nacionalidades, os argumentos se desfizeram com as atitudes preconceituosas em relação às pessoas oriundas do Haiti, Senegal, China, além dos refugiados políticos. No âmbito da particularidade brasileira, as diversas formas de preconceitos foram renovadas e agora possuem justificativas políticas e ideológicas.

O próprio debate sobre a centralidade da “questão social” ganha ares relativistas e, não raro, acaba diluído na ideia das múltiplas expressões sociais, sem necessariamente haver uma relação com a violenta estrutura social. Para alguns, vivemos inúmeras questões sociais, traduzidas em diversos olhares sobre a realidade social, e nem mesmo o Estado é mais identificado como instrumento de coerção social. É nítido o endeusamento do “mercado” como único espaço/instância ética da sociabilidade humana. Essas assertivas reproduzidas no senso comum aprofundam-se graças ao avanço desses meios de comunicação em massa.

O debate sobre “questão social” talvez seja um dos temas mais discutidos no âmbito do Serviço Social, principalmente a partir da década de 1990, quando muitos perguntavam se o marxismo ainda poderia ser útil na compreensão da realidade, ou hiper-realidade, pois talvez estivéssemos adentrando em nova etapa da sociabilidade humana. Boa Ventura de Sousa Santos, em um livro muito bem quisto no Serviço Social brasileiro, ressaltava:

O determinismo possibilitou a Marx desenvolver uma série de conceitos (forças produtivas, relações de produção, modo de produção) que lhe permitiram proceder a uma análise global da sociedade capitalista e definir a direção da sua transformação futura. Essa análise, apesar de incompleta, continua hoje a ser valiosa, e os conceitos que Marx desenvolveu para efetuar continuam a ter um grande valor heurístico. O que não hoje é validade é o fato de Marx, fiel às premissas culturais da modernidade no seu tempo, não ter podido por a questão da direção na questão da direção necessária. É hoje evidente que Marx falhou estrondosamente no modo como pôs a esta questão e na resposta que lhe deu. A análise do presente e do passado, por mais profundas que seja, não pode fornecer mais que um horizonte de possibilidades, um leque de futuros possíveis; a conversão de um deles em realidade é fruto da utopia e da contingência. Mas se é assim, em geral, é o muito mais num período de transição paradigmática como o que atravessamos. Em tais períodos, os processos sociais são tão fluidos e turbulentos que o que resulta das interações entre eles é, em grande medida, uma incógnita [...]⁸⁵.

Os argumentos elencados por Santos, datados na metade dos anos 1990, retratam um pouco dos posicionamentos descrentes das análises que possuem como ponto de partida as formulações de Marx. É válido ressaltar o período em que o autor escreveu, pois na sua vasta produção bibliográfica, seus posicionamentos oscilam entre a defesa dos direitos humanos, a reinvidicação de uma pós-modernidade de esquerda e a necessidade de uma nova epistemologia para as Ciências Sociais. E como pontua no trecho citado, o marxismo havia se tornado uma corrente teórica equivocada, pois as previsões de Marx não se concretizaram. Muitos analistas sociais concordaram com essas formulações, principalmente após o fim da Guerra Fria, que demonstrou a falta de competitividade dos ditos regimes socialistas. Quanto ao autor, retornaremos as suas formulações em outro momento da exposição, mas é digno de nota, sem querer desqualificá-lo em sua ampla produção, o questionamento sobre a contribuição do mesmo para uma profissão que, hegemonicamente, ainda contra ventos e marés, possui como compromisso a formação de profissionais críticos cujas referências, pelo menos dos principais interlocutores e dos órgãos

⁸⁵ SANTOS, B. S. **Pelas mãos de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 37.

representativos da profissão, estão pautados na leitura da realidade, tendo por base o marxismo. Como será abordado, talvez seja um indicativo do sincretismo ainda imperante na profissão ou um traço das aproximações teóricas e/ou de discursos inconsistentes com o projeto profissional.

Especificamente no Brasil, a partir da década de 1990, quando adentra a globalização, porém, com a manutenção da subalternidade característica dos países pobres, sob o rótulo de emergentes, assistiu-se ao desmonte do que poderia ser o Estado de Bem Estar Social. Os direitos sociais, preconizados na Constituição de 1988, apareceram de maneira inconclusa e fragmentada, bem como o direcionamento das políticas sociais. A classe trabalhadora, com a chegada do neoliberalismo, perde direitos conquistados historicamente e, parte, percebe-se envolta por discursos que penalizam qualquer forma de ação oriunda do Estado.

No que se refere à ideologia, além do desmonte do Estado, surgia como amparo para a baixa intervenção nas refrações da questão social o Terceiro Setor. Impulsionados pela grande mídia e pelos programas de governo, tais como o “Comunidade Solidária”, o Terceiro Setor, mobilizando um arsenal gigantesco de instituições não governamentais, foi apresentado como única solução para os problemas sociais. Era preciso uma participação ampla da “sociedade civil”, pois somente o Estado já não seria capaz de suprir todas as necessidades do povo.

Um sentimento de participação precisaria ser resgatado, contudo, sem críticas à estrutura socioeconômica. E com o incomensurável apoio da grande mídia, mobilizou-se uma parcela significativa da população para ceder um pouco do seu tempo para os trabalhos voluntários, pois se todos dessem a sua contribuição altruísta, o Brasil prosperaria. O sentimento de indignação fortalecido no processo de erosão da autocracia burguesa cedera lugar às ações desprovidas de contestação política, como é o caso do voluntariado. Aliás, o trabalho voluntário, ou seja, sem remuneração, passara a ser referência de idoneidade e participação social. Em algumas profissões, o trabalho voluntário é pré-requisito para o acesso ao mercado de trabalho.

No outro lado, os movimentos sociais, que na década anterior representavam a grande possibilidade de concretização das reivindicações da população pobre, foram submetidos ao crivo da “opinião pública”, que na particularidade brasileira, expressa necessariamente os ditames da mídia. E se as ONGs anteriormente exerciam um papel de apoio aos movimentos sociais, a partir da década de 1990 passaram a representar todas as necessidades da população.

[...] ocorre uma significativa alteração na relação movimento social/Estado. Esta relação, que até a década de 80 foi direta, com o apoio das ONGs, nos anos 90 passa a ser intermediada pela ONG, não mais numa relação direta. Ocorre assim uma verdadeira “terceirização” dos movimentos sociais. De atores principais nas relações com as ONGs passam a segundo plano, dado o êxodo de adesão daqueles para estas; e de relações diretas com o Estado passam a uma relação indireta, agora intermediada pelas ONGs. O Estado e as agências internacionais não são mais “obrigados” a tratar diretamente com os movimentos sociais, mas agora a relação é de forma indireta, intermediada pela ONG, mais “eficiente”, mais “razoável”, mais “bem-comportada”, e além disso, estes organismos podem escolher seu parceiro, seu interlocutor, definindo a ONG com a qual tratarão [...] ⁸⁶.

O resultado deste processo seria o isolamento das organizações populares e sua crescente criminalização, justamente no momento em que deveriam consolidar os direitos sociais conquistados a partir das mobilizações da década de 80.

Grupos com posições antagônicas, como a Fiesp (Federação das Industrias do Estado de São Paulo) e MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) foram classificados como sociedade civil, dando a impressão de que possuíam o mesmo objetivo, ou seja, o progresso da nação. O posicionamento político dos dirigentes brasileiros tornara-se nítido na aliança pela manutenção dos interesses da burguesia nacional e internacional.

Interessante notar que inúmeros discursos obscurecem as contradições sociais, constituindo-se como diretriz para as pesquisas nas ciências humanas e

⁸⁶ MONTANO, C. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

sociais, e também afetam profissões de caráter interventivo, como o Serviço Social. No entanto, identificar essa influência constitui-se em uma tarefa difícil, pois mascarados pelo relativismo e pela primazia da narrativa, esses autores, geralmente, não se identificam como pós-modernos. Os profissionais que atuam diretamente com as populações podem ser convencidos pelos jogos de linguagem e técnicas de trabalho, que sentimentalizam os usuários dos serviços. Especificamente no Serviço Social brasileiro, tem-se a impressão de um retorno abrupto aos modelos empiristas, cujo dado quantitativo seria a tônica exclusiva das pesquisas. As fragmentadas políticas sociais, cujas análises, em sua maioria, também o são, revelam um pouco do distanciamento de uma perspectiva de totalidade. Aliás, em tempos pós-modernos, como muitos acreditam, a totalidade tornara-se mero discurso. Algumas balizas deste discurso, tendência ou corrente serão tematizados em relação à profissão.

2.1 O discurso pós-moderno.

Atualmente, o mundo perpassa por um período de crise que não se esgota necessariamente no processo de acumulação, embora as crises econômicas sejam da natureza do próprio capitalismo, mas também atingem dimensões ideoculturais. Não se trata de nenhuma forma de determinismo ou economicismo, mas, tão somente, delinear que a crise em questão possui raízes diretas com as formas que o homem em sociedade se relaciona com os meios de produção.

No entanto, possui algumas particularidades que a diferencia das demais. De início, pelo seu caráter global, como fora sinalizado em outros pontos da exposição, e embora existam locais onde o acesso às benesses do capitalismo não se tenha feito presente, são afetados pelos rumos da economia globalizada. Com base em Tonet, destaca-se:

Mas qual a exata natureza dos fundamentos materiais dessa crise? Sabemos que o que “interessa” ao capital é o maior aumento possível da taxa de lucro. É em função disso que se desenvolve toda a sua lógica. Quanto maiores forem os problemas relativos a essa taxa e quanto mais prolongada a existência desses problemas, tanto mais intensa e duradoura será a crise. No enfrentamento dos problemas referentes ao rebaixamento da taxa de lucro, o capital recorre a todos os meios possíveis e imagináveis. É isto que deu origem, na atualidade, à chamada reestruturação produtiva e ao neoliberalismo. Esses se caracterizam, essencialmente, por profundas mudanças na forma de produção, com precípua finalidade de retomar o aumento da taxa de lucro e pela afirmação, com todas as suas consequências, de que dever-se-ia deixar ao mercado a responsabilidade pelo equacionamento dos problemas da humanidade. O Estado não deixaria de ter importância, mas seu papel seria apenas subsidiário⁸⁷.

Para alguns pesquisadores, essa nova fase do capitalismo sinalizaria uma nova etapa da sociabilidade humana, marcada pelas revoluções tecnológicas e pelo advento da comunicação. A novidade estaria no acesso à tecnologia e no estabelecimento de uma comunicação interativa em âmbito global. E na transição do milênio, restava saber se, de fato, havia uma ruptura com todas as balizas bem analisadas do século XIX, principalmente por Marx, ou se ocorreu um aprofundamento das características essenciais do capitalismo. No entanto, para além dos problemas empíricos que a humanidade atravessa, existe a produção de uma Ideologia que afeta praticamente todos os espaços e oculta contradições sociais que se agravaram neste cenário.

Até mesmo a divisão de classe, característica da sociedade capitalista, foi envolta por discursos que ressaltam a centralidade do indivíduo em detrimento das problematizações relacionadas à estrutura social. E mesmo diante de posicionamentos políticos diversos, que impedem a realização e expansão das potencialidades humanas, as análises ressaltam a falta de capacidades individuais. Assim, ressurgem posturas conservadoras que, na imediatividade cotidiana, ganham justificativas pós-modernas. Aliás, a pós-modernidade tornara-

⁸⁷ TONET, Ivo. Expressões sócio-culturais da crise capitalista na atualidade. In. **CFESS**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 109.

se corrente nas produções científicas mesmo que poucos saibam o que realmente significa.

A própria empregabilidade da palavra “pós-moderno” já sinalizaria uma ruptura com a modernidade, indicando uma nova etapa das relações sociais. Evidentemente, são inegáveis as mudanças operacionalizadas pelo capitalismo após o século XIX, no entanto, o cerne da questão estaria relacionado à continuidade ou ruptura com o processo analisado por Marx. Nesse sentido, é válido destacar que o discurso pós-moderno não é unívoco e oscila entre os pesquisadores que se valem das proposituras.

Atualmente, tornou-se comum a ideia, não somente nas ciências sociais, mas também em outras áreas, de que os modelos explicativos, que surgiram no século XIX, tornaram-se incapazes de compreender a complexidade contemporânea, que agora se tornara extremamente rápida, impossível de ser compreendida nos marcos de qualquer pensamento “totalizante”. Esse discurso ganha muita força na medida em que as grandes promessas da era moderna não foram alcançadas, tais como liberdade, igualdade e fraternidade. O desenvolvimento das forças produtivas, que poderiam possibilitar um novo estágio da consciência humana, não se realizou, pelo contrário, aflorou-se cada vez mais o individualismo e, por mais estranho que possa parecer, ainda ressurgiram formas arcaicas de preconceitos e as mais diversas intolerâncias. A origem do pensamento pós-moderno teve início, primeiramente, nas artes, simbolizando o rompimento com as antigas formas de se fazer arte, porém, paulatinamente, foi absorvido pelas ciências humanas⁸⁸.

Longe de ser algo homogêneo, aparece nas ciências a partir da crise capitalista dos anos 60-70 e atinge, praticamente, todos os campos do saber, tais como a filosofia, a economia, a política, as mais variadas gestões, as expressões

⁸⁸ Pós-modernismo é o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas desde 1950, quando, por convenção se encerra o modernismo (1990-1950). Ele nasce com a arquitetura e a computação nos anos 50. Toma corpo com a arte Pop nos anos 60. Cresce ao entrar na filosofia como crítica da cultura ocidental. E amadurece hoje, alastrando-se na moda, no cinema, na música e no cotidiano programado pela tecnociência (ciência + tecnologia invadindo o cotidiano e vai desde alimentos processados até microcomputadores), sem que ninguém saiba se é decadência ou renascimento cultural. SANTOS, J. F. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 12.

culturais e, por não se tratar de um pensamento único, é até difícil identificar quais autores nutrem-se dessas assertivas. Como marco inicial, atribui-se a Jean François Lyotard, com a obra *A condição pós-moderna*, a referência no campo da filosofia. Posteriormente, outros autores passaram a defender tais proposituras, destacando-se Michel Mafessoli, Jacques Derrida, Jean Baudrillard, Boaventura de Souza Santos, Michel Foucault, sendo os dois últimos muito utilizados na produção científica do Serviço Social brasileiro.

Especificamente sobre Lyotard, é possível observar uma hipervalorização da linguagem, cuja discussão sobre o estatuto da ciência moderna é criticada. Em suas argumentações, enfatiza a impossibilidade do uso das grandes narrativas, pois pecavam por serem racionalistas, deterministas e totalitárias. Assim, toda a formulação científica não passaria de “jogos de linguagem”, não ultrapassando um mero discurso que tenta convencer quanto ao seu conteúdo de verdade. Embora nem todos os autores pós-modernos compartilhem das premissas de Lyotard, há os que apostam no fracasso do projeto iluminista ou da Ilustração, como referência para o estabelecimento de uma nova realidade, ou hiper-realidade. Fazendo menções ao pensamento moderno, Lyotard caracteriza o chamado “pensamento por oposições” como inadequado ao perfil da ciência contemporânea. Em seu raciocínio, a atualidade requer o abandono da totalidade e o reconhecimento da hiper-positividade da diferença, ou seja, a diferença é a caracterização do tempo presente e da proposta metodológica que, em Lyotard, corresponde aos jogos de linguagem⁸⁹. Para muitos, o local tomou o lugar do universal e, dessa forma, todo conhecimento com pretensões universalizantes é totalitário, dado que não levaria em conta a cultura local, a diferença. Além disso, cada local interpretaria de maneira distinta cada fenômeno, o que levaria a um relativismo epistemológico⁹⁰. De acordo com Evangelista:

⁸⁹ SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2004.

⁹⁰ HÚNGARO, E. M. **Modernidade e Totalidade em defesa de uma categoria ontológica**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 2001.

Ocorre que a crítica da modernidade foi dirigida ao conjunto de sua racionalidade, numa cruzada contra a razão em geral, dando forte impulso de uma nova onda irracionalista. Então, os principais temas da racionalidade moderna- ciência, verdade, progresso, revolução, felicidade etc.- darão lugar a valorização do fragmentário, do macroscópico, do singular, do efêmero, do imaginário, dentre outros⁹¹.

Nestes termos, qualquer possibilidade de um projeto que vislumbre a emancipação, não poderia ser concretizada. Ocorreu uma supremacia do irracionalismo para os pós-modernos, pois qualquer uso da razão levaria, conseqüentemente, a uma forma de domínio, pois a racionalidade é, segundo esta vertente, essencialmente manipuladora.

Se é impossível a descoberta de um sentido no processo histórico-social, que possa ser racionalmente apreendido, instaura-se o império da incognoscibilidade com a relativização de todo o conhecimento, permitindo uma multiplicidade inesgotável de interpretações, todas válidas. A realidade teria como característica essencial o fragmentário, que impede qualquer possibilidade de síntese ou totalização, que aprenda o real⁹².

O discurso pós-moderno busca trabalhar não a realidade, mas suas representações, não a totalidade, mas as leituras parciais que valorizam o micro, o pontual em detrimento do conhecimento das estruturas gerais. No limiar desta vertente, nega-se, inclusive, a possibilidade de conhecer a própria configuração atual do capitalismo. Não há busca pela verdade dos fenômenos sociais, mas sim, o ponto de vista do observador. A análise é substituída pelas narrativas, descompromissadas com a superação da aparência dos fatos.

Após a queda do Muro de Berlim, teríamos chegado a um momento da história cujas explicações positivistas e marxistas e, conseqüentemente, todas as suas derivações não passariam de Ideologias autoritárias, incapazes de fomentar subsídios para o conhecimento da complexidade contemporânea. Em geral, as análises baseadas em explicações que vislumbram a totalidade social já estariam

⁹¹ EVANGELISTA, J. E. **Crise do Marxismo e irracionalismo pós-moderno**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 35.

⁹² *Ibid.*, p. 31.

mortas no nascedouro, pois, diante da nova fase da sociabilidade humana, seria impossível conhecer a totalidade dos fenômenos sociais, a menos que seja de maneira fragmentada, e resguardado o ponto de vista de quem observa o problema. Segundo Eagleton, além das mudanças culturais, o pensamento pós-moderno surgiu de uma recusa política.

O pós-modernismo conta com várias fontes – modernismo propriamente dito; o chamado pós-industrialismo; a emergência de novas e vitais forças políticas; o recrudescimento da vanguarda cultural; a penetração da vida cultural pelo formato mercadoria; a diminuição de um espaço “autônomo” para a arte; o esgotamento de certas ideologias burguesas; e assim por diante. Mas independentemente de o que mais ele possa ser, o pós-modernismo foi gerado por uma repulsa política. Colocar em pauta questões de sexo e etnia rompeu permanentemente, sem a menor dúvida, o fechamento ideológico da esquerda ocidental masculina branca [...] Estas valiosas preocupações têm demonstrado também, com frequência, uma grande indiferença por aquele poder que é a cor invisível da vida diária; que determina nossa existência- às vezes, literalmente- em quase todas as esferas; que decide em grande parte o destino das nações e os conflitos entre elas. É como se todas as outras formas de poder opressivo pudessem ser facilmente debatidas, menos aquela que com tanta frequência estabelece sua agenda a longo prazo, ou que no mínimo está envolvida com elas em seu núcleo. O poder do capital é hoje tão enfadonhamente conhecido que até grandes setores da esquerda conseguiram naturalizá-lo, aceitando-o como uma estrutura imutável⁹³.

Como bem pontua Eagleton, as análises direcionadas ao estudo da ideologia são substituídas pelas narrativas fragmentadas, e não se trata de menosprezar os problemas decorrentes do gênero, da etnia e da inserção territorial, mas, perde-se de vista o poder da ideologia. A recusa da categoria totalidade é explícita, pois o que imperaria seria o fragmento e a narrativa. Como mencionado anteriormente, suas origens nas ciências humanas remontam à década 60, que segundo Wood (1999) foi formada no período da era de ouro do capitalismo e não necessariamente a partir dos problemas contemporâneos.

⁹³ EAGLETON, Terry. De onde vem os pós-modernistas. In. WOOD, E. M; FOSTER, J. R (Org.). **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999, p. 30.

Uma década após as 'revoluções' dos anos 60, o surto de grande prosperidade econômica acabou; todavia hoje, num período de estagnação capitalista, sua herança intelectual persiste. Entre seus legados, temos mais uma "pós-modernidade." Desta vez, há um numeroso grupo de intelectuais que não se contenta apenas em diagnosticar a época atual como o período da pós-modernidade, deliberadamente se identificando como pós-modernista. Embora reconheça diversas influências de filósofos antigos, como Nietzsche, a pensadores mais recentes, como Lacan, Lyotard, Foucault e Derrida, o pós-modernismo atual descende, acima de tudo, da geração de 1960 e dos seus estudantes. Esse pós-modernismo, portanto, é produto de uma consciência formada na chamada idade áurea do capitalismo, por mais que possa insistir na nova forma do capitalismo (pós-fordista, desorganizado, flexível) da década de 1960.

Uma das principais características da pós-modernidade é a recusa de qualquer forma de conhecimento totalizante, e a ocorrência de um enaltecimento do fragmento, do pensamento relativo, cujas verdades se equivalem. Segundo Wood.

Mas, no mínimo, o pós-modernismo implica uma rejeição categórica do conhecimento "totalizante" e de valores "universalistas"- incluindo as concepções ocidentais de "racionalidade", ideias gerais de igualdade (sejam elas liberais ou socialistas) e a concepção marxista de emancipação humana geral. Ao invés disso, os pós-modernistas enfatizam a "diferença": identidades particulares, tais como o sexo, raça, etnia, sexualidade; suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas; e conhecimentos' particulares incluindo mesmo ciências específicas de alguns grupos étnicos⁹⁴.

Não se trata de negar a importância das identidades, tampouco deixar de admitir as mudanças operacionalizadas no mundo do trabalho, que culminaram na fragmentação dos trabalhadores, mas, como afirma Wood⁹⁵, "E que socialista sério deixou de perceber as divisões raciais e sexuais existentes na classe operária?" ou até mesmo quem negaria o fato de vivermos em mundo marcado por símbolos e imagens numa cultura de publicidade que é subsídio até para as experiências pessoais. No entanto, não é necessariamente com a adoção da "agenda pós-moderna" que torna-se possível a compreensão desses fenômenos

⁹⁴ WOOD, E. M; FOSTER, J. R. (Org.). **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1999, p.12.

⁹⁵ Ibid., p. 16.

relativamente novos, mas a perspectiva da totalidade. Sobre este aspecto, Luckacs⁹⁶ enfatiza:

Para o marxismo não há, pois, em última análise, ciência jurídica, economia política, histórica etc., autônomas; há somente uma ciência, histórica e dialética, única e unitária, do desenvolvimento da sociedade como totalidade. No entanto, o ponto de vista da totalidade não determina apenas o objeto do conhecimento, determina-lhe também o sujeito. A ciência burguesa – de forma consciente ou inconsciente, ingênua ou sublimada – considera sempre os fenômenos sociais do ponto de vista do indivíduo. E o ponto de vista do indivíduo não pode conduzir a nenhuma totalidade, quando muito, pode levar a aspectos dum domínio parcial, na maior parte das vezes a algo de apenas fragmentar: a “factos” sem ligação entre si ou às leis parciais abstratas. A totalidade não pode ser encarada a menos que o sujeito que a encarar seja ele próprio uma totalidade; se, portanto, para pensar a si mesmo, for obrigado a pensar o objeto como totalidade. Este ponto de vista da totalidade como sujeito só as classes o representam na sociedade moderna.

Com o discurso pós-moderno promove-se uma recusa à totalidade e ressalta-se o relativismo, cuja realidade dependerá do ponto de vista do observador. Substitui-se a contradição pela dualidade, pois a realidade comporta diversos olhares tais como o do policial, do adolescente que cometeu o ato infracional, do pobre das periferias, enfim, uma infinidade de discursos. Em um dos raros artigos relacionados à pós-modernidade, publicado na revista de maior circulação no Serviço Social brasileiro, Celso Frederico, de maneira direta, analisa o impacto do discurso pós-moderno em algumas áreas do conhecimento. No que se refere à história pontua:

Os nossos historiadores não estudam mais os fenômenos objetivos ocorridos na História. A partir da identificação da História com a história oficial, tudo o que hoje aprendemos passou a ser visto como sendo apenas o discurso ideológico dos vencedores. O que até então entendíamos por História passou a ser olhado com suspeita. A historiografia seria apenas um discurso autoritário e interesseiro que agrupa alguns fatos e procura enquadrá-los no interior de uma estrutura significativa que é pura construção ideológica dos dominadores⁹⁷.

⁹⁶ LUCKACS, G. **História e Consciência de Classe**: estudos de dialética marxista. Porto: Escorpião, 1989, p. 42.

⁹⁷ FREDERICO, C. Razão e desrazão: a lógica das coisas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 55, p. 176, 1997.

Desta forma, o irracionalismo invade a historiografia, abandonando a ideia de estrutura social, perdendo o sentido da história, ou seja, o conhecimento de estruturas coercitivas das sociedades. A recusa da razão faz com que o historiador não estabeleça nenhum critério seletivo, estabelecendo em pé de igualdade os diversos acontecimentos relevantes. Consequentemente, o historiador também perde a capacidade de realizar qualquer tipo de julgamento, pois o relativismo exclui o juízo de valor e lhe atribui uma conotação autoritária. Entre os historiadores, a vertente pós-moderna é conhecida como a nova história e, neste sentido, a busca da verdade ou essência dos fatos torna-se obsoleta, pois a delimitação entre história e literatura torna-se tênue, como bem analisa Frederico:

A nova história firmou-se, pois, em nossas universidades, como um aleatório da memória de personagens coadjuvantes. A historiografia tornou-se uma espécie de reportagem ou crônica antropológica sobre o cotidiano indiferenciado construído a partir do discurso daqueles personagens. E como tudo é discurso, ou discurso sobre discursos, re(a)presentação de um realidade inatingível, a nova história terminou por abolir a fronteira com a literatura, tornando-se sobretudo ensaio literário.⁹⁸

Para além dos discursos fragmentados, existe uma recusa na capacidade emancipatória do ser humano, pois a razão nunca teria possibilitado o seu desenvolvimento, restando um pessimismo que se generaliza para todas as áreas e, em especial, no campo da política⁹⁹. A descrença na política, que não se restringe ao voto, é nítida em quase todas as camadas sociais, enaltecida por jargões que oscilam entre a descrença e o retorno de modelos autoritários. No campo da sociologia, a pós-modernidade também adentrou na produção científica e as referências à sociedade como totalidade foram substituídas pelos estudos

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ “Há ainda outro aspecto muito curioso do pós-modernismo corrente, um paradoxo especialmente notável. Por um lado, a negação da história em que se baseia está ligada a uma espécie de pessimismo político. Uma vez que não há sistemas ou histórias suscetíveis à análise causal, não podemos chegar à origem dos muitos poderes que nos oprimem. Nem tampouco, certamente, aspirar a algum tipo de oposição unificada de emancipação humana geral, ou mesmo uma contestação geral do capitalismo, como os socialistas costumavam acreditar; o máximo que podemos esperar é um bom número de resistências particulares e separadas.” WOOD, E. M; FOSTER, J. R. (Org.). **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1999, p. 20.

monográficos e, segundo Frederico¹⁰⁰, os professores não falam mais em Durkheim, Weber e Marx e sim, em Nietzsche, Foucault, Baudrillard etc. As pesquisas se comprometem a reproduzir visões particulares da sociedade, e conforme bem pontua o autor, existe uma semelhança com a tradição do empirismo na sociologia funcionalista.

É difícil fazer um inventário de tudo o que foi feito pelo antigo empirismo sociológico. A crítica que podemos fazer a essa corrente incide sobre a ruptura com a totalidade. Os estudos monográficos, quando não são tomados como realizações particularizadas de tendências globais da sociedade são, literalmente, desinteressantes. Quando ocorre uma fratura com o funcionamento global da sociedade, a pesquisa sociológica perde-se na atomização temática e no estudo de casos fechados que só interessam momentaneamente a uns poucos especialistas. Quem se interessa saber que na fábrica 'X' os homens estão mais motivados ao trabalho do que as mulheres? A quem interessa saber que em determinada escola os alunos canhotos têm um rendimento escolar superior aos destros? A quem interessa saber que as enfermeiras de um hospital qualquer consomem mais doces e chocolates do que os enfermeiros? Os exemplos de pesquisas localizadas com fins manipulativos e socialmente inúteis são infinitos. E na raiz do desinteresse encontra-se o caráter fragmentado de um conhecimento técnico elaborado com a intenção tópica de conhecer para controlar o comportamento humano. Aqui não há mais ciência, mas apenas conhecimento parcelar descartável¹⁰¹.

No âmbito da economia política, a fragmentação se espraia em diversos níveis, tais como: a fragmentação no interior da indústria com a produção flexível; a fragmentação do mercado, por meio da passagem da produção em massa, para a produção de artigos "exclusivos"; na fragmentação da classe operária, expressa na crise do sindicalismo, e demais formas de organização dos trabalhadores; na fragmentação do sujeito político, cuja luta por um novo modelo de sociedade é substituído pela ação molecular das "minorias"; na fragmentação do discurso político, cuja exploração econômica é substituída pela denúncia das injustiças e, para finalizar, a fragmentação da própria atividade política, com a substituição dos

¹⁰⁰ FREDERICO, C. Razão e desrazão: a lógica das coisas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 55, p. 177.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 180.

partidos pela ação particularista dos lobbies, grupos de interesse e corporações profissionais.

Ainda no que se refere à economia, assiste-se a um discurso genérico que tem um efeito imediato no campo prático operativo, pois a recuperação da economia depende, aparentemente, de ações transclassistas, mas, do ponto de vista político, mantém-se a subalternidade das demais camadas de classe, impossibilitando a construção de uma visão de mundo anticapitalista. Desta forma, se produz uma “cultura da passividade e de conformismo”, que incide diretamente no cotidiano das classes subalternas, reforçando a alienação, o corporativismo e as ações particularistas, em detrimento de ações coletivas¹⁰².

A pós-modernidade pode ser identificada em três planos, sendo eles: no plano do cotidiano, através da valorização das vivências particulares, dos signos, dos simulacros e da hipercomunicação; no plano econômico, mediante à mundialização ou planetarização do capitalismo e suas manifestações estruturais e superestruturais, com destaque para a cultura informatizada; e no plano político, pela desqualificação do Estado e pelas novas formas de expressão da sociedade civil, através de uma vasta rede de grupos segmentares que passam a compor o terreno da política moderna¹⁰³.

Nestes termos, o discurso pós-moderno está intimamente relacionado à nova fase de estruturação do capital, imprescindível para a manutenção da hegemonia burguesa no atual estágio globalizado do capitalismo. Alicerçada no fragmento, nas narrativas imediatistas, fortalecem a alienação e a reificação do cotidiano, criando uma verdadeira obstrução dos nexos ontológicos que compõem a realidade social. E como necessidade de reestruturação do capital, contribui com a disseminação de valores ideológicos que conformarão a população, tais como o discurso empreendedor. Neste sentido, embora pouco tematizada, a lógica do empreendedorismo fortalece a hegemonia burguesa e individualiza problemas estruturais, tais como o desemprego. Compreender o nexos destes novos

¹⁰² SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 97.

¹⁰³ Ibid., p 139.

discursos, operacionalizados em escala global, a partir dos anos 90, constitui-se num grande desafio. Seu espraiamento vai muito além das profissões administrativas, pois é diretriz de inúmeros projetos pedagógicos institucionais de escolas de ensino médio e superiores.

O Serviço Social está relacionado diretamente ao cotidiano de muitas pessoas, pois, historicamente, faz a seleção dos usuários para a inserção nos mais variados programas sociais e, recentemente, com a expansão das atividades na Assistência Social via transferência de renda, também resignificou suas formas de atuação, sendo a padronização dos processos burocráticos e a informatização parte também do seu cotidiano de trabalho. Neste sentido, é válido questionar se não ocorreu uma ampliação dos espaços de trabalho com relativa perda da autonomia em relação à condução dos processos de trabalho, tendo em vista a referida padronização. No entanto, a profissão é privilegiada, pois mantém uma relação próxima aos problemas vivenciados pela população pobre, porém, esta interpretação ou leitura da realidade depende do conhecimento que o assistente social construiu ao longo da sua formação. Assim, sua postura, diante da realidade, que no seu limiar implica na defesa intransigente dos direitos sociais, dependerá da sua visão de mundo, por isso, torna-se perigoso o uso de assertivas que ressaltam o distanciamento entre teoria e prática, entre aparência e essência e a substituição das análises pelas narrativas.

Mas quais seriam as consequências do uso do discurso pós-moderno em profissões interventivas e que buscam a emancipação da população como o Serviço Social brasileiro? Quais seriam os impactos para a produção científica no Serviço Social? E no exercício profissional, existiria alguma mediação? Esses questionamentos, longe de se esgotarem com as breves reflexões objetivadas, sinalizam que talvez a concretização do discurso exista, porém, ainda pouco problematizada. No livro *O Serviço Social e Popular*, a organizadora Maria Ozanira Silva e Silva¹⁰⁴ coloca como desafio para a profissão, além de um novo direcionamento ético que não seja voltado para o socialismo, um “aprofundamento

¹⁰⁴ SILVA, M. O. S. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 98.

da reflexão teórico-metodológica ante a chamada crise dos paradigmas nas Ciências Sociais”, atestando uma preocupação emergente na época. Passadas duas décadas da sua publicação, a ampliação da pós-modernidade, como alternativa à suposta crise de paradigmas ou modelos explicativos, conclamada a partir da queda do Muro de Berlim, retoma a pertinência do questionamento, pois as características essenciais do discurso pós-moderno, tais como o culto ao fragmento e a narrativa, metamorfoseou-se com os ditames neoliberais. Desta forma, estabelecido em um momento de descrenças políticas, a lógica do empreendedorismo – nos limites desta pesquisa, entendido como mais um artifício da ideologia neoliberal e justificada pela pós-modernidade - torna-se quase absoluta nas universidades, escolas, e até mesmo em locais destinados ao trabalhador, como sindicatos.

Embora o Serviço Social tenha como diretriz profissional a defesa dos direitos sociais e a luta pela emancipação, o discurso empreendedor torna-se latente nas universidades, nas quais estão alocados os cursos de Serviço Social, e também diretriz das ações sociais realizadas nos mais variados equipamentos de atendimento à população. Com base em Simionatto:

O Serviço Social defronta-se, portanto, com duas grandes tendências teóricas: uma vinculada ao fortalecimento do neoconservadorismo inspirado nas tendências pós-modernas, que compreende a ação profissional como um caminho de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos técnicos que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; e outra relacionada à tradição marxista, que compreende o exercício profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais. O fortalecimento de uma ou outra dessas perspectivas depende, entre outros fatores, da qualificação teórico-metodológica e prático-operativa dos profissionais e de suas opções ético-políticas, no sentido de compreender o significado e as implicações dessas propostas para o futuro da profissão diante dos complexos desafios postos pelo século XXI.¹⁰⁵

¹⁰⁵ SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 102.

Longe de uma argumentação apologética, até mesmo porque boa parte da profissão ainda se mantém longe dos debates críticos, travados pelo seu conjunto representativo, tais proposituras pós-modernas e neoliberais podem influenciar na formação dos futuros profissionais. Os princípios teórico-metodológicos de uma formação e atuação crítica no Serviço Social brasileiro emergem a partir do movimento de renovação, mais especificamente a partir da vertente denominada intenção de ruptura.

2.2. A renovação do Serviço Social brasileiro

Embora a renovação do Serviço Social, no Brasil, já tenha sido bem analisada, principalmente nas produções do início da década de 1990, ainda se faz necessária sua referência, pois foi um processo que possibilitou um repensar sobre a atuação e a produção científica da área. Passados mais de quatro decênios do início do processo, alguns questionamentos ainda são pertinentes, principalmente se considerado o retorno ou emersão de um neoconservadorismo. Essa nova forma de conservadorismo está expressa na sociedade como um todo, inclusive para além das fronteiras nacionais e rebatem no âmbito profissional, seja na concepção política dos grupos atendidos ou na formulação teórica e, conseqüentemente, na elaboração de estratégias profissionais.

O retorno, mesmo que breve, ao processo de renovação do Serviço Social brasileiro é imprescindível também para o reconhecimento da trajetória da profissão, que não se furtou aos embates e críticas à sociedade violenta estruturada pelo capitalismo. Com o processo de renovação, ampliou-se também o debate sobre as diversas metodologias de trabalho e os fundamentos teóricos adotados pelos profissionais. Outro campo que sofreu alterações significativas, por influência do movimento de renovação, foi a ética profissional, que saltou de um moralismo cristão para a adoção de uma perspectiva emancipadora.

Ao analisar o processo de renovação do Serviço Social brasileiro é legítimo considerar o cenário autoritário vivenciado na América Latina a partir da década de 1960, cujos regimes ditatoriais, em parte financiados pelos Estados Unidos,

mantiveram perseguições aos segmentos de esquerda. A tensão do período fora agravada com a revolução cubana e a formação de movimentos sociais de oposição espalhados pelo continente, sendo o medo das revoluções a justificativa para o estabelecimento de ditaduras em muitos países latinos.

Todavia, a trajetória do Serviço Social no Brasil está relacionada ao agravamento da “Questão Social” nas décadas de 1920-30 e às ações filantrópicas desenvolvidas pela Igreja na época. Possuindo um caráter doutrinário, o Serviço Social rapidamente se consolida como profissão destinada a ajudar a população pobre. Ainda na década de 1930, com a formação da primeira Escola de Serviço Social (1936) e a constituição dos primeiros campos de atuação, o Serviço Social se assenta como profissão de cunho interventivo, com um cariz de controle social. As atividades das primeiras assistentes sociais, em geral, estavam restritas à execução de visitas domiciliares e o trabalho com famílias, cuja condição de pobreza era atribuída ao baixo conhecimento cultural e aos desvios morais.

Para os profissionais, as ações do Serviço Social se diferenciavam das práticas meramente filantrópicas, pois possuíam a intenção de conhecer a fundo as inadaptações individuais ao sistema, assim:

A caridade passa a utilizar os recursos que a ciência e a técnica lhe oferecem; mobiliza, além dos sentimentos, a inteligência e a vontade para o serviço da pessoa humana. O serviço Social representa uma evolução dos antigos métodos, favorecido pelas descobertas científicas, pelo desenvolvimento dos estudos sociológicos e, principalmente, pela intensidade e complexidade dos problemas sociais presentes. Isso o distingue das antigas formas de assistência¹⁰⁶.

Com o crescimento do trabalhador urbano e o acirramento das contradições sociais, a partir do Estado Novo, assistiu-se ao desenvolvimento das grandes instituições assistenciais como mecanismo de coerção e doutrinação

¹⁰⁶ CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014, p. 212.

das massas operárias e à conseqüente ampliação da profissão¹⁰⁷. Nos anos 40, a profissão avança tecnicamente e estabelece contato com a vertente norte-americana, baseada na teoria social positivista, reproduzindo ainda uma visão conservadora. Ao final desta década, o Serviço Social é reconhecido como profissão, atestando a íntima relação entre o controle das massas, via políticas sociais e a ampliação do Serviço Social no Brasil.

Nesse contexto, a legitimação do profissional expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sócio técnica do trabalho vai colocar o emergente Serviço Social brasileiro frente à matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão. Este processo, que vai constituir o que Yamamoto (1992, p. 21) denomina de “arranjo teórico doutrinário” caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora, pela mediação das Ciências Sociais)¹⁰⁸.

Ao final da década de 1950, o Serviço Social sofre uma ampliação dos seus campos de atuação em virtude do desenvolvimentismo, passando a atuar também com Comunidades, porém, num primeiro momento, ainda pautado na ideia da aculturação dos pobres¹⁰⁹. A atuação nas empresas constituía outro ramo de trabalho para o Serviço Social em expansão.

¹⁰⁷ “Nesse momento da conjuntura nacional, o Serviço Social ainda é um projeto embrionário de intervenção profissional. Apresenta-se como estratégia de qualificação do laicato da Igreja católica que, no contexto do desenvolvimento urbano, vinha ampliando sua ação caritativa aos mais necessitados, para o desenvolvimento de uma prática ideológica junto aos trabalhadores urbanos e suas famílias. Procura-se, com isso, atender ao imperativo da justiça e da caridade, em cumprimento da missão política do apostolado social, em face do projeto de cristianização da sociedade, cuja fonte de justificação e fundamento é encontrada na Doutrina social da Igreja”. Ibid., p. 176.

¹⁰⁸ YASBEK, M. C. Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 147.

¹⁰⁹ “De um lado, o Serviço Social é cada vez mais absorvido pelo Estado, a partir do seguinte quadro de referência: o objeto de intervenção profissional se configura pelas disfunções individuais e sociais; os objetivos se voltam para a integração social, não se verificando divergência entre os objetivos institucionais e os profissionais; no terreno do conhecimento, a Doutrina social da Igreja cede lugar a correntes sociológicas, destacando-se o positivismo e o funcionalismo; os métodos tradicionais de Serviço Social de Casos e Serviço Social de Grupo sistematizam-se. A prática profissional começa a deslocar seu eixo de preocupação do indivíduo para a comunidade, dando margem à adoção de novas técnicas como reunião e nucleação de grupos. Os valores norteadores da profissão são ainda de caráter humanista e a formação profissional passa a se pautar pela busca do avanço técnico na perspectiva do ajustamento do indivíduo numa sociedade harmônica”.

Sobretudo, é no período que antecede o Golpe Militar de 1964, marcado pela ascensão do governo de João Goulart, cujas reformas propostas abalaram as oligarquias brasileiras, pois tentava inserir, na cena política, representantes comprometidos com o povo, que a profissão teve suas primeiras aproximações com o pensamento crítico. Naquele contexto, vivia-se um momento de grandes tensões, onde os movimentos sociais exerciam muita pressão junto ao Estado pela conquista de direitos sociais. Com o apoio internacional e crescente receio das influências de esquerda, dera-se, em abril de 1964, o golpe Militar, constituindo uma contrarrevolução preventiva, como bem define Netto:

A finalidade da contrarrevolução preventiva era tríplice, com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo¹¹⁰.

Ocorreu um agravamento das características fundamentais do Estado brasileiro, ou seja, a manutenção de uma elite privilegiada que se utilizará das vias estatais em benefício próprio, e neste sentido, não se operacionalizou um avanço nas formas pretéritas do atraso, mas pelo contrário, buscou-se um desenvolvimento sem mexer nas bases estruturais da sociedade, assim, setores como a agricultura permaneceram com as mesmas oligarquias e sem nenhuma possibilidade de execução da reforma agrária. Outro fato em relação a esta nova configuração do Estado, pautada na autocracia burguesa, foi a recorrente exclusão das forças populares do processo de decisão política. Ao mesmo tempo também conformava a sociedade civil, imobilizando os protagonistas vinculados à superação da ordem vigente.

SILVA, M. O. S. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 47.

¹¹⁰ NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 16.

Em terceiro lugar, e funcionando mesmo como espaço, como *topus* social, de convergência destes dois processos, o específico desempenho do Estado na sociedade brasileira - trata-se da sua particular relação com as agências da sociedade civil. A característica do Estado brasileiro, muito própria desde 1930, não é que ele se sobreponha ou impeça o desenvolvimento da *sociedade civil*: antes, consiste em que ele, sua expressão potenciada e condensada (ou, se quiser, seu resumo), tem conseguido atuar com sucesso como um vetor de desestruturação, seja pela incorporação desfigurada, seja pela repressão, das agências da sociedade que *expressam os interesses das classes subalternas*. O que é pertinente, no caso brasileiro, não é um Estado que se descola de uma sociedade civil “gelatinosa”, amorfa, submetendo-a a uma pressão contínua; é-o um Estado que historicamente serviu de eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos¹¹¹.

O golpe militar de 1964, evidentemente, expressou a derrota dos segmentos populares, e minou qualquer possibilidade de reversão do processo historicamente excludente operacionalizado pelo Estado, excluindo definitivamente qualquer alternativa popular. Não é possível considerar todo o período da ditadura militar como homogêneo, pois ao menos três momentos merecem destaque: de 1964 a 1968 (governo Castelo Branco e parte do Governo Costa e Silva); de 1968 a 1974 (fim do governo Costa Silva e todo o governo do General Médici) e o período Geisel entre 1974 e 1979. No entanto, é a partir de 1968, com o Ato Institucional número 05, que a aparência conservadora passa a assumir conotações fascistas, com exílio, tortura e morte daqueles que se opunham ao regime.

O “sucesso” do período da autocracia burguesa contou com o auxílio de vários aparatos sociais, tais como as políticas direcionadas à cultura, as políticas educacionais e o intenso controle da imprensa. Soma-se a hegemonia da doutrina da Segurança Nacional, que conduziu a conquista do Estado e, em seguida, o conformou a sua maneira. Outro ponto que deve ser ressaltado, é que a burguesia jamais perdeu o domínio do processo, ou seja, embora os militares fossem os representantes da ordem, a manutenção de privilégios e a exclusão das massas permaneciam inalteradas.

¹¹¹ Ibid., p. 19.

Especificamente no âmbito da cultura, o projeto modernizador procurou investir ações que viabilizassem ou fortalecessem a ideologia propagada pelo Estado na época. Desta forma, expressões culturais “pluralistas” foram cedendo lugar às manifestações reforçadoras da conjuntura social. Assim, num primeiro momento, o Estado não atuou diretamente na cultura, mas no seu controle e propagação por via de incentivos, financiamentos, espaços de apresentação, exclusivos ou direcionados para expressões culturais que reforçassem o desconhecimento do processo violento imposto no Brasil. A Política Nacional de Cultura surge em 1975 para reafirmar a interferência do Estado nas produções culturais. Segundo Netto:

[...] vale dizer: a política cultural da ditadura teria de laborar em duas frentes: a) reprimir as vertentes que ‘no mundo da cultura’ apontassem para a ultrapassagem da tara elitista, estimulando aquelas que contribuíam para a sua cristalização e b) induzir e promover a emergência de tendências culturais funcionais ao projeto ‘modernizador’¹¹².

Outra área de fundamental importância para a manutenção do controle e a reprodução da ideologia dominante foi o sistema educacional, que além ter como prioridade uma formação mais “tecnicista”, com a necessária ampliação da mão de obra qualificada, apta a laborar nas multinacionais, buscou, também, inviabilizar ou minar a formação crítica nas universidades e nos movimentos de educação popular. Outro dado importante é que a partir da ditadura militar instaurou-se um novo mercado para algumas frações da burguesia brasileira, como a expansão das universidades privadas e as escolas de ensino médio, também privadas. Neste interim, cabe destacar dois momentos da educação brasileira na ditadura: o período que compreende entre 1964 e 1968, marcado pelos esforços de minar as experiências democratizantes e outro após 1968-1969, que expressa um controle mais direto, com o intuito de modelar o sistema de ensino conforme as exigências do projeto modernizador¹¹³. Desse modo, se restou

¹¹² Ibid., p. 51.

¹¹³ Ibid., p. 54.

algo positivo do período da autocracia burguesa, foi a gestação mais sólida de um pensamento de esquerda, que influenciou as mudanças no Serviço Social.

É neste período que se consolida um mercado de trabalho para os assistentes sociais no Estado, deslocando um pouco sua área de atuação, anteriormente restrita às entidades sociais. Esse novo campo redimensiona o Serviço social, exigindo uma atividade mais “moderna” e alinhada aos projetos do Estado. Nos cursos de formação, haverá a necessidade da inclusão de novas disciplinas como administração, direito, teoria social, pois somente a doutrina católica tornara-se incapaz de possibilitar o conhecimento instrumental necessário para a atuação burocratizada junto ao Estado. Na medida em que houve uma ampliação das Escolas de Serviço Social privadas, também se operacionalizou uma laicização do ensino, sendo este um traço marcante no processo de renovação. Para Netto, a renovação do Serviço Social no Brasil é assim descrita:

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das contrições da autocracia burguesa, o serviço social articulou à base do rearranjo de suas tradições da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão das teorias e disciplinas sociais¹¹⁴.

Desta forma, o processo de renovação haurido no período militar, possibilitou um verdadeiro redimensionamento do Serviço Social brasileiro, tanto no se refere à atuação, como também nas dimensões da pesquisa, instaurando um pluralismo teórico, ideológico, com vistas também à ruptura com as vertentes tradicionais da profissão. Seguiu-se também no contexto uma diferenciação das concepções profissionais, rompendo a suposta homogeneidade da profissão e uma aproximação com os debates estabelecidos pelas Ciências Sociais. Outro aspecto importante que influenciou o processo foi a constituição dos segmentos de vanguarda, ou seja, a formação de uma liderança exclusivamente acadêmica.

¹¹⁴ Ibid., p. 131.

O movimento de renovação do Serviço Social é tratado na bibliografia específica da profissão a partir de três vertentes: a perspectiva modernizadora; a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura¹¹⁵. A elaboração destas percorreu praticamente todo o período da autocracia burguesa e sinalizam os debates travados no interior da profissão, além de redimensionar as formas de atuação e pesquisa na profissão.

A primeira vertente, conhecida na bibliografia específica do Serviço Social como a perspectiva modernizadora, foi consagrada nos encontros de Araxá (1967) e Teresópolis (1970). Embora resguardadas as particularidades de cada evento, demonstraram um alinhamento do Serviço Social com a modernização conservadora imposta pela Autocracia Burguesa. Especificamente no Documento elaborado em Araxá, existe um direcionamento que acena para a modernização, porém, mantendo as bases conservadoras. No documento, existiam menções explícitas à macroatuação, que seria o exercício profissional do Assistente Social nos níveis de planejamento, obviamente necessários para a atuação nas políticas sociais que se ampliaram no período em tela. Celebrou-se também a recuperação da sistemática de trabalho, baseada no atendimento de Caso, Grupo e Comunidade, aprimorados desde a década de 1940. Assim, ocorreu certo transformismo, pois enalteceram as mudanças, mantendo as mesmas bases conservadoras. Um traço importante deste encontro é que, embora recebesse a denominação de “Encontro de Teorização”, não houve menções ao mesmo, cuja teoria fora identificada como “uma abordagem técnica operacional em função do modelo básico de desenvolvimento”. As “disfunções” sociais constituíram o objeto de intervenção visando o equilíbrio dinâmico da sociedade. Em menção à ausência de referências teóricas, Netto afirma:

¹¹⁵ Essas nomenclaturas são usadas por Netto e somente por uma questão didática aparecem em sequência, mas no decorrer do processo algumas ocorreram de maneira concomitante.

Vale dizer: a ausência de uma explicação teórico-metodológica rigorosa não equivale à ausência de uma dada orientação teórica e metodológica: assim, na afirmação da perspectiva modernizadora, a composição de vetores teórico-metodológicos e ideoculturais diversos se garantem em indicativos prático-operacionais que não deixam de conter feixes de colisões. Somente a sua inteira redução a uma estrita pauta técnico-burocrática de intervenção poderia obviar os dilemas dessa composição- e, simultaneamente, conferir uma congruência máxima dessa intervenção à dinâmica da autocracia burguesa. Este passo caberá ao Documento de Teresópolis¹¹⁶.

Como bem definiu Netto, o coroamento da prática se dera em Teresópolis. Embora mais organizado, pois os profissionais tiveram a oportunidade de debater textos prévios, havia, no geral, um entendimento da relação direta entre metodologia científica e método de trabalho. É em Teresópolis que se estabelecem as funções do assistente social, que deveriam ser pautadas no conhecimento sobre Administração, Economia, Estatística, Política Social, Direito, impossíveis de serem atendidas no modelo tradicional de formação. As formulações do documento de Araxá, quando analisadas de uma maneira global, possuem um tríplice significado no processo de renovação do serviço social no Brasil, pois apontaram para a requalificação do assistente social e definiram nitidamente o caráter sociotécnico da profissão, inscrevendo-a no circuito da modernização conservadora, cujo assistente social deveria ser um “funcionário do desenvolvimento”¹¹⁷.

A segunda vertente, denominada por Netto de Reatualização do Conservadorismo, pode ser observada nos Congressos de Teorização de Sumaré (1979) e Alto da Boa Vista (1984), ocorridos nos períodos mais brandos da ditadura, ou seja, o processo iniciado em abril de 1964 dava sinais de seu

¹¹⁶ Ibid., p. 177.

¹¹⁷ “Com estes traços, mais as próprias concepções elementares que vinham de Araxá - muito especialmente as teorias de fundo estrutural-funcionalista e ideológica (o reformismo conservador) do viés de Teresópolis equivale à adequação do serviço social à ambivalência própria da “modernização conservadora” conduzida pelo Estado ditatorial em benefício do grande capital e às características socioeconômicas e político-institucionais do desenvolvimento capitalista ocorrente em seus limites. Se vários dos seus efetivos ganhos técnico-operativos poderiam transcender esta vinculação, não há dúvidas de que suas formulações gerais haveriam de apresentar-se como hipotecadas a ela”. Ibid., p. 193.

esgotamento. A perspectiva apresentada nestes congressos deveria enfrentar duas tendências em voga na profissão: a laicização dos cursos de Serviço Social, que se apresentavam contrários a aproximações de ordem confessionalistas e uma crescente corrente no bojo da Igreja Católica, que se manifestava explicitamente contrária aos parâmetros capitalistas, sendo a última, expressa na Teologia da Libertação, cuja influência crítica possibilitou mudanças operacionalizadas no Serviço Social em vários países da América Latina. Assim, entre o retorno ao confessionalismo e a aproximação de movimentos sociais contestatórios, alguns profissionais viam-se carentes de um referencial que os possibilitassem “fugir” desta dicotomia.

No entanto, o referencial teórico que poderia realizar tal empreitada, atribuída exclusivamente à chegada da fenomenologia, pode tão somente, reatualizar visões conservadoras sob uma nova roupagem. A aproximação com os referenciais dera-se de forma superficial e distorcida, dotada de um esquema metodológico simplista. A ação profissional é deslocada para uma intervenção que se inscreve rigorosamente nas fronteiras da ajuda psicossocial.¹¹⁸

A fenomenologia apresentada nestes congressos, não demonstrava a complexidade do debate que ocorria na Europa, mas, pelo contrário, foi sistematizada a partir de processos de trabalho simples, baseados essencialmente no diálogo. Uma boa relação entre o profissional e o “cliente” poderia levar ao conhecimento do que não foi revelado, do eu aparentemente não foi visto, estabelecendo, dada a pouca profundidade no conhecimento propriamente dito da fenomenologia, enquanto teoria, uma verdadeira psicologização das relações sociais. As principais autoras desta perspectiva, tais como Pavão, Carvalho e Almeida, embora mantenham diferenças particulares, cujo exame mais profundo fugiria dos objetivos desta pesquisa, oscilam entre um humanismo cristão abstrato e a centralidade na entrevista para a percepção subjetiva do cliente¹¹⁹ e a ausência de análises críticas da realidade brasileira.

¹¹⁸ Ibid., p. 206.

¹¹⁹ “O campo sobre o qual se opera a reflexão de Carvalho, o da entrevista em Serviço Social - mais precisamente: o da entrevista que implica a relação *face to face* entre “cliente” (esta é a denominação empregada pela autora) e profissional -, é nomeadamente fértil para esta

A Intenção de ruptura foi a vertente que operacionalizou uma aproximação do Serviço Social brasileiro com as formulações oriundas em Marx e, obviamente, possui particularidades que a diferenciaram das demais formulações no bojo da autocracia burguesa. Uma primeira observação refere-se ao fato de não ter ocorrido, necessariamente, um congresso de teorização, pois foi um “movimento” primeiramente de cunho acadêmico do início da década de 1970, e somente ao final do decênio é que extrapolou os muros da academia. Justamente por retomar tendências crescentes de esquerda no pré-64, foi a corrente que mais encontrou impedimentos para a sua realização.

No principal estudo realizado sobre a renovação do Serviço Social no Brasil, de Netto, datado do início da década de 1990, estabelecem-se dois marcos importantíssimos para a elaboração da intenção de ruptura, sendo eles: O Método BH e as primeiras formulações de Lamamoto. O primeiro, identificado nas experiências realizadas a partir do curso de pós-graduação da Universidade Católica de Minas Gerais, buscou criar uma metodologia marxista aplicável ao trabalho do assistente Social. O início se deu na região de Belo Horizonte porque, naquele momento, era palco de elites reacionárias que contribuíram com o golpe de 64, bem como, trazia a história de movimentos trabalhistas que ecoaram a partir do “Quadrilátero do Ferrífero”, somadas à influência do Movimento Estudantil. Todos os esforços do Método BH estiveram direcionados à ruptura com os tradicionalismos característicos do Serviço Social na época, como afirma Netto.

É na exploração intensiva desses espaços que os jovens profissionais reunidos em Belo Horizonte explicitam a primeira formulação brasileira da intenção de ruptura: eles elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional - e este é um traço singular da emergência da intenção de ruptura, que só seria recuperado no seu terceiro momento - em seu lugar uma alternativa global: uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da

concentração. E se a proposta metodológica de Carvalho supera em larga medida o psicologismo próprio da entrevista dita “clássica”, mostra-se, todavia, muito adequada para cristalizar o patamar no qual o psicologismo era apenas uma expressão metodológica e técnica possível: o patamar da centralização do exercício profissional circunscrito à dinâmica individualizada do “cliente”. Ibid., p. 224.

concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação¹²⁰.

Aos poucos, a intenção de ruptura vai sendo adensada em outras escolas de Serviço Social e travando debates diretos com a perspectiva modernizadora e de maneira menos objetiva com a reatualização do conservadorismo. Ainda no que se refere a um primeiro momento de sua emergência, a intenção de ruptura baseou-se num marxismo inspirado no maoísmo empirista via redução do arsenal marxiano com uma raiz estruturalista, expresso nas discussões sobre idealismo, materialismo, ideologia, ciência, prática. Posteriormente, aludiu a um marxismo acadêmico, ainda com fortes traços da redução epistemológica e, em seguida, a uma análise da profissão, ressaltados na problemática da formação e nos campos de intervenção. No entanto, essa transição contou com vários equívocos, sendo o mais notável o lastro eclético identificado nesta vertente, tal como o empirismo das formulações do Método BH.

Outro marco citado pelo autor se refere às contribuições de Marilda Lamamoto, no estudo da consolidação do Serviço Social no Brasil. A autora, ao utilizar-se de um referencial crítico, rompe com as vertentes conservadoras do Serviço Social na época. Netto reconhece o seu pioneirismo.

Estas pontuações críticas, entretanto, se esbatem diante da essencialidade da contribuição de Lamamoto: ela consiste no primeiro tratamento rigoroso do Serviço Social, no inteiro da reflexão brasileira, que apreende a instituição profissional na perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética, haurida a partir de um trabalho sistemático sobre a fonte marxiana; e mais: as resultantes desta apreensão, pela sua natureza mesma, infletem os rumos do debate profissional, qualificando-o teórico e politicamente. Neste sentido, é que se pode afirmar que, com a elaboração de Lamamoto, a vertente da intenção de ruptura se consolida no plano teórico-crítico. E se o faz, pelo resgate da inspiração marxiana, é no seu leito que podem ser colmatadas as lacunas e solucionados os problemas que a própria autora não equacionou inteiramente¹²¹.

¹²⁰ Ibid., p. 262.

¹²¹ Ibid., p. 301.

As análises de Netto compõem umas das melhores sínteses do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, principalmente pela densidade teórica, ao relacionar o processo de autocracia burguesa e as mudanças operacionalizados pelo Serviço Social. Suas classificações em relação às vertentes da renovação são utilizadas e muito conhecidas pelos professores de Serviço Social que lecionam as disciplinas relativas à fundamentação teórico-metodológica. No entanto, embora em notas de rodapé tenha feito comentários a respeito de outros lugares em que a intenção de ruptura se formara, não se debruçou sobre este item. A autora Simionato, em seu livro mais conhecido no Serviço Social, *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social* problematiza a centralidade dos dois momentos elencados por Netto, pois segundo a mesma, outras regiões do Brasil também se aprofundaram nos estudos marxistas. Segundo Simionato:

José Paulo Neto (1991), autor de uma das mais significativas análises do Serviço Social no Brasil pós-1964, destaca dois trabalhos como marcos do momento por ele denominado “intenção de ruptura”. Trata-se do “Método de Belo Horizonte” (BH) e da proposta de Marilda Vilela Iamamoto, contida em *Legitimidade e crise do Serviço Social*, que se constituem em trabalhos fundamentais no processo de renovação profissional. A base teórica do primeiro é constituída essencialmente pelas teses maoístas e althusserianas, enquanto o segundo centra-se nas fontes originais do pensamento de Marx, com algumas recorrências a Gramsci de ‘americanismo e fordismo e, mais especialmente, à questão dos intelectuais. No entanto, a meu ver, ao lado dessas duas elaborações, há ainda todo um acervo de formulações que, embora reconhecidas, não são analisadas por Netto; elas instauram um novo debate no interior da profissão na virada da década de 1970 e início da de 1980. Penso aqui na larga produção que, no eixo da tradição marxista, busca no aporte teórico gramsciano subsídios para refletir sobre o serviço Social. Esta produção, além dos trabalhos do grupo de Belo Horizonte e de Iamamoto, é constituída por formulações significativas de um grupo de profissionais que também buscaram caminhos para pensar o serviço social como profissão inserida no processo de transformação social¹²².

¹²² SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 171.

Simionato analisa a produção de outros autores como Zafira Bezerra Amann, Vicente de Paula Faleiros, Mirian Limoeiro Cardoso, que, em sua opinião, além de serem referências na apropriação de Gramsci pelo Serviço Social brasileiro, também contribuíram para o processo de renovação. Desta forma, a intenção de ruptura, aos poucos, foi se consolidando com uma vertente crítica, que direcionaria a ética e a formação profissional.

Ainda na entrada dos anos 1980, as primeiras aproximações a Marx no Serviço Social deram-se de maneira simplista e manualesca. Recorrendo à produção de Yamamoto, especificamente no Livro *Renovação e Conservadorismo*, que se trata de uma coletânea de artigos e palestras proferidas ao longo daquela década, onde é recorrente a menção pela autora da influência de um marxismo classificado como “vulgar”, inspirado na leitura de Althusser. Para Yamamoto, além do uso de um marxismo sem Marx, pois eram poucas as leituras fidedignas, também resultava em algumas distorções interpretativas, tais como o fatalismo e o messianismo, que se desdobravam em equívocos sobre a prática social e conseqüentemente sobre a prática profissional.¹²³

a) de um lado, o *fatalismo*, inspirado em análises que naturalizam a vida social, traduzida numa visão “perversa” da profissão. Como a ordem do capital é tida como natural e perene, apesar das desigualdades evidentes, o Serviço Social encontrar-se-ia atrelado às malhas de um poder tido como monolítico, nada lhe restando a fazer. No máximo, caberia a ele aperfeiçoar formal e burocraticamente as tarefas que são atribuídas aos quadros profissionais pelos demandantes da profissão; b) de outro lado, o messianismo utópico, que privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante, que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento. O messianismo traduz-se numa visão “heroica”, ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social”¹²⁴

Muitos assistentes sociais, envoltos pelas análises fatalistas e messiânicas passaram a negar a prática profissional, pois acreditavam que qualquer forma de

¹²³ IYAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 116.

ação vinculada ao Estado, necessariamente os levariam a uma reprodução da ideologia dominante. Assim, os espaços legítimos para a execução de ações críticas estariam limitados aos espaços de contra hegemonia, como os movimentos sociais. Segundo a autora, somente a partir de uma leitura séria de Marx, é que poderiam superar esta visão dicotomizada.

A centralidade nos movimentos sociais como exclusivos agentes da transformação social e o potencial transformador da participação podem ser percebidos em algumas publicações da época, como o livro de Maria Luiza de Sousa, *Desenvolvimento de Comunidade e Participação* que asseverava a crença na possibilidade de transformação dos movimentos sociais.

Entre as representações dos movimentos sociais, é o movimento popular urbano o que mais caracteriza como fenômeno próprio da atualidade, merecendo, portanto, algum destaque. Estes movimentos estão ligados, sobretudo, à instância da reprodução. Aí está um espaço novo de associação e exercício do poder popular, residindo também a sua importância na dimensão que assumem de fazer a relação reprodução/produção. Movimento Popular Urbano é o esforço coletivo e organizado da população pobre na tentativa de solucionar a seu favor as contradições engendradas pelo desenvolvimento urbano capitalista¹²⁵.

Aqui, longe de deslegitimar o papel importantíssimo dos movimentos sociais, principalmente na conquista de direitos expressos na constituição de 1988, e os embates travados com o poder público pela aquisição de equipamentos de consumo coletivo, no que se refere especificamente à profissão, ainda carecia de estudos mais profícuos sobre a atuação profissional e a relação desta com os próprios movimentos. Pode se dizer, que, ao longo dos anos 1980, a tendência crítica no Serviço Social brasileiro esteve calcada num marxismo superficial, incapaz de compreender as possibilidades da ação profissional.

Mesmo com uma leitura quase que de manual, devido às influências do período, as apropriações críticas podem ser observadas nas diretrizes curriculares (1982) e no código de Ética de 1986. Na década seguinte, o Serviço Social

¹²⁵ SOUSA, M. L. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

brasileiro deveria enfrentar dois grandes processos: a consolidação e o aprofundamento das tendências marxistas e a entrada do país na globalização, com conseqüente redução da interferência do Estado na questão social. Entende-se que para a estruturação do neoliberalismo, além das reformas estruturais do Estado, contou-se também com um aparato ideocultural que conformou a população e necessariamente interferiu na dinâmica do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais.

2.3 Anos 1990: aproximações entre o Serviço Social e a pós-modernidade.

Após a descrição da trajetória do Serviço Social no Brasil, evidentemente com a tentativa de apenas sumariar alguns momentos decisivos em decorrência da vasta bibliografia, é válido analisar alguns entraves para a consolidação da perspectiva crítica derivada da Intenção de Ruptura, principalmente em um contexto de avanço das forças conservadoras por meio do neoliberalismo.

A década de 1990 pode ser considerada o momento em que o Brasil entra definitivamente na globalização, porém, como foi ressaltado em outros momentos da exposição, de maneira subalterna. A globalização para os países pobres foi apresentada como um processo inevitável, mas que “conectaria” todos os países, tendo como fim a melhora da comunicação e a formação de uma aldeia global. No entanto, o jogo de forças estabelecido não possibilitou a ascensão dos países subdesenvolvidos, mas somente uma troca de nomenclatura, sendo identificados atualmente como emergentes.

O processo de globalização considerado como um dos artifícios da ideologia contemporânea é impossível de ser analisado sem considerar o neoliberalismo e as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Sobretudo nos países pobres, o processo trouxe redução dos postos de trabalho, aumento da fragmentação das lutas dos trabalhadores, redução da interferência do Estado na resolução dos problemas decorrentes da Questão Social.

O termo globalização deveria sugerir a universalização das atividades econômicas, sociais e culturais, no entanto, para países latinos, como o Brasil,

essa ascensão nunca existiu. Por aqui, foi mais um surto que vislumbrava uma certa modernização conservadora, como acontecera em outros momentos do Estado, tais como: o desenvolvimentismo, o milagre econômico da ditadura e o processo de modernização esperançoso do presidente *impechchado* Fernando Collor de Mello, que teve a missão de colocar o país no “primeiro mundo”.

Na América Latina, o neoliberalismo promoveu políticas econômicas, ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que não foram acompanhadas por políticas sociais eficazes, mas, pelo contrário, o que se observou no período foi a pulverização e fragmentação da área social. Como ressalta Viera, a distinção entre política social e política econômica é meramente didática, pois:

Quando falam em “políticas” (política social, política econômica, política fiscal, política tributária, política de saúde, política habitacional etc.) estão falando de estratégias governamentais. As estratégias governamentais pretendem intervir nas relações de produção (no caso da política econômica) ou intervir no campo dos serviços sociais (no caso da política social). A distinção entre política social e política econômica só é sustentável do ponto de vista didático, porque não existe nada mais econômico que o social e não existe nada mais social que o econômico. Trata-se apenas de definição de campo¹²⁶.

Especificamente sobre a democracia, o autor também atesta a fragilidade desta nesses países, pois na grande maioria existe um Estado Democrático de Direito somente no plano jurídico, que não se materializa em políticas sociais. Em geral, não há uma mobilização da sociedade em função dos serviços sociais, e nenhuma democracia se sustenta por muito tempo, sem o mínimo de democratização da sociedade¹²⁷. Ressalta-se que os países latinos, e dentre eles o Brasil, jamais estiveram alheios ao capitalismo internacional. O que se tem denominado de globalização, como inserção nas relações mundiais, não ocorre da mesma forma e no mesmo grau para os países. A globalização não foi e não é

¹²⁶ VIEIRA, Evaldo. Estado e Política Social na Década de 90. In: Estado e Políticas Sociais no Brasil: **Conferências do Seminário Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001, p. 18.

¹²⁷ Os últimos eventos ocorridos na democracia brasileira demonstraram esta fragilidade, pois a primeira mulher presidente da história sofreu impeachment impulsionado pelas forças mais conservadoras e sem argumentos jurídicos sólidos.

igual para todos, ela possui graus e, por ter graus e diferenças, ela exigiu e exige a proteção desses países que não têm a mesma capacidade de competição econômica, política e social dos países hegemônicos¹²⁸.

As políticas econômicas estabelecidas no neoliberalismo afetaram a vida de todos os trabalhadores, seja na escassez de empregos, na dissolubilidade das organizações representativas da classe, dentre os quais os movimentos sociais e os sindicatos, como na descrença nas possibilidades da ação política¹²⁹. As ações contestatórias, também, paulatinamente, foram sendo substituídas por atividades fragmentadas, cujo debate de classe foi renegado.

O próprio discurso de algumas frações de trabalhadores foi alinhado às ideias da incapacidade do Estado na resolução dos problemas sociais. Aflorou-se o discurso do terceiro setor e o incentivo aos voluntarismos. Todas essas sinalizações acerca do neoliberalismo terceiro mundista afetaram as profissões, algumas com mais intensidades que outras, e no caso específico do Serviço Social, visceralmente ligada à execução de políticas sociais, foi afetado direta e indiretamente.

De maneira direta, a categoria profissional foi afetada pelos baixos investimentos na área social e as investidas na desregulamentação dos direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988, impactando direto na qualidade dos serviços prestados. Como resultado da reestruturação produtiva, o aumento do desemprego também reconfigurou o público atendido.

No entanto, foi um período de conquistas para o Serviço Social, pois alguns direcionamentos históricos da profissão foram alcançados, como a hegemonia da tendência crítica e a elaboração de um Código de Ética Profissional avançado no que se refere à compreensão das novas dinâmicas e necessidades do público

¹²⁸ Ibid., p. 26.

¹²⁹ “A segunda observação a fazer relaciona-se ao entendimento da política social tão mais necessária quando impera uma razoável confusão terminológica (política social pública, política social privada, políticas públicas, políticas de governo etc.). Creio que se deve manter o uso da terminologia política social para designar o conjunto das políticas sociais e também usá-lo para referir-se a uma política setorial. Entendo as políticas sociais como respostas do Estado burguês do período do capitalismo monopolista a demandas postas no movimento social por classes (ou estratos de classe) vulnerabilizados pela “Questão Social””. NETTO, J.P. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, F.O; RIZZOTTO, L. F. **Estado e Políticas sociais**: Brasil-Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

atendido. Embora nem todos os profissionais se identifiquem com a criticidade gestada ainda no bojo do movimento de Renovação, pois reproduzem necessariamente a instrumentalidade do Estado, a produção teórica foi profícua no período. Outra conquista da profissão foi a elaboração das novas diretrizes curriculares para formação do Assistente Social, tópico que será abordado mais a frente, mas que demonstra a concepção de um profissional crítico.

Para os profissionais que atuavam na época, havia a necessidade da luta por consolidação dos direitos sociais conquistados na Constituição de 1988, expressos em embates pelo SUS, a LOAS, o ECA, ferramentas essenciais para a garantia de direitos. Mas, ao mesmo tempo, a tendência da política neoliberal, assegurava para a população que um futuro do país dar-se-ia a partir da redução do Estado por meio das privatizações, terceirizações e a repressão violenta aos opositores das reformas.

No decorrer da década, o Serviço Social brasileiro consolida-se como uma profissão de cunho interventivo, que possui como direcionamento uma atuação crítica, dotada de uma postura teórico-metodológica, mas, no entanto, esta apropriação não se deu de maneira uniforme e tampouco sem conflitos de ordem teórico-metodológico. As primeiras aproximações com um referencial crítico deram-se a partir de alguns equívocos, principalmente no que se refere ao método.

Neste sentido, um trabalho interessante sobre a apropriação do marxismo no Serviço Social, na entrada da década de 1990, foi realizado por Quiroga, cujo título é: *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social*, já demonstra os rumos analíticos da autora. Na obra, foi realizada uma pesquisa com vários docentes de Serviço Social sobre o ensino do marxismo na disciplina de metodologia, onde foi observado a não recorrência aos textos originais de Marx e a equivocada interpretação metodológica. A apresentação do método em Marx se dava a partir de esquemas mecanicistas, como se fosse uma técnica a ser aplicada em um problema específico. Nas aulas, era comum ensinar a aplicação dos três “métodos” nos atendimentos. O aluno geralmente poderia realizar uma intervenção pautada no marxismo, na

fenomenologia ou no positivismo, evidenciando-se a confusão entre método e técnicas de trabalho. E, provavelmente, nos dias atuais, ainda exista essa confusão de alguns docentes, compreendendo o método como uma técnica que se aplica na abordagem do objeto.

Marx não dedicou muita da sua obra ao estudo específico de método, somente na “Introdução”, redigida em 1857, aos manuscritos publicados posteriormente nos Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política¹³⁰.

No entanto, como já analisava Iamamoto acerca do Serviço Social nos anos 1980, o marxismo na profissão foi permeado de equívocos e distorções. Algumas provocadas pelos próprios marxistas, tal como o reducionismo da categoria totalidade ou por seus detratores, que anunciavam a morte das explicações racionalistas a partir do colapso da União Soviética. Embora a pós-modernidade adentrasse praticamente todas as áreas das ciências humanas, no Serviço Social a apropriação se dera sem muitos conflitos. Os poucos pesquisadores que se debruçaram sobre esta questão teceram críticas contundentes aos novos discursos pós-modernidade.

Como exemplo, pode se citar a popularidade do livro *Pelas Mãos de Alice*, do sociólogo português, Boaventura Sousa Santos, que além desta obra, possui uma vasta produção bibliográfica sobre a epistemologia nas ciências sociais, direitos humanos, globalização e sociologia do direito. Mas é, sobretudo neste livro, publicada no Brasil, na metade da década 1990, que pode ser observada sua aceitação no cenário nacional e, em especial, no Serviço Social, sendo sua recorrência latente em muitas produções de assistentes sociais brasileiros. Longe de desmerecer a vasta produção do autor, com contribuições significativas para o debate sobre os novos movimentos sociais e os direitos humanos, chama a atenção o empenho em detratar as bases do pensamento marxiano.

Na abertura da obra, especificamente na primeira parte, denominada “Cinco desafios à imaginação sociológica” o autor reivindica um novo prisma de análise a

¹³⁰ NETTO, J.P. Introdução ao método na teoria social. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

partir do conflito Leste-Oeste, com a possibilidade de haver um desprendimento das amarras dos velhos dogmas. A transição de paradigmática requer novas leituras diante do fragmentado terreno da sociologia.

Vivemos assim uma condição complexa: um excesso de realidade que se parece com um déficit de realidade; uma auto-realização da realidade que mal se distingue da auto-realização da teoria. Numa condição deste tipo é difícil reivindicar um ângulo de análise e muito mais, mantê-lo. Não está na tradição da sociologia desistir dessa reivindicação e, valha a verdade, alguns factores correm a favor do seu sucesso. O conflito Leste-Oeste foi um dos grandes responsáveis por que durante todo o século XX a sociologia tivesse sido feita com os conceitos e teorias que nos foram legados no século XIX. O fim do conflito Leste-Oeste cria uma oportunidade única para a criatividade teórica e para a transgressão metodológica e epistemológica e essa oportunidade só será desperdiçada se nos esquecermos que o fim do conflito Leste-Oeste ocorre de par com o agravamento do conflito Norte-Sul. E será igualmente desperdiçada se a liberdade criada pela ausência dos dogmas teórico-políticos for asfixiada pelos sempre velhos e sempre novos dogmas institucionais-fácticos¹³¹.

Na passagem, o autor demonstra um alinhamento aos discursos que desprezam as formulações oriundas do século XIX, pois viveríamos na atualidade um excesso de realidade, cuja apreensão escaparia das teorias sociais clássicas. O fim do socialismo representaria a possibilidade de criar novas matrizes ou perspectivas analíticas livres das velhas amarras teóricas, na qual Marx não teria nenhuma contribuição, pois errara demasiadamente no seu determinismo econômico.

O determinismo possibilitou a Marx desenvolver uma série de conceitos (forças produtivas, relações de produção, modo de produção) que lhe permitiram proceder a uma análise global da sociedade capitalista e definir a direção da sua transformação futura. Essa análise, apesar de incompleta, continua hoje a ser valiosa, e os conceitos que Marx desenvolveu para efetuar continuam a ter um grande valor heurístico. O que não tem hoje validade é o facto de Marx, fiel às premissas culturais da modernidade no seu tempo, não ter podido pôr a questão da direção necessária. É hoje evidente que Marx falhou estrondosamente no modo como pôs esta questão e na resposta que lhe deu. A análise do presente e do passado, por mais

¹³¹ SANTOS B. V. **Pela mão de Alice**: o social e político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 19.

profunda que seja, não pode fornecer mais do que um horizonte de possibilidades, um leque de futuros possíveis; a conversão de um deles em realidade é fruto da utopia e da contingência. Mas se é assim, em geral, é-o muito mais num período de transição paradigmática como o que atravessamos. Em tais períodos, os processos sociais são tão fluídos e turbulentos que o que resulta das interações entre eles é, em grande medida, uma incógnita. Para utilizar o conceito de Prigogine, estamos numa situação de 'bifurcação' em que a menor mudança no sistema pode produzir um desvio de largas proporções. Estamos numa época em que a contingência parece sobrepujar a determinação¹³².

A obra de Boaventura foi composta por vários artigos produzidos em diferentes momentos e publicados em países como Portugal, Brasil, Itália, Estados Unidos, Uruguai e, somente nos dois primeiros capítulos, é que se detém sobre Marx e o tempo presente, assumidamente pós-moderno. A principal crítica que acena a inviabilidade do marxismo está no seu determinismo, como se a teoria social de Marx estivesse comprometida por uma teleologia evolucionista – ou seja, para Marx, uma dinâmica qualquer (econômica, tecnológica etc.) dirigiria necessária e compulsoriamente a história para um fim já previsto (o socialismo). Vários estudiosos já mostraram a inconsistência dessa crítica (MÉSZAROS, 1993; WOOD, 2006; BORON, 2007)¹³³. No entanto, mesmo com a perspectiva da totalidade muito bem trabalhada em Luckacs, a insistência do autor é latente.

Num profícuo texto intitulado *De como não ler Marx ou o Marx*, de Sousa Santos, apêndice do livro *Marxismo impenitente: contribuição das ideias marxistas*, José Paulo Netto, demonstrando seu conhecimento acerca do legado marxista, interpela-o da seguinte maneira:

Com franqueza, repito: independentemente dos limites a que se impôs a análise que, em *Pelas mãos de Alice*, Sousa Santos nos oferece de Marx e sua tradição é uma *análise incompetente*: se apanha alguns elementos significativos e lacunas reais da teoria marxiana (como indiquei), repete lugares – comuns insustentáveis (dos quais o mais tolo é a acusação acerca do “reducionismo”) faz afirmações completamente absurdas (como aquela sobre a equação automática entre progresso tecnológico e progresso

¹³² Ibid., p. 23.

¹³³ NETTO, J. P. Introdução ao Método na Teoria Social. In: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2009.

social) e elude convenientemente importantes tematizações marxianas (como as referidas à relação sociedade/natureza). Presta, com isto, dois enormes desserviços à investigação: de um lado, reforça preconceitos ignorantes em face da teoria marxiana; de outro, não contribui para que a pesquisa identifique o que, nessa teoria, efetivamente perdeu atualidade e validade. No fim das contas, é quase inacreditável que um intelectual do nível e da qualidade de Sousa Santos – que, por outra parte como assinalet, revela-se capaz de análises finas e sugestivas – possa nos apresentar um Marx tão deformado e empobrecido e um marxismo tão miserável¹³⁴.

Netto ressalta as qualidades do pesquisador português, mas não se furta às críticas contundentes. Santos, seguindo a tendência que passou a ganhar força a partir dos anos 1990, a pós-modernidade, realiza uma redução do legado marxiano, fracionando Marx em níveis “sociológicos”, “econômicos”, “utópicos”, Segundo Netto:

É por esta razão que ele pode fazer um “balanço” do marxismo como tradição sociológica sem discutir minimamente o estado da crítica da economia política marxista (que, obviamente, é matéria da ‘economia’, não da ‘sociologia’). É esta a razão que faz este “olhar sociológico” converter a teoria social de Marx numa enciclopédica teoria fatalista do ‘econômico’ do ‘social’, do ‘político’ etc. E é evidente que, sob tal luz, as determinações complexas, bem como os seus igualmente complexos sistemas de mediações, que articulam a totalidade concreta que é a sociedade burguesa passam a oferecer o espaço ideal seja para a construção reflexiva de determinismos simplistas, seja para a postulação, também puramente reflexiva, de autonomias relativas (‘regionais’?) que terminam por se hipostasiar. Assim, é óbvia a dificuldade para recuperar, no plano do pensamento, as concretas indeterminações e mediações entre os vários níveis, instâncias e esferas constitutivas da sociedade - dificuldade que, às vezes, se converte mesmo em impossibilidade¹³⁵.

Embora a obra de Santos não seja especificamente direcionada aos assistentes sociais, é inegável a grande abrangência que obteve neste segmento. Como o livro é composto por vários ensaios, e que alguns analisam, inclusive, a situação política de Portugal, certamente as afirmações iniciais direcionadas à Marx contemplaram um bom número de pesquisadores descontentes com a

¹³⁴ NETTO, J. P. **Marxismo impenitente**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 238.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 341.

herança marxista na profissão. Muitos, inclusive, alegam que foi justamente a apropriação de Marx no Serviço Social (mesmo com todos os equívocos ainda hoje não superados) que distanciou a produção científica do aprofundamento nos estudos das técnicas de intervenção e no uso eficaz dos instrumentais de trabalho.

Como mencionado anteriormente, ao mesmo tempo em que a profissão buscava a concretização dos direitos sociais, crescia também a aproximação com as vertentes pós-modernas, mas, bem ao gosto do relativismo deste discurso, não houve um debate entre pesquisadores que ainda defendiam o caminho trilhado a partir da “intenção de Ruptura” e aqueles que os acusavam de terem esquecido o estudo da “prática”, inclusive, argumentavam que a diminuição dos postos de trabalho, alocados em empresas, dera-se também por conta da introjeção do marxismo. No entanto, se esquecem de que ocorreram mudanças no mundo do trabalho, expressas na reestruturação produtiva, que alteraram totalmente a dinâmica de produção dentro das fábricas. Assim, se no modelo fordista havia a necessidade do controle do ritmo e intensidade do trabalho, mobilizando um arsenal de profissionais vigilantes da organização e da produção, dentre os quais os assistentes sociais, no toyotismo, o próprio trabalhador se incumbe desta vigilância, fragmentando ainda mais a classe trabalhadora. Algumas áreas de atuação e profissionais imprescindíveis para o modelo de produção fordista não possuem mais espaço no Toyotismo.

Uma das poucas publicações que enfrentou a polêmica sobre a influência da pós-modernidade no Serviço Social foi o livro *Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro*, de Josiane Soares Santos. Na obra, a autora ressalta o sincretismo característico da profissão com base nos estudos de Netto. Em sua opinião, este sincretismo constitui-se na porta de entrada das vertentes pós-modernas, pois a recorrente necessidade de elaboração das respostas práticas às situações cotidianas faz com que muitos profissionais efetuem procedimentos e questionamentos simplistas e conservadores.

O atendimento acríptico dessas requisições tende a fortalecer a busca por atualização teórico-instrumental relativa aos “campos de atuação” do Serviço Social vistos isoladamente. Em tempos de pós-modernidade são abundantes os materiais que, aprisionados pela lógica do fragmento, dão suporte a esse tipo de resposta. As probabilidades de expansão dessa tendência são consideráveis diante da predominância, na cultura profissional, das preocupações “microsociais” e, conseqüentemente, da chamada “microintervenção”¹³⁶.

No âmbito da produção científica, a autora corajosamente aponta a aproximação da pós-modernidade, por meio de algumas publicações focadas em realizar uma detração na apropriação de Marx pelo Serviço Social. De acordo com Santos, na década de 1990, havia duas vias perceptíveis da ofensiva pós-moderna, sendo uma que consistia na revitalização do conservadorismo e a segunda, mais sutil, porém, também ordenada pelo traço sincrético do Serviço Social, aparecia em vertentes marxistas que apresentam uma aproximação epistemológica com a pós-modernidade. O recurso a autores como Foucault, com as digressões sobre os micropoderes e Sousa Santos, com o discurso da “perplexidade”, as abordagens sobre o “esgotamento da modernidade” e as dívidas em relação às promessas da modernidade, bem como as discussões sobre a perda da centralidade da classe trabalhadora e potencial transformador dos “novos sujeitos”¹³⁷.

Santos observa a necessidade de alguns autores do Serviço Social no desenvolvimento de objetos, metodologias, teorias, essencialmente autocentradas no interior da profissão, como exemplo, algumas produções de Faleiros, que insistia na ideia de que o conhecimento metodológico poderia se constituir em uma particularidade da profissão. “[...] é possível construir um objeto e, portanto, uma teorização da intervenção profissional, a partir da produção de conhecimentos em Serviço Social [...]”¹³⁸. Segundo Santos, não há no autor menções ao projeto ético-político-profissional, pois sua ênfase dera-se essencialmente nos componentes técnico-operativos, a teoria, a metodologia e o

¹³⁶ SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo no Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 70.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 88.

¹³⁸ Faleiros apud Santos, p. 91.

poder como elementos centrais na sua concepção de Serviço Social. Outros autores do Serviço Social compartilhavam deste ponto de vista, destacando-se Gentili, Costa e Martinelli.

O discurso pós-moderno se assenta justamente por não haver uma unanimidade de posicionamentos; possui como fio condutor a crítica ao marxismo, atribuindo-lhe um determinismo insuficiente para a compreensão da complexidade do campo interventivo. Aliás, existe o retorno de certo endogenismo, requerente da particularidade da prática, ou seja, estudos que versem sobre os problemas práticos, porém, a realidade é muito mais complexa que meros esquemas formais-abstratos de intervenção. A teoria para os defensores destas proposituras deveria orientar a prática e não necessariamente uma aproximação da realidade. Transcorridos quase dez anos da pesquisa realizada por Santos, na qual identificou alguns autores que se intitulavam pós-modernos e outros, que mesmo defendendo o marxismo argumentavam a limitação desta teoria, pode-se dizer que o discurso pós-moderno não se encerrara, mas, pelo contrário, adquiriu novos contornos, e por ser uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, é convocada a dar respostas imediatas para problemas de ordem estrutural, que, às vezes, estão muito além das suas objetivações profissionais. As características fundamentais da pós-modernidade como a análise fragmentada, o relativismo, a ausência do sujeito histórico espraiam-se pela profissão, reproduzindo também análises fragmentadas. Em geral, boa parte das pesquisas realizadas no âmbito do Serviço Social está relacionada ao conhecimento das experiências profissionais e análises das políticas sociais, com a diminuição de pesquisas que vislumbrem aspectos mais amplos da sociedade capitalista.

E, neste sentido, seguindo a tendência tecnicista, a partir das transformações decorrentes das mudanças no mundo do trabalho, também reproduz a instrumentalidade quase asséptica do capital. A autonomia relativa do profissional, que varia de acordo com o espaço institucional e as correlações de força presente, foi definitivamente diminuída, na medida em que deve responder tecnicamente e quantitativamente às solicitações dos gestores sociais. E na ausência de técnicas específicas que possibilitem a resolução dos problemas,

alguns se valem de jogos de linguagem, técnicas e referências que fogem dos princípios éticos do Serviço Social brasileiro, por vezes, se reportando à autoajuda como ferramenta de trabalho, principalmente nas ações caracterizadas como socioeducativas. Mas, com base no discurso pós-moderno, que alguns reproduzem sem mesmo conhecê-lo, o relativismo abarca tudo e só depende do ponto de vista de quem o executa.

Outro recurso ou técnica de trabalho que vem sendo utilizado por alguns profissionais é a Terapia Comunitária, em que alguns municípios chegam a pagar cursos de especialização para os profissionais alocados na saúde. Isto já demonstra uma aproximação com o subjetivismo descolado do contexto social e reafirma uma atividade que sequer é mencionada nas diretrizes curriculares para a formação do Assistente Social. Segundo o inventor da técnica, Prof. Dr. Adalberto Barreto, a Terapia Comunitária (TC) é uma abordagem terapêutica para a comunidade com a finalidade de promover a atenção primária em saúde mental. Funciona como fomentadora de cidadania, redes sociais solidárias e da identidade cultural de comunidades carentes, através de equipes institucionais públicas, privadas ou voluntárias. Define-se também como um instrumento importante para o resgate cultural e da autoestima de populações menos favorecidas, nas mais variadas comunidades brasileiras. Segundo o site da ABRATECOM- Associação Brasileira de Terapia Comunitária Integrativa-, atualmente, são mais de 30.000 trabalhadores da Saúde que já foram qualificados pelos 40 polos de formação espalhados pelo Brasil. É uma atividade recomendada pelo Ministério da Saúde e reproduzida em secretarias municipais e estaduais de saúde.

Além da ausência de referenciais teóricos que vislumbrem a totalidade social, a utilização da Terapia Comunitária, como componente da intervenção profissional, demonstra o relativismo característico do tempo presente, pois mesmo que seja uma resposta direcionada à autoajuda em contraposição à emancipação política, requereria o questionamento sobre a importância de sua execução centrada na saúde. Obviamente, compreende-se a escassez de profissionais de saúde mental em todos os municípios do país, mas a utilização da técnica pode ser estratégica para o Estado, pois certamente a Política de Saúde

ainda é interpretada pela população como direito, e à medida que desloca-se, o trabalho social com as populações pobres para o campo do subjetivo, da autoajuda, perde-se também a centralidade do estado na resolução dos problemas sociais. E em tempos de avanço da ofensiva neoliberal, a técnica de trabalho presta uma contribuição.

A resiliência também é um conceito que vem sendo utilizado por alguns profissionais de Serviço Social e também está circunscrita ao campo da autoajuda. O termo está diretamente relacionado ao discurso pós-moderno, na medida em que afirma a falência dos projetos emancipatórios da Ilustração, sendo o homem contemporâneo carente de compreensões subjetivas incapazes de serem compreendidas a partir de formulações teóricas, ainda fincadas no século XIX. A própria definição do conceito demonstra um subjetivismo descolado da Questão Social.

Cabe ressaltar que o termo resiliência tem a ver com voltar a um estado anterior, em retorno, assim como na Engenharia e na Física, novamente enfatizando, visto que por incrível que pareça, os experimentos clássicos que proporcionaram a descoberta do construto resiliência foram realizados a partir da aplicação de determinada pressão a um fio, visando a determinar sua deformação elástica, que, quando cessava a pressão, o material voltava à sua condição original, por isso que muitas experiências e descobertas indicaram que os materiais possuem curvas de deformação elástica e que sua resiliência está associada ao grau de elasticidade que este suporta sem se deformar. Assim, fazendo uma analogia e comparando à área humana, esse conceito tem sido utilizado para descrever a capacidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos, mesmo num ambiente desfavorável, de se construir ou se reconstruir positivamente frente às adversidades. Compreende-se a resiliência como uma espécie de competência, que se manifesta diante dos problemas da vida, possibilita o desenvolvimento pessoal e a reunião de forças diante das circunstâncias desfavoráveis; a resiliência “refere-se à capacidade de o indivíduo enfrentar as adversidades, manter uma habilidade adaptativa, ser transformado por elas, recuperar-se ou conseguir superá-las”¹³⁹.

O trecho foi extraído de um artigo publicado na revista “Maiêutica em Serviço Social”, intitulado “Resiliência: algumas reflexões frente ao saber e o fazer

¹³⁹ NASCIMENTO, J.C. Resiliência: Algumas reflexões. Revista Eletrônica da Uniasselvi. 2015, p.72.

Profissional na pós-modernidade”, cujo título já assinala a vinculação do conceito de resiliência com o discurso pós-moderno. No referido artigo, os autores utilizam Lyotard, especificamente o livro *Condição Pós-moderna* para justificar a necessidade de trabalhos que visem à dimensão do subjetivo, esquecido pelas grandes narrativas que identificam os problemas que assolam a humanidade apenas na dimensão estrutural do sistema. Além de o artigo ser recente, publicado em 2015, insere indagações não contempladas no Projeto Ético Político do Serviço Social, justamente pela não compreensão do mesmo sobre a vivência na pós-modernidade, segundo os autores.

Neste sentido, é nítido que, em alguns ramos da profissão, ainda existe um ataque, mesmo que sutil, às bases críticas. Na atual fase do capitalismo, a exacerbação da técnica se sobrepõe a todas as formas de análise, relegando o intelectual a um segundo plano. O momento interfere diretamente nas ações profissionais e não raros ressurgem questionamentos acerca do marxismo e sua validade na contemporaneidade e obviamente, sobre a viabilidade ou “materialização” do Projeto Ético Político. Provavelmente, o enfretamento destas vertentes, nada problematizadoras da realidade social, constitui-se como objetivo para os que se situam ainda condizentes com as propostas iniciadas pela intenção de ruptura. A introjeção destas proposituras por parte dos assistentes sociais é decorrente de inúmeros fatores, no entanto, a precarização das condições de trabalho e da formação profissional, a falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que leva inevitavelmente à busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista, soma-se, também o fato de o conservadorismo ter origens históricas na profissão, ou seja, para uma parcela significativa dos profissionais, o neoconservadorismo pós-moderno é uma opção política, conscientemente adotada, afetando o campo da ética.

A dimensão ética desse enfrentamento supõe dimensões teóricas e políticas. O neoconservadorismo tem diversas formas de expressão. Seu conhecimento exige pesquisa e o estudo, em suas configurações na sociedade contemporânea e brasileira, como pensamento teórico e projeto político-ideológico e em seu

rebatimento particular na profissão, em sua dimensão ética e política. É preciso conhecer nossa categoria, nossos alunos e a população que atendemos para que não sejam reproduzidos mitos e idealizações¹⁴⁰.

O neoconservadorismo se multiplica em várias expressões ideoculturais, materializadas nas instituições sob a forma de uma “racionalidade tecnocrática e sistêmica” com vistas ao aumento da produtividade, a competitividade (inclusive entre os próprios trabalhadores) e a formação de um comportamento colaborativo, proativo dos profissionais. A ideia da “gestão” é apresentada como resolução para todos os problemas de ordem estrutural do sistema, traduzida em mudanças comportamentais, imprimindo um novo *ethos* para o trabalhador, agora, cada vez mais, colaborativo no alcance dos objetivos institucionais.

Presença constante nos meios de comunicação, o discurso atual sobre o empreendedorismo abrange uma área grande de atuação e assume múltiplos significados. Pode ser identificado em várias situações: no trabalho por conta própria; na atividade empresarial bem sucedida; na dimensão empreendedora do trabalhador assalariado; e na afirmação de uma liderança no local de trabalho, na comunidade (empreendedorismo comunitário) e na gestão pública. Em suma: trata-se de uma força social desencadeada por comportamentos, atitudes e valores que conduzem à inovação, à mudança, potencializando a geração de riqueza e a ação transformadora das condições sociais e políticas¹⁴¹.

O neoliberalismo traz consigo novas expressões ideoculturais e algumas ainda não foram problematizadas pela categoria, no caso, referimo-nos ao empreendedorismo como instrumento fundamental em um contexto de agravamento da questão social e a diminuição dos postos de trabalho. O discurso do empreendedorismo ultrapassa os limites empresariais e das instituições que dão cursos de gestão, e se torna uma verdade absoluta em escolas primárias, compondo o objetivo de várias universidades (principalmente as privadas),

¹⁴⁰ BARROCO, M. L. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 106, p. 213, abr.-jun., 2011.

¹⁴¹ COLBARI, Antônia de L. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. **SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, v. 1, n. 1, p. 75-111, abr., 2007.

sindicatos e programas sociais. Sua emergência enquanto expressão ideocultural, deu-se a partir da década de 1990, justamente quando os países latino-americanos adentravam a mítica globalização e o neoliberalismo. Na contramão, foi também o período em que o Projeto Ético Político se consolida como direção para os assistentes sociais. No entanto, conhecer a sutileza destas assertivas não se constitui em uma simples tarefa, pois, por fazer parte de uma ideologia totalizante, nem sempre é percebida pelos profissionais, mas, no entanto, é reproduzida por espaços de intervenção e formação profissional.

CAPÍTULO 3 EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO

3.1 A educação superior no Brasil.

A reprodução da Ideologia, como apontado em outros momentos da exposição deste trabalho, prescinde de vários mecanismos e aparatos sociais e, neste sentido, a educação ganha centralidade, pois a grande desigualdade no acesso e a baixa qualidade na formação a tornaram referência para discursos políticos. Provavelmente, uma das maiores contradições do sistema de educação no Brasil está na precariedade da Escola Pública e no restrito acesso ao ensino superior público que, mesmo com algumas políticas inclusivas/afirmativas, realizadas nas últimas duas décadas, não atinge um ensino superior de qualidade, mantendo-se distante das classes populares.

No caso da Escola Pública, detentora de uma estrutura fechada, não apenas na possibilidade da integração com os demais equipamentos comunitários, mas em sua própria estrutura física, revestida por grades e circunscrita a um quadrilátero, disciplinas que poderiam ampliar a visão dos alunos sobre o mundo, inclusive por meio da inserção cultural como o teatro e a música, sequer são mencionadas pelos órgãos que regulamentam a educação e, no sentido contrário, estabelecem um progressivo ataque às disciplinas ditas “humanas” como filosofia, sociologia e história.

Praticamente consensual entre os pesquisadores da História da Educação brasileira, é o fato de ter ocorrido a partir da autocracia burguesa um aumento na oferta de vagas no ensino público, em contraste com o declínio da qualidade. Considerando esse contexto, a educação direcionava-se para formas rígidas de doutrinação que reproduziam os ditames do projeto modernizador. Soma-se também a este fato, neste período, a expansão das escolas técnicas e de formação profissional, com o intuito de constituir a mão de obra barata e necessária para as multinacionais, que chegavam atraídas pelos benefícios estatais. Para o trabalhador “qualificado”, não havia a necessidade do conhecimento sobre a formação da sociedade, pois somente a capacidade

técnica, em conjunto com os demais trabalhadores, já seriam suficientes para o progresso do país. A partir de 1988, com a Constituição, é que a educação passou a ser identificada como direito inalienável, como afirma Dourado¹⁴²:

Desde a redemocratização do país, houve mudanças acentuadas na educação brasileira, com destaque para a aprovação e promulgação da Constituição Federal de 1988, que garantiu uma concepção ampla de educação e sua inscrição como direito social inalienável, bem como a partilha de responsabilidade entre os entes federados e a vinculação constitucional de recursos para a educação. No âmbito das políticas educacionais, destacaram-se, sobremaneira, as modificações de ordem jurídico-institucional.

No entanto, os avanços jurídicos não se realizaram plenamente e a educação permanece desnivelada entre os que podem pagar e os que não possuem essa opção. A defesa da escola é levantada praticamente por todos os segmentos sociais e identificada como necessária para o desenvolvimento do país. No entanto, progressivamente, assiste-se à diminuição da qualidade. E mesmo sendo inegável a precarização das políticas educacionais, geralmente o peso recai sobre os professores identificados como despreparados, excluindo do debate todo o contexto neoliberal. Os discursos, em geral, ressaltam que as dificuldades encontradas na sala de aula podem ser solucionadas com a utilização de técnicas de trabalho mais eficazes, que valorizem os diferentes saberes, como preconizam autores pós-modernos¹⁴³ da educação.

Na ânsia de mudar as perspectivas clássicas da educação, alguns professores da educação básica indicam a necessidade de desenvolver “jogos” que possibilitem uma atitude empreendedora dos alunos, para que possam adquirir liberdade para escolherem onde querem chegar. Neste sentido:

¹⁴² DOURADO, F. L. Políticas e Gestão da Educação básica no Brasil: Limites e perspectivas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, Especial, p. 921-946, out 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 30 maio 2016.

¹⁴³ Edgar Morin é um dos autores mais lidos entre os educadores. Considerado como o pensador da complexidade propõe uma série de saberes necessários para a educação do XXI. Para um melhor detalhamento das proposições do autor cf. MORIN, Edgar. **Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

[...] a escola precisa entender o que é empreendedorismo. Isso é difícil porque não existe uma consciência da importância do termo. Todos nós fomos formados num ambiente não empreendedor porque o modelo de inserção no mundo profissional seguia (e ainda segue) a relação emprego na indústria. A escola deve introduzir o empreendedorismo no currículo como uma disciplina normal ou, melhor ainda, inseri-lo de forma transversal, que é um processo mais complexo. Na introdução do conceito, recomendo a utilização do espaço curricular convencional. Depois, é importante que o empreendedorismo seja algo muito diverso do ensino convencional¹⁴⁴.

O autor citado é considerado o responsável pela introdução e desenvolvimento do conceito no Brasil, ainda no início da década de 1990. Segundo Dolabela, o empreendedorismo foi cultivado em todas as escolas de ensino fundamental, médio e superior com vistas ao fomento de uma “cultura empreendedora”, em que o aluno saiba, desde cedo, a descobrir as oportunidades do mercado. O empreendedorismo é um sentimento, uma lógica de ser que poderá contribuir com o desenvolvimento pleno da sociedade. De acordo com o autor supracitado, o empreendedorismo está presente em todos os seres humanos, contudo, é preciso criar mecanismos para desenvolvê-lo cada vez mais cedo no indivíduo.

Evidentemente, uma perspectiva que parte de uma mudança individual e que poderá ser ampliada para a melhoria geral da sociedade mantém uma relação de estranheza com as políticas públicas e, como se expande a partir de um contexto neoliberal, a ineficiência da gestão estatal, a alta taxa de impostos (essencialmente sobre os empresários), a rigidez das leis trabalhistas, dão a tônica do discurso empreendedor, como ressalta o maior representante no Brasil¹⁴⁵.

¹⁴⁴ DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**: a metodologia. Rio de Janeiro: Sextante Editora, 2008, p. 15.

¹⁴⁵ “Fernando Dolabela é criador dos maiores programas de ensino de empreendedorismo do Brasil. Na área universitária, a sua metodologia Oficina do Empreendedor é adotada em cerca de 400 instituições de ensino. Na Educação Básica, (educação de 4 a 17 anos), a metodologia Pedagogia Empreendedora está presente em redes públicas de ensino em 140 municípios brasileiros, envolvendo cerca de 10.000 professores e 400 mil alunos. É também utilizada em outros países. Palestrante em cerca de 800 eventos no Brasil e *keynote Speaker* em mais de 50 eventos internacionais. É autor de 12 livros, entre eles o best-seller *O segredo de Luísa* com mais de 300 mil cópias vendidas. É o autor brasileiro mais referenciado nos trabalhos acadêmicos no Brasil. É membro fundador do *World Entrepreneurship Fórum*, criado na França, convidado como

Falta o Estado entender que a função dele é entrar, criar um ambiente e cair fora. Ele não pode participar do processo empreendedor. Ele não tem dinheiro, é um trapalhão e é corrupto. Empreender e desenvolver um país é tarefa da sociedade civil. Cabe ao Estado criar infraestrutura: sistemas tributário e trabalhista, oferta de crédito, sinalização cultural, dizer “o bom é empreender” e não “o bom é ser empregado”. A sinalização cultural que nós temos, hoje, é um desastre. A filosofia do governo é oferecer emprego, principalmente, público. Mas nenhum emprego público gera riqueza, a não ser as empresas estatais, que são um desastre também¹⁴⁶.

Como mencionado em outros momentos, o neoliberalismo requer um aparato ideocultural de grandes proporções e a educação, mesmo a primária, deve ser estimulada a partir desta nova “visão de mundo”¹⁴⁷. Tendências que vislumbram a emancipação do aluno, anteriormente comuns entre os educadores, paulatinamente são substituídas pelo relativismo, pelo fragmento, tornando-se impossível qualquer forma de objetivação que não se constitua em uma imposição autoritária do professor. A supremacia da técnica também é observada nos ensinos iniciais, pois o principal objetivo é preparar o aluno para o mercado de trabalho, e evidentemente não foi com o discurso pós-moderno que teve início o ensino tecnicista, mas, na educação, se constituirá como justificativa para o não estudo dos clássicos, tendo em vista a atual hiper-realidade, que não carece de explicações emersas no século XIX. No atual contexto, aqueles que dominam as “técnicas” são valorizados pelo capitalismo e os possíveis intelectuais devem restringir-se à licenciatura. O problema da educação, no Brasil, não se limita à escola pública, mas perpassa, inclusive, sobre as formas de fomentos de pesquisas no âmbito da pós-graduação, cuja tendência é a busca por

uma das 80 personalidades mundiais na área de empreendedorismo. Membro fundador da Red EmpreendeSur, Emprendedorismo y Innovación en América Latina”. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/autor/fernando-dolabela>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

¹⁴⁶ Entrevista de Fernando Dolabela ao Jornal on-line “Hoje em dia”. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/economia/fernando-dolabela>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

¹⁴⁷ Atualmente, existem dois projetos no senado que preveem uma mudança na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que obrigará o ensino do empreendedorismo e inovação nas escolas de ensino médio e técnicas de todo o Brasil. Um de autoria do Senador José Agripino do partido DEM-RN (Democratas - Rio Grande do Norte) e outro do Senador Ciro Nogueira (Partido Progressista-Piauí) propõe o desenvolvimento de um protagonismo focado na criatividade para os alunos, o que atualmente não é estimulado nas escolas, segundo os senadores. A ideia também é apoiada em inúmeras Câmaras Municipais do Brasil. Informações disponíveis em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/empreendedorismo/projeto-de-lei-quer-incluir-empreendedorismo-e-inovacao-nas-escolas>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

financiamentos privados, inviáveis nas pesquisas de cunho social, pois não há interesse das corporações capitalistas nesta direção.

A fragmentação das lutas sociais, já sinalizada no primeiro capítulo desta tese, decorre de vários fatores, no entanto, a partir das mudanças operacionalizadas no mundo do trabalho, sobretudo, o toyotismo, que adentrou também na administração escolar, ampliou-se a dificuldade na identificação dos problemas comuns vivenciados pelos professores. As bonificações do Estado, no caso, o Estado de São Paulo, são destinadas aos professores a partir da análise de desempenho, baseada em reprovações, onde quem reprova menos ganha mais ao final do período letivo e, assim, as instituições de ensino competem entre si, repercutindo a competição evidentemente entre os professores. Sendo assim, o resultado não difere das outras categorias profissionais, pois a dificuldade de organização política dos professores também é acentuada, embora possuam representações políticas históricas, como a Apeoesp, a mobilização da categoria é sempre um desafio. Neste esquema “motivacional”, ofertado pelo Estado, uma simples reprovação poderá constituir-se em assédio dos coordenadores e perseguição pelos colegas, pois a renda de todos poderá diminuir. O controle sobre os “operários” da educação se dá de maneira sutil, assemelhando-se às práticas direcionadas aos funcionários de grandes redes de *fast food*, pois, a administração toyotista ou pós-moderna, como querem alguns, se destilou por todas as áreas laborativas e na escola não foi diferente.

Mas é no ensino superior que se torna mais nítido os rebatimentos do discurso pós-moderno, e o mais interessante, é o fato de adotarem determinados referências sem os conhecerem. Assim, com exceção de alguns poucos cursos, existe a reprodução de um discurso centrado exclusivamente no indivíduo, que reforça a ideia da inadaptação à estrutura social.

Embora o discurso seja unívoco e o desnivelamento entre as universidades latente, é papel da Ideologia dominante encobrir as diferenças de acesso observáveis no ensino superior. Desse modo, o discurso “mercadológico” vende a ilusória ideia, com traços evidentes do toyotismo, da existência de uma necessidade urgente e constante de profissionais com formação rápida, em

decorrência das rápidas mudanças do mercado. Dessa forma, para o atendimento dessas necessidades, criaram-se as graduações rápidas, comumente denominadas tecnológicas e direcionadas a um nicho específico. Os jovens, ávidos por descobrirem a essência empreendedora, lotam estes cursos e sonham com a inserção rápida no mundo do trabalho, mas quando o conseguem, percebem que a remuneração jamais será de nível superior, como lhes foi vendido. Muito mais do que a necessidade de uma formação específica, está o fortalecimento econômico de uma fração da burguesia brasileira, que cresceu a partir da Ditadura e que, atualmente, vende seus bens “educacionais” ao capital internacional.

O ensino superior no Brasil tornou-se um grande atrativo para grupos de investidores internacionais, que compram ou associam-se às instituições familiares, formando gigantescos conglomerados de investidores. Como exemplo, as megas fusões do setor, como a junção da Anhanguera com a Kotron Educacional, que passaram a dominar o mercado nacional. A Kotron surgiu na década de 60, como cursinho preparatório para o vestibular e, nos anos 70, avançou para o ensino fundamental e médio. Em 2007, abriu capital na Bolsa de Valores com o nome Kotron Educacional e é considerada, atualmente, a maior empresa do mundo na área educacional, com mais de 1 milhão de alunos, com uma gama de possibilidades que vão da pré-escola a pós-graduação¹⁴⁸.

Ao lado desse gigantesco e rápido crescimento da educação superior privada, também ocorreu um processo de desqualificação da formação profissional em todos os âmbitos. Certamente, para os grandes investidores internacionais, ávidos por lucro, a qualidade não é uma meta, mas sim a captura de mais alunos. Investem intensamente no marketing e na padronização dos processos, com vistas à redução dos custos e torna-se difícil comensurar esta desqualificação, pois os instrumentos de avaliação do MEC, em geral, não contemplam este desnível, pois são extremamente burocratizados e pautados em estatísticas frias.

¹⁴⁸ Dados obtidos no site: <<http://noticias.r7.com/educacao/noticias/em-menos-de-dois-anos-23-megafusoes-de-empresas-educacionais-sao-aprovadas-pelo-governo>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

As diretrizes e orientações neoliberais para o ensino superior foram viabilizadas por meio de decretos e demais instrumentos jurídicos e institucionais, tais como as alterações na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação- LDB e o Plano Nacional para a Educação. Destaca-se também o decreto 2.306 de 1997, que definiu cinco tipos de instituições de ensino superior: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores. Embora o decreto, aparentemente, tenha sido benéfico para a definição das instituições de ensino superior, também favoreceu os empresários da educação, visto que algumas categorias, como as faculdades, ficaram desobrigadas de realizarem pesquisas e projetos de extensão.

Com base nos dados oficiais do INEP/MEC, entre 1991 e 1999, as matrículas no ensino superior passaram de 1.565.056 para 2.369.945, ao final da década. Entre 2000 e 2007, saltaram de 2.694.245 para 4.880.381¹⁴⁹. Em 2013, os matriculados chegaram a 7,3 milhões, segundo site oficial do INEP¹⁵⁰. O atual sistema de ensino superior se divide entre instituições públicas e privadas. As privadas são mantidas por pessoa física ou jurídica e poderão obter lucros de acordo com a finalidade estabelecida pelas mantenedoras. Algumas, que não possuem fins lucrativos, necessitam do Certificado de Entidades Beneficentes e existem aquelas sem finalidade lucrativa, porém, sem o aspecto da benevolência, como as instituições comunitárias e as confessionais. Torna-se também necessário subdividir as instituições privadas entre os grandes grupos educacionais e aquelas que atuam em um mercado regionalizado. O percentual de universitários matriculados nos grandes conglomerados saltou de 12,8% em 2010 para 27,8% em 2014.¹⁵¹ Um fato de destaque nestas transações é que esses grandes conglomerados Educacionais ficam com parte significativa das verbas destinadas ao Financiamento Estudantil¹⁵².

¹⁴⁹ ALBUQUERQUE, V. O. **Serviço Social e trabalho docente**: precarização e intensificação do trabalho nas Instituições privadas de Ensino Superior em São Paulo. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2015.

¹⁵⁰ Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

¹⁵¹ Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,apenas-8-grupos-privados-concentram-27-8-das-matriculas-do-ensino-superior>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

¹⁵² “Em 2010, esses grupos recebiam apenas 0,28% do total destinado ao Fies-R\$2,4 milhões. Quatro anos depois, a participação subiu para 27,36% - 3,7% bilhões. No período, foram R\$ 28,5

O processo em curso nas universidades privadas, operacionalizado a partir do neoliberalismo, afetou o ensino superior em toda a América Latina e, particularmente, foi no Brasil onde as instituições privadas mais cresceram, fortalecendo uma característica de massificação do conhecimento. Segundo Chauí, o conceito de “universidade operacional” seria o mais adequado para classificar o ensino superior atualmente, pois a passagem da universidade da condição de instituição social a de organização insere-se nessa mudança geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma do capital. Numa primeira etapa, tornou-se a universidade funcional; na segunda, universidade de resultados e, na terceira, operacional. No caso do Brasil, essa sucessão correspondeu ao ‘milagre econômico’ dos anos 70, ao processo conservador de abertura política dos anos 80 e ao neoliberalismo dos anos 90. “Em outras palavras, correspondeu às várias reformas do ensino destinadas a adequar a universidade ao mercado”¹⁵³.

Outra particularidade que deve ser mencionada no contexto da educação superior no Brasil está na ampliação dos cursos de modalidade EAD (Ensino a distância). Num primeiro momento, cursar uma graduação a distância parece ser uma ótima alternativa para alunos que não possuem tempo para frequentar as salas de aula, já que podem estudar em casa. A justificativa é que essa modalidade de curso supre uma demanda crescente de trabalhadores que não possuem o tempo formal para a concretização dos estudos e necessitam de formas mais flexíveis, dando a impressão de um acesso mais democrático. Inicialmente, o EAD esteve direcionado somente às licenciaturas, mas, com a ampliação do mercado, também passou a ser ofertado para os cursos de administração, engenharias, tecnologias e Serviço Social.

Os conglomerados educacionais, com participação do capital internacional, já dominam a maior parte do mercado EAD, que saltou de 15%, em 2010, para 59,1%, em 2014, e apesar de atenderem a uma demanda crescente, não há mecanismos de controle eficazes instituídos pelo Estado, por exemplo: não

bilhões reservados ao programa, dos quais R\$ 6,6 bilhões financiaram universitários dos oito conglomerados”.

¹⁵³CHAUI, M. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Helgio (Org.). **Universidade em ruínas na república dos professores**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

existem dados que analisem a empregabilidade das pessoas que fazem cursos a distância, ou seja, se conseguiram concretizar suas expectativas ao entrarem na modalidade a distancia.

Em geral, essas instituições desenvolvem nos alunos a ilusão de que obterão uma formação de qualidade, que lhes possibilitará o exercício pleno da profissão escolhida, no entanto, as dificuldades começam já no acompanhamento do curso. Normalmente, são as camadas mais populares que acessam o EAD e, para além da escassez do tempo, soma-se a dificuldade que possuem no aprendizado solitário, pois são oriundos da rede pública e não estão adaptados a este tipo de estudo. Para alguns, que vislumbraram a possibilidade de fazer um curso superior, após estarem muito tempo longe das instituições de ensino, as dificuldades já começam no acesso às plataformas digitais que exigem, no mínimo, um conhecimento básico sobre a operacionalização de computadores.

Mas, para além dos dados estatísticos, a modalidade a distância permite um barateamento das mensalidades, pois amplia o número de alunos matriculados por turma e reduz a quantidade de professores. A diminuição de gastos para o investidor dar-se-á também nas despesas com infraestrutura, pois não há um campus específico, economizando com insumos básicos como energia elétrica, funcionários administrativos e manutenção. E mesmo a pequena parte presencial ocorre de maneira precária, com tutores, por vezes, recém-formados na graduação presencial.

A condição de trabalho dos docentes é mais precária, pois lecionam para milhares de estudantes, espalhados pelos polos educacionais, que os assistem por meio de telões instalados em salas de aula. Não existe uma interação entre o professor e o aluno, e um tutor faz as triagens das perguntas encaminhadas ao e-mail dos professores. Assim, não é possível verbalizar as dúvidas ao professor e, muito menos, intervir durante a explanação. A dimensão política da sala de aula estabelecida a partir do debate entre diferentes opiniões inexiste no ensino EAD.

O Serviço Social é o terceiro maior curso EAD, sendo o primeiro a Pedagogia e, em segundo, a Administração. Situação que, evidentemente, preocupa a categoria, tendo em vista sua dimensão interventiva e o

direcionamento ético-político. Em 2010, o conjunto FESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO criou uma campanha nacional denominada “Educação não é *fast food*” sobre a incompatibilidade entre a graduação a distância e o Serviço Social” que foi judicializada, pois entenderam tratar-se de um ataque aos tutores de ensino¹⁵⁴. A campanha buscou problematizar a formação a distância por não preservar o conteúdo necessário para a formação do assistente social no Brasil, estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social.

Segundo Albuquerque¹⁵⁵, existem, em São Paulo, na modalidade presencial, 14 (catorze) instituições de ensino: Anhanguera, FMU, Unifai, Uniitalo, PUC/SP, Uniban, Unicastelo, Unicsul, Unisa, Uninove, Unip e Usf, Fapss, Unicid, Uniesp, sendo que a Unip, Unisa, Unicsul e Unicid possuem cursos nas duas modalidades. Se ampliarmos a oferta para a Grande São Paulo, teremos mais um curso EAD ofertado pela Universidade Braz Cubas, em Mogi das Cruzes, além dos inúmeros polos de outras universidades que existem em São Paulo. Especificamente para o Serviço Social, a formação na modalidade EAD é extremamente deficitária, pois se perde a possibilidade do estabelecimento de vínculos profissionais já iniciados em sala de aula e até mesmo com professores, além da ausência da dimensão política que caracteriza a profissão no Brasil. Saber ouvir, falar, nos momentos adequados, manter a postura ética diante de posicionamentos contrários, constituem elementos essenciais para a realização do trabalho cotidiano do assistente social, eliminados na modalidade EAD.

¹⁵⁴ Após a decisão judicial em primeira instância, que multava o conjunto em R\$ 100.000, foi publicada uma nota de esclarecimento acerca do posicionamento da categoria. “Reiteramos que a campanha não é preconceituosa nem se dirige a trabalhadores, trabalhadoras e estudantes do Ensino a Distância. Ela foi lançada para provocar o debate público acerca da política de ensino superior no Brasil que, no nosso ponto de vista, tem sido profundamente mercantilizada e discriminatória, já que não garante o acesso ao ensino superior presencial, público, laico e gratuito para toda a população brasileira. Além disso, por meio da campanha, denunciaremos os problemas e irregularidades detectados nos estudos e levantamentos realizados pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) em diversos cursos de graduação a distância em Serviço Social”. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/967>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

¹⁵⁵ ALBUQUERQUE, V. O. **Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação do trabalho nas Instituições privadas de Ensino Superior em São Paulo**. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2015.

Outro fato que merece destaque no que se refere à educação superior, em especial no Serviço Social, está presente nos cursos que são presenciais e que possuem 30% da grade horária destinada ao ensino a distância. Desta forma, as aulas ocorrem geralmente três dias por semana e o restante é ofertado no ambiente *online*. Neste sentido, reitera-se a mesma lógica do EAD, pois a redução de custos impera em detrimento da qualidade, cujas disciplinas comuns, como metodologia, por exemplo, são disponibilizadas para vários cursos ao mesmo tempo. Para o aluno, cria-se a impressão de tratar-se de um rol de disciplinas que ele pode escolher, mas, para a instituição, significa tão somente a redução dos custos da “produção”. Por mais inaceitável que pareça, disciplinas que necessitam de uma interação direta com o professor, como filosofia, sociologia, dada à dificuldade de interpretação de textos, herdada do ensino médio, também são ofertadas em ambiente *online*, como é caso de algumas instituições em São Paulo.¹⁵⁶

A padronização dos processos com o objetivo de reduzir os custos é perseguida pelos gestores da educação, que, em sua maioria, não possuem experiência na docência e tratam a instituição de ensino como uma fábrica, onde cursos rápidos e processos padronizados de administração constituem a chave para o crescimento. Nesta lógica empresarial, que rege as grandes universidades, a pesquisa e a extensão são relegadas a um terceiro plano, pois os pagamentos dos docentes são realizados somente para os exatos minutos presentes em sala de aula. Em algumas instituições, as aulas iniciam-se às 19:00h e terminam às 22:00h, para não pagarem adicional noturno aos professores.

Especialmente no caso brasileiro, as instituições de ensino mercantis ampliaram-se muito a partir dos anos 90, superando as universidades privadas tradicionais. Na particularidade do município de São Paulo, essas instituições de ensino mercantil, arrolam uma grande quantidade de alunos e superaram em números as instituições tradicionais. Com base nos princípios administrativos toyotistas, adotaram uma formação voltada, especificamente, para determinados

¹⁵⁶ Como exemplo, as Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU, onde 560h do projeto pedagógico do curso de Serviço Social são disponibilizadas no ambiente *online*. Disponível em: <<http://portal.fmu.br/>>. Acesso em: 05 maio 2016.

segmentos econômicos, abarcando o novo grupo de alunos, em sua maioria, trabalhadores ou filhos destes. O uso das campanhas de marketing é direcionado para o público que busca uma universidade com valores mensais abaixo da média.

As grandes universidades privadas descobriram um nicho econômico muito rentável direcionado à formação tecnicista, possuindo como cliente as camadas médias e baixas, enquanto as universidades tradicionais e as públicas ainda prezam pela reprodução de uma elite intelectual e econômica. Essa formação tecnicista e rápida responde às necessidades do capitalismo contemporâneo e massifica a produção de conhecimento, e o resultado, observável a partir da década 90, é a hegemonia de um discurso centrado na técnica ou na gestão, totalmente descolado de qualquer tipo de análise crítica. Praticamente todos os problemas resolvem-se a partir de uma gestão eficiente, alinhada com as necessidades globais e o desenvolvimento de uma postura proativa, colaboradora e integrada aos objetivos institucionais. No âmbito do indivíduo, é preciso que haja o desenvolvimento de uma postura empreendedora dentro das instituições para que no coletivo se obtenha um desenvolvimento sustentável, ou seja, que possa fortalecer a livre economia e, ao mesmo tempo, respeitar a diversidade socioambiental.

Aliás, dois conceitos que deram suporte ao neoliberalismo são o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável seria a possibilidade de obter o crescimento econômico necessário, garantido a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social para as futuras gerações. Premissas nada fáceis de serem objetivadas, tendo em vista que, no capitalismo, tanto o trabalho como a natureza são explorados na forma de mercadoria, sem contar, que os países ricos são os que mais possuem resistência em implementar medidas socioambientais.

A mensagem reproduzida por esses projetos sociais é que as comunidades pobres devem se “empoderar” do seu potencial produtivo para a criação de alternativas que respeitem o meio ambiente, mas que, ao mesmo tempo, mantenham certa sustentabilidade e autonomia econômica. Não é difícil a

identificação dessas premissas nos programas e projetos sociais premiados por órgãos estatais que levam o conhecimento às comunidades carentes. Neste quesito, cabe um paralelo com as antigas técnicas de Desenvolvimento de Comunidade reproduzidas praticamente em toda a América latina sob a lógica do desenvolvimentismo e, em especial, no Brasil, também compuseram o discurso e ações dos profissionais do Serviço Social. Assim, novamente as ações direcionam-se, exclusivamente, para a resolução dos problemas na própria comunidade, omitindo-se a centralidade do Estado. Na medida em que várias comunidades conseguissem se organizar, social e culturalmente, levariam a promoção do país a níveis mais elevados do “progresso” capitalista.

Atualmente, nota-se, nas instituições de ensino superior, a proliferação de expressões ideoculturais que reproduzem determinados valores sociais, cujo norte está localizado nas ações individuais. Palavras como liderança, pró-atividade, empreendedorismo fomentam um vocabulário comum, que expressa os anseios individuais do tempo presente, cujas alternativas e soluções partem de receitas técnicas e resolutivas. Assim, outras dimensões da vida cotidiana tornam-se obsoletas diante da eficácia das técnicas de “gestão”, inclusive, a própria política passou a ser tratada somente como um caso de gestão, em que candidatos são avaliados somente por este prisma. Desse modo, a política, enquanto estância do debate e de disputas de projetos societários fica submersa num passado “utópico”, como diriam os conservadores.

Dentre as várias formas de reprodução da Ideologia contemporânea, destaca-se o discurso do empreendedorismo por ser ofertado em vários cursos universitários nas áreas de Exatas, Biológicas e, sobretudo, nas denominadas Ciências Sociais Aplicadas. Com o avanço dos grandes conglomerados educacionais, expressos nas megafusões do setor e no excelente atrativo para investidores estrangeiros, a massificação do discurso se intensifica por representar um anseio neoliberal e, ao mesmo tempo, a redução de custos, pois na medida em que se padronizam os processos, inclusive de ensino, se reduz o gasto com conhecimentos muito específicos. Mas, para além das universidades, o discurso empreendedor se solidifica até mesmo em programas de qualificação

profissionais destinados aos desempregados, cursos oferecidos por sindicatos, programas sociais, escolas de ensino médio e básico e, evidentemente, diretrizes de algumas ações sociais promovidas por profissionais do Serviço Social.

Conhecer minimamente as principais balizas do discurso do empreendedorismo é o objetivo do próximo tópico, compreendendo que, embora se constitua como premissa do neoliberalismo, seu espraiamento conta também com o relativismo pós-moderno, na medida em que as narrativas de sobressaem a análises, e a verdade nada mais seria do que o ponto de vista do observador. Assim, o discurso que mais se assemelha a uma técnica, ganha força e centralidade na formação universitária e, inevitavelmente, poderá adentrar o Serviço Social brasileiro, mesmo que ainda num formato embrionário e silencioso.

3.2. Elementos do discurso do empreendedorismo.

Como foi mencionado, a partir da década de 1990, o Brasil entra de maneira subalterna no jogo ideológico da globalização, adotando o neoliberalismo como direcionamento político com vistas à redução da interferência do Estado nas refrações da “Questão Social”. Mas, para obter a legitimidade da população, o neoliberalismo contou com o arsenal ideológico que perpassou pela grande mídia, com os incentivos ao voluntariado e a demonização das empresas e funcionários públicos, pela transferência de parte da operacionalização das políticas sociais ao terceiro setor, pelas mudanças no mundo do trabalho, que fragmentara ainda mais a organização dos trabalhadores e, no mesmo período, a difusão do discurso pós-moderno, onde todas as tentativas de aproximação da realidade não passariam de meros utopismos.

Também, pode se considerar que além dos aparatos ideoculturais citados, foi necessário o desenvolvimento de aspectos mais sutis para a manutenção da hegemonia neoliberal, tal como o discurso do empreendedorismo, que perpassa escolas, universidades, projetos sociais, instaurando uma “fala” comum que centraliza todas as resoluções no indivíduo, mesmo quando são problemas de ordem social.

Uma marca evidente da década de 1990 foi o alto índice de desemprego causado pelas crises do período e também pela introdução do toyotismo em algumas empresas brasileiras. Com isso, a informalidade, que sempre foi uma característica da classe operária brasileira, foi hipertrofiada e, na ocasião, fomentando as privatizações, havia um grande incentivo governamental para que os trabalhadores pedissem demissão e, desse modo, pudessem tornar-se “patrões de si mesmo”. O discurso foi reiterado em vários segmentos sociais que incentivavam a formação de pequenas unidades produtivas.

De fato, esses programas constituíram-se como a espinha dorsal das propostas de enfretamento do desemprego no país, tornando-se mesmo uma estratégia central na política de desenvolvimento econômico e social do Brasil. No âmbito das políticas públicas de emprego e renda, essas ações passaram a disputar, ao lado dos programas de qualificação, por exemplo, os recursos oriundos do fundo de Amparo do Trabalhador. A expansão desse tipo de ação está plenamente sintonizada com as proposições das organizações financeiras internacionais (Banco Mundial, FMI, Bird, BID), que atribuem ser os pequenos empreendimentos um recurso eficiente no combate a pobreza, em geral, e ao desemprego, em particular. Segundo esta orientação, as pequenas unidades econômicas passam a ser compreendidas como um importante veículo para a inserção produtiva e obtenção de renda, inclusive sendo vista como uma alternativa viável para os trabalhadores urbanos pobres.¹⁵⁷

O incentivo ao desenvolvimento das pequenas unidades produtivas (pequenos estabelecimentos comerciais, geralmente localizados nas regiões periféricas) é só uma das particularidades do discurso empreendedor, inclusive, foi no contexto de entrada do neoliberalismo que ocorreu o surgimento do SEBRAE¹⁵⁸ como órgão direcionado ao fomento do microempresário, justamente

¹⁵⁷ ALENCAR, M. M. T. O apoio às pequenas unidades produtivas no Brasil: alternativa ao desemprego ou (des)construção do trabalho assalariado. In: ALMEIDA, C.C.L.; FRANCISCO, E.L.M. (Org.). **Trabalho, território, cultura**: novos prismas para o debate das políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.

¹⁵⁸ Embora o SEBRAE tenha surgido em 1972 como órgão do governo Federal, na época denominado CEBRAE (Centro de Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas), a partir de 1990 torna-se um órgão autônomo vinculado o Sistema “S” e o foco das ações, passa a direcionar-se necessariamente para o empreendedorismo. O sistema “S” é composto pelo conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, sendo: SENAR (Serviço Nacional de

em um momento marcado pelo aumento do desemprego e programas de demissão voluntária. Para os trabalhadores, a ideia de estabelecer um “negócio” sem a mediação do patrão, constituía-se como uma possibilidade de ascensão social, pois, em sua maioria, integraram-se as políticas de educação de forma subalterna, sem a possibilidade de continuar os estudos no ensino superior público.

Neste sentido, é válido o questionamento se, de fato, as pequenas unidades produtivas constituíam-se como alternativa ao desemprego ou se seriam mais uma estratégia do neoliberalismo diante da desregulamentação dos direitos trabalhistas. Evidentemente, com base em algumas pesquisas¹⁵⁹, que para uma grande parte dos trabalhadores foi uma forma de perder os rendimentos decorrentes de acordos trabalhistas, dado que não possuíam o conhecimento necessário e, por vezes, capital suficiente para a manutenção do empreendimento; e de maneira quase inevitável falharam nos primeiros anos. Outros se mantiveram ainda no pequeno empreendimento, mas tornaram-se reféns do próprio negócio, pois como não podiam contratar funcionários, constituíam a única força de trabalho¹⁶⁰. E o mais grave é que parte dos trabalhadores perdeu seus direitos ao romperem com o trabalho formal e passaram a não contribuir com a previdência social, não tendo nenhum tipo de

Aprendizagem Rural); SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial); SESC (Serviço Social do Comércio); SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo); SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial); SESI (Serviço Social da Indústria); SEST (Serviço Social de Transporte); SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte) e SEBRAE.

¹⁵⁹ SILVA, M. L. A. Mercado de trabalho, ontem e hoje: Informalidade empregabilidade como categorias e entendimento. In: SANTANA, M.A; RAMALHO, J.R. **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**: São Paulo: Boitempo, 2003.

¹⁶⁰ “A liberdade de negócio ou empreendedorismo são argumentos de baixa potencialização nas práticas econômicas. Ao observarmos as características do trabalho situado na pequena unidade produtiva e em situação de informalidade, verificamos que se sustentam em trabalho com longas jornadas, baixas condições de segurança e rendimentos pequenos. Há um mito que atravessa essa retórica sobre o pequeno negócio, funcionando como um sistema ideológico que transmuta o trabalho depreciado em empreendimento, subordinação à contratante em liberdade de ação e realização pessoal. O sistema salarial não os acolhe com estabilidade ou com rendimentos compatíveis com a sobrevivência familiar, e, por isso, os trabalhadores migram para as pequenas ocupações informais [...]. Mas, é uma escolha perversa, que torna os trabalhadores avalistas diretos da crise, dando a aparência de que é uma adesão universal pela liberdade e em favor do reordenamento econômico. BARBOSA, R. N. C. Trabalho e economia solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica. In: ALMEIDA, C.C.L.; FRANCISCO, E. M. V. **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

cobertura em caso de acidente de trabalho ou afastamento por doença. No caso, o mais interessante é como fazer uma empresa crescer sem extrair a mais-valia de outrem? Uma equação enigmática, no entanto, o incentivo ao desenvolvimento do pequeno negócio continua a ser a tônica de programas sociais direcionados aos trabalhadores desempregados.

As políticas públicas de emprego e de geração de renda, direcionadas para a estruturação das pequenas unidades produtivas, classificadas como informais, potencializam o que já foi considerado atraso no Brasil, pois, na atual configuração do capital, a relação entre as grandes e pequenas empresas pode significar redução de encargos fiscais. As pequenas unidades produtivas despontavam em um contexto econômico e social de descentralização e automação industrial, que confeririam um novo significado às atividades econômicas. Segundo Alencar¹⁶¹:

Por outro lado, as políticas de emprego e renda de apoio às pequenas unidades produtivas, ao mesmo tempo em que atuam sobre esse campo oferecendo a possibilidade de constituição de uma alternativa de obter renda ou de inserção produtiva, esvaziam as possibilidades de conflitos, na medida em que articulam ações compensatórias e focadas para os segmentos sociais mais duramente atingidos pelo desemprego, criando, ainda, a ilusão de uma intervenção do Estado sobre a questão do desemprego. De todo modo, com um discurso apoiado fortemente na disseminação do pressuposto de atributos individuais e das potencialidades e virtudes do trabalho independente e autônomo, forjam as condições políticas favoráveis de aprovação dessas políticas, constituindo um consenso em torno delas.

Nestes termos, e muito além da alternativa ao desemprego, cria-se uma ilusão, extremamente necessária em tempos de crise econômica, de que o Estado investira definitivamente no desenvolvimento dos trabalhadores, aliás, reproduzindo o conservadorismo, ações voltadas, exclusivamente, para o trabalhador enquanto indivíduo, cuja máxima estaria na melhoria da qualificação profissional e no desenvolvimento de um espírito “empreendedor”.

¹⁶¹ ALENCAR, M. M. T. O apoio às pequenas unidades produtivas no Brasil: alternativa ao desemprego ou (des)construção do trabalho assalariado. In: ALMEIDA, C. C. L.; FRANCISCO, E.L.M. (Org.). **Trabalho, território, cultura**: Novos prismas para o debate das políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007, p. 102.

O discurso do empreendedorismo constitui-se como um dos suportes ideológicos do neoliberalismo, sendo de extrema importância na medida em que relativiza problemas estruturais, como o desemprego, e busca desenvolver uma cultura direcionada, exclusivamente, para o desenvolvimento pessoal e financeiro. Um passeio pela literatura específica do empreendedorismo, que conta com um vasto arsenal de publicações, que ensinam a fórmula para o sucesso, é deveras interessante, pois se assemelham a manuais, reproduzindo direta e indiretamente a supremacia da técnica. Aliás, a chave para o sucesso é tão tecnicista que basta seguir os passos indicados pelos autores que a projeção social torna-se garantida. Livros vendidos em lojas de departamento e de conveniência, em postos de combustível, demonstram que a mudança de atitude, diga-se agora proativa, seria a tônica para o desenvolvimento pessoal e até mesmo da sociedade. E, por mais que se comparem os livros exclusivos sobre empreendedorismo, a diretriz é sempre a mesma: mudança de atitude e coragem para arriscar. Pessoas que não possuem acesso ao que gostariam compram esses livros aos montes e, evidentemente, os associam às leituras de autoajuda e biográficas, reforçando a centralidade no indivíduo. É comum nas universidades destinadas aos trabalhadores, professores universitários, que nunca possuíram empresa, ensinarem os ditames do empreendedorismo. O empreendedorismo, segundo as produções da área, poderá ser um valor para além do indivíduo, pois impulsiona a economia das organizações e do país como um todo. O trecho selecionado demonstra bem esta intencionalidade.

São tantos requisitos para se manter competitivo no novo paradigma econômico que os velhos gigantes começam a buscar rapidamente soluções para não perderem o passo. A organização precisa ser mais ágil, buscar novas oportunidades de negócio de forma mais efetiva, se reestruturar, rever seus processos, incentivar seus funcionários na busca da inovação, a serem mais criativos, a proporem soluções, não serem reativos, e fugir da mesmice de outrora. As organizações estabelecidas começam a entender que precisam ser mais empreendedoras. Para isso, necessitam implementar uma filosofia baseada no empreendedorismo através de toda a organização. Seus funcionários precisam pensar e agir como empreendedores. Só assim conseguirão competir em igualdade de condições com

aquelas organizações mais ágeis, de rápido crescimento, nas quais o empreendedorismo tem estado presente desde sua concepção.¹⁶²

O trecho citado é de autoria de José Carlos Assis Dornelas, um dos mais respeitados palestrantes e escritores sobre empreendedorismo no Brasil, e compreende que o empreendedorismo deve ser levado para todos os “colaboradores” da organização, pois, sem isso, torna-se impossível o crescimento da empresa. No livro *Empreendedorismo Corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa*, traça as balizas para o crescimento corporativo, cuja centralidade está na capacidade de elaboração de um bom plano de negócios pelo empreendedor. Boa capacidade de planejamento e determinação são requisitos principais para a constituição de um “negócio de sucesso”.

Embora as premissas estabelecidas pareçam dotadas de uma obviedade, são reproduzidas em vários espaços e nas universidades, pulverizados em quase todos os cursos. O livro mencionado é componente das referências bibliográficas em cursos variados, sem contar, que a cultura empreendedora é componente dos projetos pedagógicos institucionais como valor, objetivo e missão.

Se o empreendedorismo possui relação íntima e necessária com a estruturação do capitalismo contemporâneo, sendo um suporte ideocultural que obscurece as contradições sociais e as diferentes formas de acesso, é provável que tenha surgido bem antes do neoliberalismo, porém, é a partir dos anos 90, que ganha ares absolutos e torna-se essencial para a manutenção do sistema. Dentre os estudiosos e adeptos das técnicas e conceitos empreendedores, verificam-se três visões: a escola dos economistas, a dos comportamentalistas e as dos precursores da teoria dos traços de personalidade¹⁶³. O quesito “inovação”, já era mencionado em algumas publicações do século XIX e, segundo Filion¹⁶⁴,

¹⁶² DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

¹⁶³ COSTA, A. S. M. **Convergências, divergências e silêncios**: o discurso contemporâneo do empreendedorismo nas empresas juniores e na mídia de negócios. Tese. (Doutorado em Administração). Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio de Janeiro, 2010.

¹⁶⁴ FILION, L. J. **O empreendedorismo como tema de estudos superiores**. Brasília: Universidade Formandos Empreendedores, 1999.

associavam o sucesso econômico com os riscos, o lucro. Nos anos 1950, em um contexto de Guerra Fria, desenvolvem-se, nos Estados Unidos, os estudos que buscavam identificar os traços de personalidade dos empreendedores, porém, estes primeiros estudos não associavam o empreendedorismo com o prazer de autorrealização e estavam restritos aos grandes gerentes de empresas.

Ainda num contexto desenvolvimentista, principalmente na América Latina, as mudanças econômicas deixavam de ter uma centralidade no indivíduo (negociante) e passavam a ser direcionadas às empresas, no entanto, o traço comum dos empreendedores, em épocas passadas e atualmente, ainda é a inovação. Um clássico da administração e provavelmente o autor mais citado é Joseph Schumpeter (1883-1950), o primeiro a teorizar o sujeito empreendedor. Conceituou que o empreendedor é o responsável pela realização de novas combinações que podem ser identificadas por: introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de bem; introdução de um novo método de produção ou comercialização de um bem; abertura de novos mercados; conquista de novas fontes de oferta de matérias-primas ou de bens semifaturados e estabelecimento de uma nova organização para a indústria, abrangendo, assim, as coisas novas e as novas maneiras de se fazer. De acordo com Schumpeter, haveria uma diferença entre inovação e invenção, sendo que a invenção é uma ideia, esboço ou modelo de artefato a ser melhorado, produto ou sistema, enquanto a inovação no sentido econômico somente é completa quando há uma transação comercial envolvendo invenção e, assim, gerando riqueza¹⁶⁵. Ainda segundo Schumpeter, a inovação tecnológica criaria uma ruptura no sistema econômico, tirando-o do estado de equilíbrio, alternando os padrões de produção e criando uma diferenciação entre as empresas. Schumpeter foi o primeiro a relacionar o protagonismo do indivíduo, no caso, o empreendedor, com o desenvolvimento econômico. Para ele, o desenvolvimento não pode ser entendido como uma mera evolução da economia, mas sim, como um fenômeno diferente que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio previamente

¹⁶⁵ SANTOS. A. B. A.; FAZION. C.; MEROE, G. P. S. **Inovação**: a evolução do conceito a partir de Schupter. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/9014/6623>>. Acesso em 15 mar. 2016.

existente. Para o autor, as mudanças começariam a aparecer na esfera da vida comercial e industrial e não a partir das necessidades dos consumidores. Desta forma, a função empresarial não seria apenas o veículo de reorganização do sistema econômico, mas também o veículo de mudanças contínuas, onde o processo de desenvolvimento seria decorrente do surgimento de novas combinações e de novos usos dos recursos, expressos na introdução de um novo ou de um bem já existente; introdução de um novo método de produção; abertura de um novo mercado; descobertas de novas fontes de suprimento e desenvolvimento de novas formas de organização. As inovações apareceriam como potencializadoras de economias que as levariam às sociedades na direção do desenvolvimento.

E mesmo autores mais contemporâneos do empreendedorismo ainda seguem a linha inaugurada por Schumpeter, resguardadas algumas particularidades, mantêm a ideia da centralidade da inovação para o desenvolvimento econômico. Drucker¹⁶⁶, reconhecido escritor da administração defende que a inovação deve inclusive ser apreendida como disciplina: “a inovação é o instrumento específico dos empreendedores, o meio e o elo pelo qual eles exploram a mudança como uma oportunidade para o negócio diferente. Ela pode ser apresentada como disciplina, ser apreendida e praticada”.

Outra expressão desenvolvida por Schumpeter, que ainda é referência para empreendedores e gestores, refere-se a “destruição criativa” e está relacionada com o fato de os produtos e processos capitalistas estarem constantemente tomando o lugar dos antigos, constituindo um fator essencial do sistema. Embora pouco dimensionado pelos escritores do empreendedorismo, até mesmo por uma questão evidentemente ideológica, existem pouquíssimas referências à influência da produção científica de Karl Marx nos escritos de Schumpeter.

¹⁶⁶ DRUCKER, P. **Inovação e espírito empreendedor**: prática e princípios. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002, p. 25.

Em se tratando especificamente da inovação tecnológica, um dos destaques da obra de Marx (1983) consiste no tratamento dos aspectos econômicos relacionados à busca da acumulação, o que acabou influenciando a visão schumpeteriana de progresso técnico movido pelo desejo do lucro. A inovação representa uma redução do custo produtivo (poupança de trabalho em Marx), fundamental para a obtenção de lucro em um cenário concorrencial; mas, além disso, tanto para Marx como para Schumpeter, a inovação é fruto de um processo social. A inovação não possui caráter neutro ou mesmo natural, pois é resultante de um processo intencional, movido por objetivos concretos. Por sua vez, a necessidade de criação/aperfeiçoamento de mecanismos de difusão tecnológica não implica, necessariamente, na difusão dos processos inovativos. Nesse sentido, Marx e Schumpeter veem na concentração de capital tanto um objetivo como um resultado da dinâmica inovativa¹⁶⁷.

Evidentemente o que irá diferenciá-los, além do fato de Marx ter chegado a essas análises há mais de meio século antes de Schumpeter, é a busca pelos desdobramentos sociais do processo que, para Marx, traria consequências graves para o conjunto dos trabalhadores, sendo, portanto, uma questão ideopolítica. Marx possuiu como interesse a superação da propriedade privada e suas produções estavam direcionadas aos trabalhadores, enquanto Schumpeter escrevia diretamente para os industriais. Na teoria de Schumpeter, há uma associação com o tipo ideal desenvolvido por Weber (outro autor que o inspirou) materializado no empreendedor.

Considerando a atual fase do capitalismo, transnacional e neoliberal, é possível inferir que, para a manutenção do sistema, seria necessária a criação de uma verdadeira massa empreendedora, culminando em nova ética do trabalho. Não basta ser um empreendedor na empresa, mas em todos os espaços da vida, pois a empresa tornou-se a extensão da família, estabelecidos em “um conjunto de valores e normas que seja compartilhado dentro de uma sociedade, a partir da qual quem trabalha seja levado a pensar e a sentir a sua atividade como uma empresa articular e como o principal motivo da sua vida”¹⁶⁸

¹⁶⁷ PEREIRA, J. A.; LOPES, H. C. **Uma perspectiva “institucionalista revolucionária” do atraso inovativo brasileiro**, p. 06. Disponível em: <www.ppge.ufrgs.br/anpeccsul2015/artigo/uma_perspectiva.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.

¹⁶⁸ LÓPEZ-RUIZ. **Os Executivos Transnacionais e o Espírito do capitalismo**: capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007, p. 30.

Segundo Harvey, existem duas áreas que exigem negociação, e justificadas, para que o capitalismo seja viável: as dificuldades decorrentes da anarquia do mercado de fixação de preços e as dificuldades provenientes do controle da força de trabalho. No que se refere ao controle da força de trabalho, algumas premissas surgem como fundamentais, em particular a questão da disciplina que envolve ao mesmo tempo:

A familiarização dos assalariados foi um processo histórico bem prolongado (e não particularmente feliz) que tem se renovado com a incorporação de cada nova geração de trabalhadores à força de trabalho. A disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital - um processo a que vou me referir, de modo geral, como “controle do trabalho”- é uma questão muito complicada. Ela envolve em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que tem de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho¹⁶⁹.

Neste sentido, o empreendedorismo torna-se uma Ideologia do “espírito” do capitalismo em sua configuração atual, disseminando assertivas que justificam o comprometimento dos indivíduos a um conjunto de crenças funcionais ao sistema. O *ethos* do empreendedorismo dissemina uma visão de mundo que busca padrões organizacionais tanto de produção flexível, quanto de novos arranjos sociais fora das relações sociais tradicionais¹⁷⁰.

¹⁶⁹ HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa das origens da Mudança Cultural. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p.119.

¹⁷⁰ Ibid.

Como referenciado na exposição, a cultura empreendedora se dissemina por todos os espaços da administração contemporânea, seja pública ou privada e exige um perfil profissional alinhado às necessidades do neoliberalismo, no entanto, muitos creem que estes valores podem estar associados com uma melhoria na sociedade e desenvolveram a ideia do empreendedorismo social.

O empreendedorismo social, evidentemente, também passou a ganhar vultos a partir da década de 1990, mas ainda é um conceito cuja definição é complexa, pois visa a adoção de posturas empresariais e /ou individuais direcionadas à área social, muito próximo da ideia da responsabilidade social onde empresas investem em projetos sociais. Segundo os autores do empreendedorismo social, na responsabilidade social existe a produção de bens e serviços para si e para a comunidade; possui o foco no mercado e atende a comunidade conforme sua missão; sua média de desempenho é o retorno aos envolvidos nos processo de *stakeholders*: visa agregar o valor estratégico ao negócio e a atender às expectativas do mercado e da percepção da sociedade/consumidores, enquanto que no empreendedorismo social se produz bens e serviços para a comunidade local e global; possui foco na busca de soluções para os problemas sociais e necessidades da comunidade; sua média de desempenho são o impacto e transformação social; visa a resgatar pessoas em situação de risco social e a promovê-las, e a gerar capital social, inclusão e emancipação social¹⁷¹. Para os defensores do empreendedorismo social, o mesmo significa um novo *paradigma* de intervenção social, pois representa um novo olhar e leitura da relação entre os vários atores e segmentos da sociedade.

As diferenças entre a responsabilidade social e o empreendedorismo, se de fato existem, são muito tênues, lembrando somente uma mudança semântica. No entanto, alguns autores como Oliveira, identificam o empreendedorismo social em personalidades mundiais como Ghandi, Luther King, Francisco de Assis entre outros, como no trecho em destaque:

¹⁷¹ OLIVEIRA, E. D. Empreendedorismo Social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios - notas introdutórias. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, p. 9-18. Jul./dez, 2004.

O empreendedorismo social, de acordo com Oliveira (2008), constitui-se tema novo na atual configuração. Trata-se de um assunto que deriva do empreendedorismo de negócios e deste se diferencia pela busca, não do lucro, mas, sim, de melhorias sociais. Emerge no cenário dos anos de 1990, em decorrência ao aumento da problematização social, da diminuição dos investimentos públicos no campo social, do crescimento das organizações do Terceiro Setor e da participação das empresas em investimentos e ações no campo social. Porém, quando se aborda o fenômeno deste empreendedorismo, percebe-se que tal sempre existiu, representado por líderes que se tornaram conhecidos mundialmente pela luta por melhorias sociais, como Luther King, Ghandi, Francisco de Assis, dentre outros. O que tem diferenciado a ação de empreender socialmente de outrora da forma de atuar na atualidade é a utilização de ferramentas de gestão. Tais têm proporcionado que melhorias sociais sejam alcançadas de forma mais planejada e profissional¹⁷².

Carente de definições e conceitos que o sustente, o empreendedorismo social constitui-se em mais uma manifestação ideocultural acoplada ao discurso empreendedor/neoliberal, e a tônica situa-se na inovação social, que estaria relacionada ao resultado da aplicação de tecnologias sociais, entendidas como um conjunto de técnicas e procedimentos que fornecem soluções para a inclusão social e para a melhoria da qualidade de vida. Caron¹⁷³ destaca que estas tecnologias são caracterizadas pela simplicidade, baixo custo, facilidade de aplicação e impacto. Assim, a tecnologia social é destacada como um meio para consolidar uma inovação social para pessoas que não têm acesso aos recursos necessários para empreender.

Contudo, mesmo com todos os esforços dos pouquíssimos autores do empreendedorismo social, que enfatizam a novidade da ideia, ainda não possuem uma definição objetiva e unívoca, mas em linhas gerais, nos artigos disponíveis, encontra-se o relato de experiências em Ongs que conseguiram desenvolver

¹⁷² SILVA, F. A. G.; SOUZA, W. J. Empreendedorismo social desenvolvedor de capital social: estudo do projeto Oasis de intervenção universitária. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 37, p.172-189, jan./jun., 2013. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/2291/2748>>. Acesso em 10 jan. 2016.

¹⁷³ CARON, Antoninho. Inovação Social e o Papel da Indústria. In: FARFUS, Daniele (Org.) et al. **Inovações sociais**. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007, p. 85-113.

projetos sociais considerados importantes em determinadas comunidades e receberam premiações internacionais. E como mencionado em outros momentos da exposição, o terceiro setor também se constituía num suporte ideológico do neoliberalismo, passando a impressão de que não existe mais a necessidade da interferência do Estado para a resolução dos problemas sociais e sim, uma gestão eficiente.

Uma assertiva promulgada em vários espaços sociais e particularmente nas universidades é a ideia de que os problemas sociais são decorrentes de péssimas administrações públicas, tornando-se um simples caso de gestão, esquecendo-se da centralidade da política nos direcionamentos econômicos e sociais. Provavelmente, este é mais um reflexo do tempo presente, extremamente veloz e fragmentado, onde os sujeitos acreditam no que mais lhes convém. Imagens, textos curtos sem fontes, conformam populações e direcionam os seus “saberes”. A universidade cumpre o seu papel histórico, na medida em que estabelece o empreendedorismo como diretriz para a constituição de uma nova sociedade. A contradição, a exploração, a desigualdade no acesso, são problemas relegados ao indivíduo e passíveis de mudanças a partir de novas posturas que poderão ser coletivizadas. Mas, sobretudo, omite-se o conflito de classe, a violência estrutural imposta pelo capitalismo, que restringe as possibilidades da população.

O que chama atenção nestes discursos, carentes de fundamentações teóricas, é o fato de reproduzirem pensamentos conservadores direcionados ao âmbito individual com novas nomenclaturas e cujos possíveis resultados são inquestionáveis. Como se direcionam também para as áreas sociais, extrapolando o universo da gestão empresarial ou do indivíduo empreendedor, também pode interferir em várias profissões que atuam no terceiro setor ou no Estado. Desse modo, o Serviço Social por ter nascido atrelado à filantropia e à atuação nas refrações da “questão social”, no Brasil, também é afetado pelos ventos do discurso empreendedor, seja na atuação de campo, ou mesmo no processo de formação.

3.3 Empreendedorismo e Serviço Social

Num primeiro momento, é refutável a ideia de o Serviço Social brasileiro ser influenciado pelo discurso empreendedor, tendo em vista a trajetória da profissão, marcada pelo movimento de renovação e que, a partir da década de 1980, progressivamente, consolidou um perfil crítico na formação do assistente social. Como mencionado anteriormente, não significa que todos os assistentes sociais concordam ou tentam adotar uma postura de defesa dos direitos sociais em seu cotidiano, mas sim, que contra ventos e marés, os órgãos representativos (CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO) prezam e lutam por uma formação ainda comprometida com a emancipação, mesmo num contexto de avanço do neoconservadorismo.

E por se tratar de um aspecto ideológico, é difícil comensurar o quanto o discurso empreendedor influencia no Serviço Social atualmente, mas também, é inegável que a partir da expansão do acesso às universidades privadas, principalmente os grandes conglomerados educacionais, o discurso tornou-se quase absoluto nos cursos de formação rápida, denominados tecnológicos como também nas formações “tradicionais”.

Em várias universidades privadas, a fomentação de uma cultura empreendedora é componente essencial dos PDI (Projeto Pedagógico Institucional), direcionando todas as ações docentes e discentes para esse fim. E, neste sentido, os cursos de Serviço Social devem alinhar-se aos programas propostos pelas Instituições de Ensino Superior e, em alguns casos, a relação se dará de forma impositiva. Evidentemente, a formação crítica dos professores ainda é predominante nos cursos de Serviço Social, mas, torna-se necessário o conhecimento das novas expressões ideoculturais, para que possam posicionar-se diante da imposição da disciplina “empreendedorismo” como componente da grade curricular. Obviamente, dependerá da correlação de forças estabelecidas entre a coordenação pedagógica, o corpo docente, a instituição e os alunos.

No caso específico do Serviço Social, a situação se agrava na medida em que as universidades privadas são vendidas ou abrem o capital para grupos de acionistas internacionais, e como mencionado anteriormente, utilizam como forma

de redução dos custos a padronização dos processos. Assim, todos os recursos disponíveis são utilizados na tentativa de ampliar as atividades informatizadas, para reduzir funcionários administrativos e ampliar a exploração do professor. A transformação dos cursos em semipresenciais, com 30% da carga horária destinada ao ensino *online*, tem-se tornado um recurso recorrente nos grandes conglomerados educacionais. E, neste sentido, estabelecem disciplinas comuns para todos os cursos e o empreendedorismo, nestes discursos, torna-se fundamental para todas as profissões, sejam das áreas exatas, biológicas e, sobretudo nas sociais aplicadas. O lema é que para a sobrevivência em um mercado extremamente competitivo, é necessário compreender as novas formas de gestão, sendo imprescindível o estabelecimento de uma cultura empreendedora.

Assim, as disciplinas comuns, ofertadas em ambiente *online*, possuem o mesmo conteúdo para os mais variados cursos, seguindo a lógica do toyotismo, onde as especificidades profissionais se diluem na busca pelo aumento da produtividade. O empreendedorismo torna-se necessário para pedagogos, pois devem disseminá-los já no ensino fundamental, para psicólogos que disputarão o espaço nas empresas com administradores, para profissionais com formações rápidas em gestões específicas e para o Serviço Social, obviamente um empreendedorismo de cunho social.

A disciplina específica sobre empreendedorismo também poderá aparecer como optativa, ofertada no ambiente *online* e, geralmente, voltada para a gestão empresarial, assim, além do empreendedorismo tem-se a gestão de processos, a gestão do tempo, a gestão na área da saúde, as noções de recursos humanos, dentre outras.

Como mencionado na introdução deste trabalho, não foi objetivo identificar quais universidades oferecem as disciplinas de empreendedorismo no Serviço Social brasileiro, mas, compreender esta aproximação para além dos dados empíricos e introduzir o debate na profissão. Uma pesquisa de maior amplitude, de âmbito nacional, implicaria num esforço possível somente a partir da mobilização de um arsenal de pesquisadores com acesso aos PDI (Projeto de

Desenvolvimento Institucional) e ao PPC (Projeto Pedagógico do Curso), documentos estes de difícil acesso, pois as instituições os guardam de maneira sigilosa. Considerando a dificuldade no acesso aos documentos, foi realizada uma pesquisa, utilizando-se de dados disponibilizados na internet com o intuito de conhecer quais instituições da Grande São Paulo possui diretamente a disciplina na grade curricular.

Somente a Universidade de Guarulhos disponibiliza na grade a disciplina de empreendedorismo, disponível sua visualização no site oficial da instituição¹⁷⁴. No entanto, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social não está disponível na internet e também foi negado o acesso pela instituição. No PDI, disponibilizado na internet, o empreendedorismo aparece como missão:

A Universidade de Guarulhos tem por missão promover o desenvolvimento sustentável, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, fundamentados nos valores acadêmicos e humanistas, focados na formação de lideranças, no empreendedorismo e na empregabilidade.

A universidade de Guarulhos (Ung) surgiu ainda no período da autocracia burguesa, especificamente em 1969, a partir do arrendamento do Colégio Claretiano de Guarulhos, que se encontrava em crise financeira. Em agosto de 1970, recebeu autorização do Ministério da Educação para criar cursos de nível superior nas áreas de educação. Como mencionando em outros momentos, o contexto da ditadura fomentou a ampliação do ensino laico superior, criando inclusive uma nova fração da burguesia brasileira mantenedora destas instituições. Em 1986, recebeu o título de Universidade, tornando-se referência na região de Guarulhos e, recentemente, em 2014, foi adquirida pelo grupo Ser Educacional, que possui mais 42 unidades em 12 estados e 28 cidades. Embora o grupo Ser Educacional tenha sede no Nordeste, trata-se de capital aberto composto por investidores americanos.

Em geral, os grandes grupos que atualmente dominam a educação superior no Brasil não são compostos por docentes ou pessoas que conhecem a

¹⁷⁴ Disponível em: <http://www.ung.br/curso_graduacao_matriz.php?IDcurso=518>. Acesso em: 06 fev. 2016.

educação, mas sim por investidores que a veem como um grande negócio e esperam lucros exorbitantes destes fundos de investimentos. No caso específico da Universidade de Guarulhos, a compra se deu em um momento de crise financeira da instituição e, talvez, esta seja uma das estratégias dos grandes grupos de investidores.

No caso específico do Curso de Serviço Social da Universidade de Guarulhos, a disciplina é componente da grade curricular, mas é ofertada em ambiente *online*, aliás, o curso é de sete semestres, com parte ofertada na modalidade semipresencial. Assim, o aluno não tem aulas “físicas” todos os dias e se reduzem as despesas com professores e a manutenção do espaço. E por ser ofertada no ambiente *online*, está disponível também para todos os cursos da instituição, mantendo o mesmo conteúdo. Mesmo para profissões que possuem uma especificidade técnica e um direcionamento ético-político, não há qualquer tipo de adaptação.

As referências bibliográficas que compõem o plano de aula são comuns para todos, e somente reproduzem as bibliografias mais básicas da área adotando um formato de manual. Além das obras do autor José Carlos Dornelas, citado no item 3.1, é composta por materiais cujo conteúdo é muito parecido, como o caso do livro *Manual de Empreendedorismo e Gestão*, de Luiz Antônio Bernardi, que possui como premissa a identificação e formação de um perfil específico para o empreendedor.

Em uma pesquisa realizada por Lopes, e publicada em 2010, pelo SEBRAE, a mesma afirma que a disciplina de empreendedorismo não se restringe aos cursos de administração e os conteúdos são variados: o perfil, as características do empreendedor, as atitudes e as competências necessárias aos empreendedores são temas presentes em todos os programas, além da criatividade, inovação, incubadora de negócios, cooperativismo e intraempreendedorismo. Para a autora, é função da universidade é promover o espírito empreendedor.

A universidade, ao se dispor a apostar no empreendedorismo, deve fazê-lo de forma aliada, harmonizada e transversal. O assunto não é para ser discutido apenas em uma disciplina isolada, e muito menos entre as quatro paredes da sala de aula. Ele deve ser vivenciado com intensidade por todos, em todas as direções. O professor deve levar para a sala de aula o tema de forma integrada às outras disciplinas, à instituição e à comunidade. Cabe a todos os professores a responsabilidade de fazer com que os alunos sejam estimulados a pensar e agir com uma mentalidade empreendedora. A sala de aula, cada vez mais, tem de se transformar em laboratório de conhecimento. O assunto do empreendedorismo deve ser tratado em todos os cursos e em todos os níveis [...]¹⁷⁵.

Embora ainda não tenha sido realizada nenhuma pesquisa para verificar a opinião dos alunos e professores sobre a disciplina, que corrobora o difícil acesso às informações institucionais, é possível perceber que para os alunos representa uma contradição, pois ao mesmo tempo em que possuem disciplinas que elevam a criticidade, como Sociologia, Políticas Sociais, Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social etc., convivem com disciplinas focadas essencialmente no protagonismo individual. Nas disciplinas presenciais, os professores assistentes sociais direcionam as atividades para a colaboração, enquanto outros instigam a competição.

Se considerado que os Grandes Conglomerados Educacionais tornaram-se um excelente negócio para os investidores, é inegável a tendência à padronização de um tipo de educação reprodutora da visão da classe dominante, cujo ensino deve ser, cada vez mais, tecnicista. Algumas produzem material próprio (apostilas) para os cursos, diminuindo gastos com livros e privando o aluno de conhecer outras vertentes do conhecimento. O empreendedorismo torna-se uma meta educacional, justamente alinhado com as diretrizes neoliberais, e o resultado é a formação de população jovem que acessou o ensino superior privado, mas não pode dar o salto qualitativo que a educação pode proporcionar, pois lhe foi oferecido somente o ensino das técnicas e a ideia da formação rápida e específica para o mercado. Inegável que este tipo de formação, rápida e tecnicista, cria uma massa de pessoas que desconhecem as possibilidades da

¹⁷⁵ LOPES, Rose Mary. **Educação empreendedora**: conceitos modelos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010, p. 83.

política e pensam que todas as contradições resolvem-se a partir de uma boa gestão, inclusive no que se refere ao Estado.

Outra dimensão que o discurso empreendedor pode influenciar o Serviço Social está na produção bibliográfica específica, pois alguns profissionais e professores alocados na “gestão social” utilizam o empreendedorismo como diretriz nas suas ações. Aqui, torna-se necessário uma ressalva, pois a crítica não se direciona às atividades ou disciplinas de planejamento social, presentes na profissão deste a Ditadura Militar, onde o assistente social deixou de atuar somente na ponta das políticas e ampliou as funções gerenciais no âmbito da política social. Um exemplo de produção no âmbito do Serviço Social é a produção de Edson Marques de Oliveira, intitulada *Serviço Social e Sustentabilidade Humana: O Empreendedorismo Social como Estratégia de Efetivação dos Direitos*¹⁷⁶. Na obra, o pesquisador procura analisar as possibilidades do empreendedorismo social como ferramenta de atuação do Serviço Social, que o considera como um novo paradigma de intervenção social. Ressalta também o caráter de ciência e arte do empreendedorismo, pois a capacidade de inovação e de empreender novas ações sociais, aliadas à dimensão científica, resulta na arte de planejar eficientemente. Segundo o autor, existem dois grandes desafios para o empreendedorismo social, sendo:

a) Criar Capital Social, sendo a mesma base para elaboração e sucesso das ações do empreendedor social, e face ao histórico da cultura individualista em nossa sociedade, ou do estilo, “o que eu vou ganhar fazendo isso?”, ou da vaidade dos gestores, tanto das organizações públicas, privadas e do terceiro setor, e que prevalece a cultura do tipo, “minhas crianças”, “meus pobres”, cremos que gerar capital social, é hoje um dos grandes desafios, para os empreendimentos sociais; b) empoderamento dos sujeitos do processo, ou seja, quebrar com o discurso do só tenho direito, e nada de deveres, e fazer com que as pessoas, principalmente os excluídos e marginalizados, tenham uma postura de cidadão e não de vítimas, e comecem a fazer a sua parte sem esperar um

¹⁷⁶ OLIVEIRA, E. M. **Serviço Social e Sustentabilidade Humana**: o empreendedorismo Social como estratégia de Efetivação dos Direitos. Curitiba: Editora Appris, 2008.

salvador da pátria, o que numa cultura do me-dá-me-dá, não é uma tarefa muito fácil.¹⁷⁷

O texto de Edson Oliveira faz uma compilação de outros trabalhos disponíveis na internet, que se esforçam para caracterizar o empreendedorismo social, mas, como todos ressaltam, ainda é um conceito em construção, e existe um nítido esforço para diferenciá-lo das outras iniciativas sociais, como a responsabilidade social. No entanto, percebe-se somente uma troca de nomenclaturas, pois a diretriz continua a mesma, ou seja, a centralidade no indivíduo. O uso de palavras como “empoderamento”, como mencionado em outros momentos da exposição, escamoteia a contradição de classe.

A proposta de intervenção no âmbito do Serviço Social, elegida por Edson Oliveira, simplesmente não dimensiona o compromisso ético com as classes trabalhadoras e a emancipação. A intervenção profissional restringe-se ao nível da técnica e à adoção de uma postura empreendedora e à emancipação, quando mencionada, refere-se somente ao âmbito da mudança de comportamento e visão, omitindo a possibilidade de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Com o intuito de conhecer mais as produções sobre empreendedorismo e Serviço Social, foi realizado um levantamento referente às Teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP. Embora existam alguns trabalhos sobre gestão na área social, existe somente uma Tese de Doutorado, de 2004, intitulada *Empreendedorismo Juvenil: caminhos e travessias*, de autoria de Marilda Lili Corbenelli. Na Tese, a autora demonstra a viabilidade do empreendedorismo já no ensino médio e apresenta o programa *Life Learning Project* para o desenvolvimento social de adolescentes. Segundo a autora:

¹⁷⁷ OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo Social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios - notas introdutórias. *Rev. FAE*, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 9-18, jul./dez., 2004. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n2/rev_fae_v7_n2_02>. Acesso em 10 mar. 2016.

A metodologia desta nova pedagogia adota a concepção de que o empreender é aprender a buscar oportunidades de aprendizagens de vida, para a construção de autorealização, da capacidade de cooperar, de despertar para a criatividade, inovação produtiva, superando a visão lucrativa, centra-se na construção da pulsão empreendedora rebatendo nos processos cognitivos e nas relações dos jovens com o outro e com o mundo. Inspirados em Jacques Delors, fundamentado nos Pilares do Conhecimento, desenvolvemos concepções metodológicas ancoradas nas quatro aprendizagens para a vida: ser, conviver, fazer e conhecer o que pavimentam a experiência¹⁷⁸.

Segundo Corbenelli, foi realizada uma pesquisa entre 1994 e 2000 que abrangeu quatro estados brasileiros, 1201 educadores e 60.872 jovens, com vistas a avaliar o impacto do programa na vida futura dos adolescentes. Em 2002, foi realizada uma avaliação de impacto, junto aos jovens e educadores. O resultado, segundo a autora, foi a descoberta de novos significados pessoais, sociais e cognitivos dos jovens para a vida futura¹⁷⁹. Embora a pesquisa tenha sido realizada em grande amplitude, as ações da educação empreendedora, voltadas aos jovens, não fugiu do fomento de atividades direcionadas exclusivamente para a mudança de comportamento. O desenvolvimento de um senso crítico, por meio da inserção de atividades que possibilitassem a suspensão momentânea da cotidianidade, não foi problematizado, e as conquistas restringiram-se à aquisição de bens impostos pela sociedade de consumo.

Embora seja difícil dimensionar, pois seria necessária a análise de uma instituição específica, fugindo, assim, dos limites deste trabalho, o empreendedorismo também é usado como diretriz para trabalhos socioeducativos,

¹⁷⁸ CORBELLINI, M. L. **Empreendedorismo juvenil: caminhos e travessias**. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2004, p. 9.

¹⁷⁹ “Esta tese de doutorado tem o propósito de, num primeiro momento, buscar refletir sobre estas indagações e levá-las adiante, apresentando os resultados de uma pesquisa de avaliação e eficácia de uma proposta metodológica de educação empreendedora, cuja experiência iniciou-se em 1993, quando o programa veio a se instalar no Brasil, na região de Curitiba. Fruto de uma aliança social estratégica entre o Centro de Integração Empresarial Escola e a Secretaria do Estado de Educação do Paraná, o Programa Adolescente Administrando o Futuro instalou-se em um contexto de compartilhamento de interesses, para fazer frente a um dos sérios desafios da agenda brasileira: a inserção social do jovem, por meio do desenvolvimento de uma responsabilidade coletiva com o futuro. Para tanto, oferecia-se uma metodologia que abria oportunidades de educação para a vida, fundamentada em três grandes eixos: a identidade, a convivência e a cultura da trabalhabilidade. Esta metodologia converge para uma prática social denominada educação-empreendedora”, p. 4.

pois na medida em que os profissionais da área social, em especial o Assistente Social, lidam diariamente com diversos problemas, por vezes, não encontrando soluções imediatas, pois escapam do seu campo de objetivação profissional, muitos acabam se utilizando de referenciais alocados na autoajuda (neste sentido o autor Augusto Cury é muito utilizado) ou reproduzem os ditames manualescos do empreendedorismo. Como exemplo, o Programa Renda Cidadã, do Governo do Estado de São Paulo, que disponibiliza 80 reais para as famílias em situação de vulnerabilidade social, e tem como meta, nas ações socioeducativas, que a família consiga desenvolver-se e ter autonomia a partir da renda disponibilizada pelo programa, e propõe como solução o fomento do empreendedorismo nas atividades socioeducativas.

O mais interessante é que se trata de famílias com renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo (prerrogativa para a inclusão no programa) e que precisam desenvolver um senso “empreendedor” para a conquista da autonomia. O cariz conservador da proposta pressupõe a ideia de uma baixa cultura, ou conhecimento acerca do mundo, fazendo necessária uma “intervenção” que eleve suas possibilidades.

Embora o Serviço Social, no Brasil, tenha avançado muito a partir da renovação, principalmente na fundamentação teórico-metodológica e na ética profissional, em alguns espaços, ainda reproduz o sentido conservador das ações direcionadas aos populares. Se, anteriormente, havia uma característica filantrópica com vistas a uma moralização dos trabalhadores, atualmente, trocam-se as nomenclaturas, mas a direção das ações continuam as mesmas, ou seja, a solução dos problemas sociais restringe-se a uma mudança de comportamento. E mesmo sem a comprovação empírica, quantificável, é nítido o fato de o discurso do empreendedorismo constituir-se como uma face contemporânea do conservadorismo, que invade, de maneira sutil, as propostas pedagógicas que ainda vislumbram a emancipação dos sujeitos.

CONCLUSÃO

Retratar o tempo presente não é tarefa simples, por mais descreditadas que sejam as ciências humanas no atual contexto, pois implica necessariamente o estudo de um recorte, uma parte da realidade e, assim, o intuito do pesquisador constitui-se em ampliar o máximo possível à análise deste problema ou “fenômeno” social, relacionando-o com as questões universais decorrentes da organização social. Desta forma, ao encerrar um percurso de pesquisa, com todos os dilemas entre as objetivações e o resultado alcançado, renasce a necessidade de conhecer mais sobre as mediações entre o objeto e a totalidade social.

No decorrer da exposição da pesquisa, que desde os momentos iniciais da investigação procurou relacionar uma expressão aparentemente banal, o discurso do empreendedorismo e o Serviço Social brasileiro, com outras esferas da sociedade, percebeu-se que é justamente a obviedade da proposta que a faz alcançar uma vasta amplitude de espaços, variando entre discursos políticos, perspectivas acadêmicas, políticas sociais e intervenções profissionais.

A tecnização das relações sociais incide sobre todos os trabalhadores, desde as profissões historicamente “braçais” como os trabalhadores das linhas de montagem e até os trabalhadores rurais que, atualmente, também sentem o peso da automação. No caso dos primeiros, além da redução dos postos de trabalho com a entrada do modelo toyotista de produção, observa-se também a necessidade de conhecimentos mais específicos para os que conseguiram manter o emprego, pois as máquinas exigem um domínio mínimo das operações básicas de softwares que, em geral, não são ofertadas pela escola pública e, para o segundo grupo, assiste-se também o aumento da mecanização e automação do campo. Neste sentido, o Estado de São Paulo torna-se um exemplo, pois a partir da monocultura da cana-de-açúcar, o “boia-fria” ou “cortador de cana” também é substituído progressivamente pelas máquinas, que não queimam a cana antes da colheita e proporcionam o aproveitamento integral do processo, reutilizando os bagaços, as folhas, as águas que lavam as canas, produzindo energia a partir do calor emitido pelas caldeiras, mas, sobretudo, eliminado o trabalho vivo sem

possibilitar alternativas aos “despossuídos da terra”. O resultado, evidentemente, foi o aumento da informalidade e da violência, rompendo com a imagem pacata atribuída às pequenas cidades do interior paulista.

Também, no caso das relações de trabalho no meio rural, observa-se a propagação de uma expressão ideológica que enaltece a condição agrícola do país. O agronegócio, assim como o empreendedorismo, passou a ter relevância a partir da década de 1990, e em consonância com os outros discursos, tais como o do “Terceiro Setor”, da “responsabilidade social”, do “voluntariado”, compõem um rol de expressões ideoculturais que fomentaram o padrão neoliberal, não se restringindo apenas à economia, mas disseminando uma verdadeira cultura do consenso. E nesta “cultura consensual” reproduzida também pela grande mídia, o Estado é identificado como atrasado, inoperante e corrupto, enquanto o mercado surge como a instância que poderá solucionar as contradições sociais, mas, para isto, é necessária uma mudança de atitude (individual) que deixe de cobrar do Estado e passe a “focar” no desenvolvimento das potencialidades gerenciais de cada cidadão. Mesmo que o trabalhador não tenha renda, ele pode “empoderar-se” a partir do espírito do empreendedorismo e ficar atento às oportunidades de crescimento financeiro, principalmente nos momentos de crise.

Diante de tantas contradições, a proposta do discurso do empreendedorismo se apresenta como uma possível alternativa ao desemprego. Extremamente “tecnicista”, assemelhando-se a manuais, o empreendedorismo é apresentado como solução unânime entre os seus “teóricos”, devendo a sociedade criar mecanismos para distribuir seus conceitos para todas as organizações, a fim de criar uma “cultura empreendedora”. Estar atento às mudanças do mercado, ser proativo, colaborativo, propositivo, não ser reativo, possuir foco nos resultados, tornar-se um líder, são jargões reproduzidos e produzidos nas universidades e demais instituições como um mantra. Sendo assim, basta seguir estas assertivas para a promoção da felicidade individual por meio do sucesso financeiro. Quanto ao aspecto social, é suficiente a multiplicação destas “verdades”, que a pobreza tende a diminuir progressivamente e o processo tornara-se tão generalizado que até mesmo instituições religiosas dão a receita da

prosperidade aos seus féis, inclusive com cultos destinados especificamente aos empreendedores. É possível afirmar que o discurso do empreendedorismo contribuía para o que alguns autores denominam como suposta possibilidade de compatibilizar crescimento econômico com desenvolvimento social¹⁸⁰.

Como mencionado em outros momentos, o discurso do empreendedorismo não possui fundamentações teóricas, restringindo-se à adoção de uma “técnica” a ser desenvolvida por qualquer pessoa, em qualquer espaço. A referência para os professores do empreendedorismo é ainda o liberal austríaco Joseph A. Schumpeter, que além do empreendedorismo, formulou um dos conceitos mais usados pela Economia Política e pelos teóricos da administração nas últimas décadas. Segundo Maranhão¹⁸¹, Schumpeter estava preocupado com a nítida contradição entre as formulações harmoniosas da economia tradicional neoclássica e as visíveis turbulências da nova fase do sistema capitalista mundial. Segundo o mesmo, o capitalismo era movido pela *Destruição criadora*, pois o desenvolvimento contínuo da economia capitalista, em busca de inovações, não era uma evolução natural e harmoniosa, mas sim, um processo repleto de contradições e descontinuidades. Assim, para Schumpeter, na dinâmica do desenvolvimento capitalista, as velhas formas de produção ou de organização da vida econômica são, de tempos em tempos, substituídas por outras mais novas e eficientes, num processo virtuoso e ininterrupto que dá origem a níveis crescentes de prosperidade e bem-estar. Segundo Maranhão:

Em pleno século XXI, o desenrolar da História mostrou que o próprio movimento de reprodução ampliada do capital acabou por inverter a equação schumpeteriana, fazendo com que os aspectos destrutivos da produção capitalista tendessem a prevalecer, cada vez mais, sobre os aspectos criativos. O grande paradoxo indisfarçável do capitalismo no século XXI é o modo pelo qual o atual avanço produtivo antagoniza com a sobrevivência de uma parcela cada vez maior da humanidade. É cada vez mais visível no

¹⁸⁰ CASTELO, Rodrigo. **O social liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

¹⁸¹ MARANHÃO, C.H. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo, Cortez, 2012, p. 80.

sistema capitalista a incompatibilidade existente entre crescimento econômico e desenvolvimento social [...] ¹⁸²

Atualmente, em todos os espaços, sente-se o peso das consequências graves da lógica destrutiva do capital, cuja precarização do trabalho é o maior paradoxo. E esta precarização se amplia, inclusive, para os trabalhadores *especializados* como professores, pequenos gestores, técnicos e assistentes sociais. A ampliação de vagas no ensino superior privado, nos últimos 10 anos, não foi acompanhada pela qualidade e instituições familiares, cuja maioria proveniente de incentivos promovidos pela ditadura, direcionados à nascente burguesia da educação, tornaram-se um grande atrativo para os grupos de investidores internacionais.

Os grandes conglomerados educacionais incorporam instituições menores, principalmente aquelas com crises financeiras e administrativas, e padronizam os processos a fim de ampliar os lucros. O investimento no marketing é fundamental, tendo em vista que o foco das ações não é a qualidade, e sim, a manutenção do aluno “pagante”, além do fato, destes conglomerados ficarem com a maior parte dos alunos requerentes de recursos e bolsas governamentais. Evidentemente, a precarização das relações de trabalho atinge todos os funcionários da Universidade (com terceirizações, subcontratações, trabalho parcelado), mas, essencialmente, o professor universitário das grandes instituições privadas sente a desqualificação das suas atividades, com salas superlotadas (por vezes com mais de cem alunos), escassez de recursos técnicos para a docência e a qualificação contínua e, em alguns casos, a obrigatoriedade de lecionar disciplinas no sistema *online*.

E mesmo com todas as contradições do trabalho precarizado nos grandes conglomerados, a maioria dos professores ainda reproduz e reafirma o discurso do empreendedorismo, seja nas ciências exatas, biológicas e humanas. Embora sintam a desqualificação do trabalho docente, ainda acreditam, em sua maioria, nas mudanças de comportamento e no fomento de uma mentalidade empreendedora que levaria o país a outros patamares de sociabilidade e

¹⁸² Ibid., p. 81.

desenvolvimento econômico. E os alunos, em sua maioria, trabalhadores e oriundos do ensino médio público, acreditam nas assertivas reproduzidas pela instituição e por professores. É comum alguns professores, que lecionam empreendedorismo como fórmula certa para o sucesso profissional, se utilizarem de transporte público junto com os alunos, e se a fórmula do empreendedorismo é tão eficaz, o professor deveria ser o primeiro a ter uma ascensão social. Neste sentido, pode-se afirmar que a Universidade privada brasileira carece de perspectivas críticas, que desenvolva e formule propostas que elevem, de fato, a condição de vida das pessoas. Nas universidades públicas, especialmente nos cursos de gestão, a fórmula é a mesma.

Quando analisada a particularidade dos cursos, é nítida a composição de um discurso comum que centraliza as ações e resoluções na esfera do indivíduo, passando a ganhar mais vulto com o relativismo pós-moderno que, assim como o empreendedorismo, adentrou todos os espaços acadêmicos, constituindo-se como tônica dos projetos e linhas de pesquisas. De maneira quase isolada, encontra-se o Serviço Social que contra a ascensão do neoconservadorismo ainda procura manter como diretriz uma formação crítica, cujo início da formulação da perspectiva se deu ainda no período da autocracia burguesa.

A partir da presente pesquisa foi possível observar que a disciplina do empreendedorismo não compõe a grade curricular de todos os cursos alocados nos grandes conglomerados, aliás, na Grande São Paulo, somente um curso possui a disciplina na grade e em um outro é ofertada como optativa. Para os professores, é nítida a contradição entre o serviço social e as disciplinas gerenciais, que não possuem o mínimo de criticidade e, muitos, presos à condição de trabalhador assalariado, sentem-se impossibilitados de realizar críticas à instituição.

No âmbito da produção acadêmica ainda são poucas as produções de assistentes sociais sobre o empreendedorismo, e que, no geral, reproduzem o discurso sem mediações com o contexto de precarização operacionalizada em escala mundial. Embora poucos acessem que o discurso pode ser incorporado por alguns profissionais e reproduzido inclusive nas atividades socioeducativas com a população. Provavelmente, é nos cursos de Serviço Social, na modalidade EAD,

que o discurso do empreendedorismo pode ganhar mais força, pois além da ausência de controle sobre os conteúdos lecionados, não há qualquer tipo de interação entre o professor e o aluno. E na medida em que aprendem por meios de apostilas elaboradas pelos professores, também se distanciam da leitura dos autores “clássicos” do serviço social brasileiro.

A pesquisa tentou afastar-se um pouco das tendências em voga na produção científica brasileira, e em especial no Serviço Social, onde há um direcionamento evidente na análise de dados quantitativos e/ou centrados exclusivamente em entrevistas e, desta forma, possibilitou um mergulho, mesmo que inicial, em uma polêmica pouco tematizada, identificando o empreendedorismo como uma expressão do capitalismo contemporâneo, onde reatualizam-se conceitos, porém, mantendo a mesma visão de mundo, ou seja, o conservadorismo, agora, em sua vertente reatualizada. Contudo, possibilitou também a visualização da necessidade da manutenção do horizonte de uma formação crítica, que distingue o assistente social brasileiro. A manutenção e intensificação da “intenção de ruptura” é tarefa de todos os profissionais do Serviço Social que se identificam com o Projeto Ético Político. Os órgãos representativos da profissão, no Brasil, precisam ampliar o olhar para estas novas expressões ideoculturais, identificando-as como avanços do neoconservadorismo. Por fim, diante do acirramento da “questão social”, o serviço social brasileiro ainda mantém, no seu horizonte, a luta por uma sociedade mais justa, e isto constitui motivo de orgulho para todos que escolheram esta arduosa, mas ao mesmo tempo prazerosa profissão, que possibilita a rica troca de experiência cotidiana com os diversos grupos populacionais. Nas palavras de Ana Elizabeth Mota:

Se acreditarmos que a história não acabou e que a luta por uma outra sociedade é possível, também não acreditamos que nosso projeto profissional esteja em crise. Acreditamos, sim, que é um projeto tensionado pela ofensividade dos mecanismos capitalistas de superação da crise. Todavia, compreendendo que em determinadas conjunturas, os elementos que compõem o projeto profissional podem ter pesos e estruturas diferenciadas; e, neste momento em que as resistências são tênues, porém reais, a prática político-organizativa é essencial, posto que deve

estabelecer o elo entre a formação profissional e a formação política da categoria profissional¹⁸³.

As expressões da ideologia na contemporaneidade são muito sutis e retratar esse aspecto foi de suma importância para pensar os desafios postos à perspectiva crítica no serviço social brasileiro, nem sempre atacada de maneira direta nos congressos da profissão, mas que se destila por outros espaços e discursos. E diante do avanço do neoconservadorismo, em todas as amplitudes, talvez este seja o principal período (pós-ditadura) em que devemos defender uma formação comprometida com as camadas populares, que ainda vislumbre a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, como principia o Código de Ética do Assistente Social brasileiro.

¹⁸³ MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço social brasileiro. In: _____. **Desenvolvimentismo construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 44.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz. **O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro**. 406 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2006.

ALBUQUERQUE, V. O. **Serviço Social e trabalho docente**: precarização e intensificação do trabalho nas Instituições privadas de Ensino Superior em São Paulo. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2015.

ALENCAR, M. M. T. O apoio às pequenas unidades produtivas no Brasil: alternativa ao desemprego ou (des)construção do trabalho assalariado. In: ALMEIDA, C.C.L.; FRANCISCO, E.L.M. (Org.). **Trabalho, território, cultura**: novos prismas para o debate das políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.

ALVES, Giovani. **Dimensões da globalização**: o capital e suas contradições. São Paulo: Editora Práxis, 1994.

_____. **Trabalho e subjetividade**: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Dimensões da Precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. 1. ed. Bauru-SP: Canal 6 Editora, 2002.

AMMAMNN, S. B. A produção científica do serviço social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Editora Cortez, n. 14, 1984.

ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. São Paulo: Zahar Editora, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BAPTISTA, Myrian Vêras. Ação profissional no cotidiano. In: MARTINELLI, Maria Lúcia et al. (Org.). **Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1995.

BARBOSA, R. N. C. Trabalho e economia solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica. In: ALMEIDA, C.C.L.; FRANCISCO, E. M. V. **Trabalho, território, cultura**: novos prismas para o debate das políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

_____. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 106, p. 213, abr.-jun., 2011.

BAUMAN, Zigmunt. **Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BERNARDO, J. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1991.

BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia: temas e variações**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRANT, M. C; NETTO, J. P. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 1992.

BRAZ, M; NETTO, J. P. **Economia Política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARON, Antoninho. Inovação Social e o Papel da Indústria. In: FARFUS, Daniele (Org.) et al. **Inovações sociais**. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007, p. 85-113.

CASANOVA, P. G. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In. GENTILLI, Pablo (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARLOS, A. F. **Os lugares no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2. ed. Vol. II. São Paulo: Cortez, 1999.

CASTELO, Rodrigo. **O social liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CHASIN, J. Marx - estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, F. **Pensando com Marx**. São Paulo: Ensaio, 1996.

CHAUÍ, M.; FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. São Paulo. **Revista Estudos Avançados**, v. 23, n. 2, p. 71-84, 1995.

_____. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

_____. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Helgio (Org.). **Universidade em ruínas na república dos professores**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e cidadania**: produção dos direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1999.

COLBARI, Antônia de L. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. **SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, v. 1, n. 1, p. 75-111, abr., 2007.

CORBELLINI, M. L. **Empreendedorismo juvenil**: caminhos e travessias. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2004, p. 9.

COSTA, A. S. M. **Convergências, divergências e silêncios**: o discurso contemporâneo do empreendedorismo nas empresas juniores e na mídia de negócios. Tese. (Doutorado em Administração). Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio de Janeiro, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. Rio de Janeiro: Cortez, 1994.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

DESLAINES, S. F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**: a metodologia. Rio de Janeiro: Sextante Editora, 2008.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo corporativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DOURADO, F. L. Políticas e Gestão da Educação básica no Brasil: Limites e perspectivas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, Especial, p. 921-946, out 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 30 maio 2016.

DRUCKER, P. **Inovação e espírito empreendedor**: prática e princípios. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002, p. 25.

ENGELS, F.; MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. Lisboa: Avante, 1997.

_____. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

INGLETON, Terry. De onde vem os pós-modernistas. In. WOOD, E. M; FOSTER, J. R (Org.). **Em defesa da História**: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

_____. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1998.

EVANGELISTA, J. E. **Crise do Marxismo e irracionalismo pós-moderno**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FALEIROS, V. P. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **A Política Social do Estado Capitalista**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FERRAZ, Cristiano. Marxismo e estudos sobre o trabalho no Brasil contemporâneo: tendências, impasses. In. PINHEIRO, Milton (Org.). **A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FERREIRA, J. S. W. **O mito da cidade global**: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FILION, L. J. **O empreendedorismo como tema de estudos superiores**. Brasília: Universidade formandos empreendedores, 1999.

FREDERICO, C.; TEIXEIRA, F. **Marx no século XXI**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FREDERICO, C. Razão e desrazão: a lógica das coisas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 55, p. 176, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização esta fazendo de nós. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOHN, M. G; BRINGEL, B. B. (Org.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Reivindicações Populares Urbanas**: um estudo sobre associações de moradores em São Paulo. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **História dos Movimentos Populares**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Os sem-terra, Ong's e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GORENDER, Jacob. Introdução. In: MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GRASCI, Antonio. "Americanismo e fordismo". In: GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa das origens da mudança cultural. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Cia da Letras, 2007.

HÚNGARO, E. M. **Modernidade e Totalidade em defesa de uma categoria ontológica**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporales, ABEPSS**, n. 3, p. 9-31, 2001.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Cia das letras, 2002.

LANG, A. B. da S. G. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe (Org.). **(Re) Introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. (Série Eventos).

LOPES, Rose Mary. **Educação empreendedora: conceitos modelos e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010

LÓPEZ-RUIZ. **Os Executivos Transnacionais e o Espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007, p. 30.

LOWY, Michel. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Porto: Publicações Escorpião, 1976.

_____. **História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista**. Porto: Escorpião, 1989.

_____. **Introdução a uma teoria estética marxista: sobre a particularidade da categoria estética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARANHÃO, C.H. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção da hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo, Cortez, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARX, K. **Contribuição á crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Portugal -Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MELLO, A. F. **Marx e a globalização**. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Filosofia, ideologia, e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MORIN, Edgar. **Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço social brasileiro. In: _____. **Desenvolvimentismo construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012, p. 44.

NARDI, H. C. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetória de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Introdução ao método na teoria social. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 13. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, F.O; RIZZOTTO, L. F. **Estado e Políticas sociais**: Brasil-Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

OLIVEIRA, E. D. Empreendedorismo Social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios - notas introdutórias. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, p. 9-18. Jul./dez, 2004.

OLIVEIRA, E. M. **Serviço Social e Sustentabilidade Humana**: o empreendedorismo Social como estratégia de Efetivação dos Direitos. Curitiba: Editora Appris, 2008.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **A moderna tradição brasileira**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, P. A. **Política Social**: temas e questões. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

PEREIRA, J. A.; LOPES, H. C. **Uma perspectiva “institucionalista revolucionária” do atraso inovativo brasileiro**, p. 06. Disponível em: <www.ppge.ufrgs.br/anpeccsul2015/artigo/uma_perspectiva.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.

PINASSI, M. O. **Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo**. São Paulo: Cortez, 1991.

SADER, E. **E quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. (Org.). **Movimentos Sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SANTOS, A. B. A.; FAZION, C.; MEROE, G. P. S. **Inovação: a evolução do conceito a partir de Schupeter**. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/9014/6623>>. Acesso em 15 mar. 2016.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 28. ed. São Paulo: Record, 2011.

SANTOS, B. V. **Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, F. S. da. O Recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade: Ética Pública e Cultura de Direitos**, v. XXVII, n. 89, p. 130-151, março/2007.

_____. F. S. da. Pesquisa e produção do conhecimento em serviço social. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-297, jul./dez. 2007.

SILVA, M. O. S. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, M. L. A. Mercado de trabalho, ontem e hoje: Informalidade empregabilidade como categorias e entendimento. In: SANTANA, M.A; RAMALHO, J.R. **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**: São Paulo: Boitempo, 2003.

SILVA, F. A. G; SOUZA, W. J. Empreendedorismo social desenvolvedor de capital social: estudo do projeto Oasis de intervenção universitária. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 37, p.172-189, jan./jun., 2013. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/2291/2748>>. Acesso em 10 jan. 2016.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUSA, M. L. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Livraria e Editora Polis, 1981. (Teoria e História, vol. 6).

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TONET, Ivo. Expressões sócio-culturais da crise capitalista na atualidade. In: **CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Athas, 1987.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Estado e política social na década de 90. In: NOGUEIRA, F. M. G. **Estado e políticas sociais no Brasil: Conferências do Seminário Estado e pesquisa- programas nas áreas de Educação e Saúde no Estado do Paraná: sua relação com as orientações do BID e BIRD e sua contribuição na difusão das propostas liberalizantes em nível nacional**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

WANDRLEY, M, B., BOGUS, L. M. M.; YAZBEK, M. C. **Desigualdade e questão social**. São Paulo: Educ, 2008.

WOOD, E. M; FOSTER, J. R. (Org.). **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

YASBECK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.